

## SUMÁRIO

Editorial.....	1
Investigando o brincar de crianças e jovens fora da escola.....	2
A relevância da Ética nas negociações empresariais.....	14
Governança Corporativa na Gestão Financeira.....	21
Karl Marx e a questão educacional.....	38
Percepção acerca da importância da formação continuada dos professores.....	57
Empoderamento feminino em Taboão da Serra: as percepções de três mulheres da cidade que lutam pelos direitos de todas nós.....	70
O exibicionismo nas redes sociais.....	82
Família e escola: uma parceria de sucesso.....	96
Dilemas de pandemia: direito à saúde e atividade econômica.....	105

“De repente do riso fez-se o pranto” [...]  
“De repente da calma fez-se o vento” [...]  
“Fez-se do amigo próximo o distante” [...]  
“De repente, não mais que de repente”  
(*Vinícius de Moraes, Soneto de Separação*).

Há algumas décadas trabalhando na área da Educação e da Gestão, tenho ouvido e lido e discutido e debatido e reiterado que o século XXI é considerado a Era de Incerteza e da Insegurança. É o tal do Mundo VUCA (volátil, incerto, complexo e ambíguo). E que a Educação deve formar o indivíduo para viver nesse mundo de incerteza e insegurança. E, de repente, não mais que de repente, parece que essa era chegou da noite para o dia, sem avisar, sem saber se estávamos preparados para enfrentá-la. E, apelando para outro poeta, todos nos perguntamos: “E agora, José”? Como vamos sobreviver a esse novo mundo da mu(VUCA)?

É com muita satisfação que essa nova edição da Revista Eletrônica Lispector, da Faculdade FECAF, vem a público em meio a essa nova fase cuja competência mais solicitada é a ADAPTABILIDADE a um novo cenário, a uma nova era. E de repente, do caos, surgiu a criatividade; em seguida, a inovação; e, a partir daí, restabelecemos a ordem- uma nova ordem em que a distância nos aproximou e mostrou que nada é absoluto, certo, verdadeiro. A única verdade é que somos interdependentes e somente a cooperação, a colaboração, a empatia, a solidariedade e a humildade nos fazem reconectar ao Cosmos e nos resgatam a harmonia.

Diante dessa união, trazemos nesta edição, além das contribuições dos nossos docentes, também o fruto das pesquisas dos nossos alunos que fizeram parte do Projeto de Iniciação Científica de 2019 a 2020.

E, assim, continuamos, na esperança de que tudo é passageiro e de que sairemos grandes e nobres das adversidades com a humilde de sempre aprender, desaprender e reaprender.

Marcelo Cesar Cavalcante.

# INVESTIGANDO O BRINCAR DE CRIANÇAS E JOVENS FORA DA ESCOLA

Vilmar Rodrigues dos Santos  
Professor Especialista nos cursos de Educação  
Física e Pedagogia da Faculdade Capital  
Federal – FECAF. Professor Efetivo na  
Escola Estadual Professora Hadla Feres –  
Carapicuíba - SP

## Resumo

Atualmente concebemos diversas formas de nos divertir e, quando avaliamos os jogos e brincadeiras, não é diferente. Se antes as brincadeiras tradicionais dominavam nossos pensamentos, hoje em dia, observamos nos jogos eletrônicos uma nova forma de se entreter. Este trabalho apresenta essas novas formas de entretenimento de crianças e jovens do Ensino Fundamental, em uma escola estadual da cidade de Carapicuíba, no estado de São Paulo. A princípio, traremos informações relacionadas ao brincar atual, às novas formas de diversão com os aparelhos eletrônicos. Isso posto, passamos a apresentar uma pesquisa feita com alunos do Ensino Fundamental, no município de Carapicuíba – SP – sobre o brincar realizado fora da escola com seus colegas e com o uso dos aparelhos eletrônicos. Ao analisar os dados, percebemos que o brincar vem mudando, a cada dia, e o diálogo com a participação da família e escola se faz importante à conscientização de todos, para que os jovens não fiquem no isolamento e a utilização do espaço escolar se faça presente.

Palavras-chave: Jogo, Brincar, Tecnologia, Aparelhos Eletrônicos.

## Abstract

Currently, we conceive different forms of fun, and when we evaluate games and play, it is no different. If traditional games dominated our thoughts before, today we have in electronic games, a new form of entertainment. This work presents these new forms of entertainment for elementary school children and youth, in a state school in the city of Carapicuíba, in the state of São Paulo. At first, we have information related to the current game and new forms of entertainment with electronic devices. That said, we started to present a survey carried out with elementary school students about playing at school with classmates and the use of electronic devices. When analyzing the data, it is clear that playing is changing every day and the dialogue with the participation of

family and school is important to raise awareness among all, especially young people, so that they do not become isolated and use the current school space.

Keywords: Game, Playing, Technology, Electronic Devices.

## **Introdução**

Jogar e brincar, processos importantes na formação humana. Crianças que brincam têm mais condições de desenvolvimento saudável. No momento atual, esse brincar mudou: as crianças e adolescentes buscam, cada vez mais, os aparelhos eletrônicos, em seus momentos de lazer fora da escola, em que novas formas de distração se apresentam. Fatores como a diminuição dos espaços públicos e privados ao lazer, ao brincar, aumento da violência urbana e até mesmo o tempo de deslocamento, para o trabalho têm crescido; as pessoas ficam mais em casa, praticando o que se pode chamar de lazer doméstico. Sendo assim, a escola se transforma em um local privilegiado cujos alunos têm a oportunidade de interagir, brincar de maneira presencial com os colegas, potencializando o seu processo de ensino.

O presente trabalho mostra as mudanças ocorridas em brincadeiras, depois procura investigar como essas crianças se divertem fora da escola, como interagem com seus colegas e se o uso de aparelhos eletrônicos, como celulares, consoles e computadores, influencia a prática do brincar atual. A pesquisa foi realizada, em fevereiro de 2018, na Escola Estadual Professora Hadla Feres, na cidade de Carapicuíba, São Paulo, com alunos do Ensino Fundamental I e II com idades entre 10 e 11 anos. Com base em uma pesquisa quantitativa, foram utilizadas diferentes técnicas estatísticas para quantificar opiniões e as informações para determinados assuntos/estudos. SEVERINO (2002) relata que esse tipo de pesquisa mede em quantidade os dados que são coletados.

Os resultados nos mostraram que mais de 90% possuem um aparelho eletrônico. Metade desses alunos prefere utilizar os celulares a brincar com os colegas. Além disso, aqueles que preferem brincar com os colegas, 10%, brincam com os colegas, mas com os aparelhos eletrônicos, de maneira on-line ou presencial.

É inegável que os aparelhos eletrônicos fascinam nossas crianças e utilizá-los é cada vez mais comum em nossa sociedade. Há preocupação, porque muitas delas usufruem dessas formas de ludicidade, várias horas por dia, ao abandonar outras possibilidades de interação com as pessoas. O brincar está alterando o comportamento das crianças e adolescentes e se faz necessário trabalhar a fim de que nossos jovens e adolescentes não deixem fenecer os jogos e brincadeiras presenciais como as tradicionais. O diálogo parece ser uma forma interessante de abordar os jovens à busca de um equilíbrio, ao uso das novas tecnologias sem prejudicar as demais formas de interação.

## **Argumentação Teórica**

### **Brincar e Modernidade**

Observa-se o quanto nossos alunos estão conectados às redes sociais e como gostam de jogar em seus aparelhos eletrônicos. O grande dano é quanto ao número de horas que ficam jogando nesses aparelhos, interagindo nas redes ou assistindo a vídeos. CAMARGO (2001, p.102) já mencionava que o controle das mídias era necessário ao refletir no assunto.

SANTOS (2014) esclarece que outro aspecto importante a se ressaltar é a tecnologia que nos mostra novidades, sendo difícil competir com jogos eletrônicos cada vez mais realistas como os celulares de múltiplas funções e a internet com seu acesso cada vez mais popular.

De forma crescente, as crianças consomem mais tempo nesses “monumentos”, a modernidade em detrimento a contatos presenciais com os colegas, seja em casa ou na rua. Assim, a escola se torna um dos espaços privilegiados para que esse contato seja realmente alcançado pelas crianças. “A prática educativa se encontra, com frequência, em centros escolares com alunos procedentes de culturas e realidades diferentes” (OLIVEIRA, 2010, p. 52).

Vivemos numa época em que, praticamente, tudo nos é oferecido sem dificuldade, os produtos estão mais acessíveis a cada dia. Podemos comprar pela internet sem deixar o conforto de casa; os filmes estão disponíveis em plataformas que nos dão acesso facilitado, os *Fast Food* estão ao alcance de uma ligação

telefônica. Sendo assim, mais escravos ficamos dessa tecnologia que, na maioria das vezes, auxilia-nos; mas, em determinados momentos, pode nos trazer malefícios. Ao pensar nas brincadeiras, podemos perceber que:

“as transformações que os brinquedos, jogos e brincadeiras vêm sofrendo nos últimos tempos refletem as profundas mudanças que o mundo atravessa, dia após dia, principalmente devidas ao avanço das conquistas tecnológicas” (OLIVEIRA 2010, p. 23).

Os mesmos autores ainda afirmam que a globalização e a crescente interferência da mídia nos levam a ver crianças de várias nações com os mesmos brinquedos. Hoje, as crianças e adolescentes são privados de seu espaço e tempo de criar e brincar, pressionados por uma cultura em que as transformações são rápidas, estabelecendo um estresse muito cedo, dessa forma, não conseguem desenvolver suas habilidades sociais (OLIVEIRA,2010, p. 25).

Apesar disso, ao constatar que eles se encontram cada vez mais inseridos, nesse mundo digital, não significa que eles se sintam incomodados com esse fato. Pelo contrário, sentem-se muito bem acompanhados de seus consoles, Smartphones, Tablets, Celulares e outros aparelhos. Sendo assim, é importante ponderar os benefícios e os malefícios que a tecnologia pode trazer ao praticante- usuário dessas novas tecnologias.

A proposta foi estimar dados com os alunos e seus respectivos pais, referentes ao uso dos aparelhos eletrônicos no dia a dia e a participação em jogos e brincadeiras com colegas ou sozinhos quando estão fora da escola. A princípio, o levantamento foi feito com os pais com questões relacionadas à sua participação efetiva em jogos e brincadeiras com seus filhos e o tempo dispensado para essa atividade. Os dados foram coletados e, posteriormente, analisados para a confecção deste artigo.

Com os alunos, foi feito um levantamento quanto ao uso diário dos aparelhos eletrônicos e o tempo dispendido, para brincadeiras individuais ou com colegas fora da escola, além verificar se conversavam com seus pais a esse respeito. Os dados foram coletados e depois analisados para que fossem incluídos neste trabalho.

## Jogo, Brincar e Tecnologia

O jogo sempre esteve presente, em nossas vidas, inclusive culturalmente. Os PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais) dispõem, em seu volume dedicado à Educação Física, um texto em que deixa claro que, nos jogos, ao interagirem com o outro (adversário), os alunos podem desenvolver o respeito mútuo, participar de forma leal, confrontar-se com o resultado do jogo, trabalhar em equipe e exercer a solidariedade. “Hoje em dia sabemos que nossa cultura lúdica também é orientada para a manipulação de objetos. Novas manipulações (inclusive jogos eletrônicos e videogames)” BROUGÈRE (2008, p. 51).

Os jogos são praticados dentro de limites (tempo, espaço e regras), cujos praticantes podem, baseados em seus interesses, organizar da melhor maneira a forma de jogar. O jogo carrega um significado histórico e “vemos que o jogo expressa as concepções de vida construídas tanto individual quanto coletivamente. Quer dizer, ao jogar, o indivíduo está inserido em um contexto cultural histórico que o jogo representa” (SANTOS, 2012).

As atividades lúdicas podem trabalhar com as múltiplas inteligências descritas por Howard Gardner e uma grande equipe da Universidade de Harvard, como a inteligência lógico-matemática, a inteligência verbal ou linguística e a cinestésico-corporal ou até mesmo ser uma atividade livre, descompromissada e desconectada de objetivos.

Ao ponderar sobre o brincar, lembramos os momentos em que ficávamos com nossos amigos, jogando bola, empinando pipa, brincando de pique- esconde, entre outros. Esse fato aconteceu há algum tempo. Atualmente, meditar sobre o brincar remete a situações bastante diferentes como, por exemplo, chamar o colega para jogar “EMPIRE world war III”<sup>1</sup>. As brincadeiras e jogos estão acontecendo cada vez mais on-line, sem a presença do colega que pode ser desafiado a quilômetros de distância. Quanto essa forma de interação pode ser positiva ou negativa para a criança ou adolescente? Se considerarmos os aspectos motores, pontuamos que essa atitude pode trazer transtornos futuros, se não houver uma mudança em hábitos dos brincantes. O não se movimentar é uma preocupação presente, à medida que os

---

1 Jogo de guerra e estratégia

participantes de jogos eletrônicos e on-line têm poucas oportunidades de participar de jogos e brincadeiras com outras crianças, de modo presencial.

Assinalamos os benefícios que eles podem trazer, como o desenvolvimento cognitivo, quanto ao raciocínio lógico e à criatividade do praticante. Apenas temos que aclarar que o uso indiscriminado dessas tecnologias, sem o acompanhamento adequado de um adulto, trará complicações no futuro.

Na atualidade, reconhecemos que as concepções de jogo e brincadeira são vistas de forma diferente por nossas crianças e adolescentes. Se antes havia espaços e uma disponibilidade maior, para usufruir do jogo, hoje, esses espaços foram alijados e, com grande frequência, a criança e o adolescente ficam em casa, tornando-se brincantes *indoor*. Apesar disso, devemos ir além, “não perder a perspectiva de que devemos procurar desenvolver o prazer, a satisfação e a alegria no jogo, que é bom por essas coisas, também” (PIMENTEL, 2003 p. 27).

A sociedade atual apresenta-se mudada há muito pouco tempo. BRANCHER (2009 apud FERNANDES et.al p.197) registra que, “na atual sociedade, estamos cercados de tecnologia e de todas as inovações que acompanham a globalização”. O avanço da tecnologia oferece uma popularidade muito maior no que se refere aos jogos eletrônicos.

“Os games, embora com algumas semelhanças, em sua elaboração, com jogos tradicionais, permitem, para além da possibilidade de simulação, de movimento, de efeitos sonoros em sua utilização corriqueira, uma interação com uma nova linguagem, oriunda do surgimento e desenvolvimento das tecnologias digitais”. (MOITA, 2007 p. 21).

É possível oferecer entretenimento. O fascínio e o deslumbre dos jogos eletrônicos apresentam algo que não tínhamos antes, a oportunidade de jogar, sem sair do conforto de casa, interagir com outras pessoas sem tê-las por perto. Ainda, segundo MOITA (2007), os games proporcionam uma nova forma de agir e pensar.

TAVARES (2007 apud SILVA, MOITA e SOUSA p. 13) pondera que “quem pensa que os jogos eletrônicos são simples passatempo da atual geração de crianças e jovens, desconhece o que está por trás desta criação humana que ganha cada dia mais espaço no cotidiano das pessoas”. É cada vez mais comum vermos



adolescentes com o olhar fixo em seu aparelho eletrônico concentrado em algum jogo/game.

MOITA (2007, p.43) afirma: “vive-se numa sociedade audiovisual eletrônica, que comporta um currículo cultural, ou seja, um conjunto mais ou menos organizado de informações, valores, via produtos culturais (nesse caso, audiovisuais)”.

A indústria de games fatura bilhões, e os lançamentos de novas plataformas são aguardadas com enorme ansiedade por jovens em todo o mundo. No Brasil não é diferente, já que acontecem no país os principais eventos mundiais relacionados às tecnologias. Podemos citar a Comic Con Experience (CCXP), o Brasil Game Show (BGS) e o Innovation – Tecnologia da Informação, todos com edições, em 2019, confirmadas e trazem as últimas novidades em TI (Tecnologia da Informação), games, consoles e plataformas para jogos, além de interações com influenciadores digitais e todos os produtos de consumo relacionados.

GONIGAL (2012, p. 30) assevera que “temos jogos single-player, multiplayer e jogos on-line para multidões. Jogos que podem ser rodados, em seu computador pessoal, em seu console e em dispositivos portáteis e em seu telefone celular”.

Para BROUGÈRE (2008, p. 50), “a mídia desempenha, na sociedade ocidental, um papel considerável, tanto nos adultos como nas crianças”. A televisão já se apresentava como transformadora da vida e da cultura da criança, influenciando, em especial, sua cultura lúdica. “É fato que que nossa cultura e, ainda mais a das crianças, absorveu a mídia...” BROUGÈRE (2008, p. 50).

Com o advento dos APPs (aplicativos), que podem ser instalados em aparelhos celulares, em sua grande maioria gratuitos, o acesso ao universo dos jogos virtuais/eletrônicos ficou ainda mais fácil e, hoje em dia, a maior parte de nossas crianças e adolescentes tem algum jogo instalado em seu aparelho. Se antes, jogos como Tetris<sup>2</sup> e Tamagotchi<sup>3</sup> eram febres junto aos pequenos, hoje o visual, os gráficos e a interatividade são atrativos perfeitos, para que a sua utilização seja a mais variada possível, fazendo com que fiquemos horas a fio presos aos aparelhos eletrônicos. Imaginemos então os pequenos com essas facilidades e a possibilidade de jogar dessa forma.

O acesso facilitado aos aparelhos eletrônicos, em especial, aos celulares, smartphones e tablets tornou possível um número cada vez maior de pessoas

---

2 Jogo de quebra-cabeças

3 Brinquedo em que se cuida de um animal virtual como se fosse real

adquirirem esses produtos. A grande maioria de nossos alunos tem pelo menos um aparelho celular e uma infinidade de jogos que podem instalar a partir dos APPs que, como exposto, em sua maioria, são gratuitos. Esse fato em si já sinaliza algo preocupante, se destacarmos o uso exagerado dessas tecnologias; os aparelhos acompanham os alunos na escola e são usados nas aulas vagas, no intervalo, em sala de aula e até mesmo na quadra em aulas de Educação Física. Além disso, evidenciamos que, em casa, esse uso também reflete uma tendência maior ao uso das tecnologias incluindo, nesse cenário, as redes sociais, vídeos diversos e os jogos propriamente ditos.

A vida agitada, o dia a dia estressante fazem com que a comunicação nas famílias, principalmente entre pais e filhos, fique prejudicada. Muitos pais saem muito cedo, sem que vejam os filhos acordarem, chegam tarde, após o trabalho e não têm tempo ou até negligenciam um cuidado maior a seus herdeiros, que não é algo seja positivo. Além disso, levam para casa parte do trabalho que deve ser entregue na manhã seguinte.

Dessa forma, acreditamos que seja importante conscientizar nossos alunos das influências positivas e negativas que o acesso exagerado às redes sociais, aos jogos eletrônicos e a todos os produtos, que envolvem esse mundo, para que possam agir de maneira crítica e consciente, consumindo, adequadamente, essas novas tecnologias, sem se tornarem potenciais viciados em tecnologias em detrimento às brincadeiras e aos jogos presenciais com os colegas.

### **Brincando fora da Escola**

O trabalho foi realizado na Escola Estadual Professora Hadla Feres, na cidade de Carapicuíba – SP, em fevereiro de 2018, com alunos do Ensino Fundamental I (5ºs anos) e Fundamental II (6º e 7º anos). A ideia principal foi coletar dados relacionados ao uso de aparelhos eletrônicos, à quantidade de horas no uso desses aparelhos e à participação de atividades lúdicas presenciais fora da escola. Também foram estimados dados quanto aos conhecimentos sobre jogos e brincadeiras, além de pesquisar a opinião desses alunos se gostam mais das brincadeiras ou dos jogos eletrônicos e seus motivos.

Carapicuíba é uma cidade situada na Grande São Paulo com 398.611 habitantes, em 2018, segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e

Estatística). Grande parte da população se desloca diariamente para o trabalho em cidades vizinhas, como Barueri, Osasco e São Paulo capital. É considerada uma cidade dormitório, pois suas oportunidades de emprego são pequenas quanto às demais, porém os habitantes que ali trabalham fazem-no, em geral, no comércio local. Os moradores são das classes C, D e E, a cidade tem problemas de infraestrutura e da falta de espaços públicos para o lazer na região. A Diretoria Regional de Ensino é responsável pelas escolas das Cidades de Carapicuíba e Cotia, assim sendo, boa parte dos alunos vê, na escola, um espaço propício para encontrar os amigos, brincar e socializar. O período de estudo dos alunos participantes da pesquisa é o vespertino (tarde), ficando o período da manhã em casa.

Fora da escola, foi necessário entender como eles interagem, se o brincar estava presente em seu cotidiano e como o brincar acontecia. Dessa forma, elaboramos questões que foram respondidas pelos alunos dos 5<sup>os</sup>, 6<sup>os</sup> e 7<sup>os</sup> anos sobre sua participação, em jogos e brincadeiras com colegas fora da escola, além de considerar se possuíam aparelhos celulares e/ou eletrônicos.

## **Discussão dos Resultados**

Optamos por realizar uma pesquisa quantitativa, pois podemos trabalhar com uma coleta de dados concretos. Os resultados da pesquisa quantitativa podem ser quantificados, centrando-se na objetividade (FONSECA, 2002). O mesmo autor relata que essa pesquisa pressupõe uma participação planejada do pesquisador. Perguntas abertas foram feitas aos alunos que puderam expressar seus sentimentos e opiniões a respeito dos jogos e brincadeiras. 98 alunos responderam a um questionário com perguntas relacionadas aos jogos e brincadeiras e aparelhos eletrônicos com suas relações.

De início, foi questionado se possuíam algum aparelho eletrônico e somente cinco alunos relataram não ter um dispositivo- o que mostra o quão presente os aparelhos estão na vida dessas crianças. Além dos jogos instalados, as redes sociais também estão presentes, sendo o Facebook, Instagram, Twiter e o WhatsApp os mais comuns e apenas 11 alunos disseram não os possuir instalados. Eles jogam bastante, mas também verificamos que as selfies individuais ou com amigos, a troca e compartilhamento de vídeos e mensagens são comuns entre eles.

Quando foram perguntados se brincavam fora da escola com seus colegas, os dados mostraram que 66% dos alunos ainda o fazem com outras crianças. Um dado interessante, observado nos relatos, foi que boa parte dos brincantes realizava suas brincadeiras com amigos, mas utilizando os celulares. Mesmo estando na presença de outras crianças, o aparelho eletrônico se fazia presente. Para aqueles que não participavam de brincadeiras com colegas fora da escola traziam como justificativa os problemas já conhecidos de todos, como a violência urbana, cada vez maior, o fato de morar longe dos colegas ou os pais não deixarem sair para brincar.

No que se refere ao tempo de uso dos aparelhos eletrônicos, mais da metade dos alunos (51%) fazem uso por mais de 3h diárias. Se somarmos àqueles que utilizam seus celulares por 2h, esse porcentual sobe para 69% o que mostra a importância dessa tecnologia aos alunos.

Os alunos, ainda, foram questionados se preferem os celulares a brincar. Existe aí um equilíbrio nas respostas, pois 49% preferem o uso dos aparelhos celulares e 45% preferem o brincar.

Percebe-se que as brincadeiras ainda estão presentes, no dia a dia das crianças pesquisadas e que a elas importa o brincar presencial. Porém não podemos desprezar os dados que nos revelam uma tendência de mudança no brincar de muitos deles. Os aparelhos eletrônicos, celulares, na sua maioria, trazem formas de ludicidade diferentes das tradicionais, o que denota uma forma de brincar cada vez mais comum.

## **Considerações Finais**

Ao perceber que as formas de brincar, de se buscar o caráter hedonístico da recreação vêm mudando, podem ser elencadas algumas preocupações. O fato de ficarem cada vez mais próximos de seus aparelhos celulares e outras formas de entretenimento em detrimento do brincar presencial com colegas, de brincadeiras tradicionais, pode potencializar a preferência a ficar cada vez mais sozinhos, diminuindo a prática de atividades físicas. Apesar disso, não podemos apresentar os jogos eletrônicos como potencializadores de aspectos negativos a seus usuários e, em especial, às crianças que fazem uso dessas ferramentas tecnológicas com mais frequência.

A escola deve se fazer presente, e o incentivo às diversas formas de aprendizado também. As crianças e jovens buscam mais maneiras diferentes de aprender. Evidenciamos que, em fase de desenvolvimento, as crianças precisam de estímulos que não encontramos nos consoles, computadores ou aparelhos celulares. Os alunos participantes da pesquisa mostraram algo que já é notado, o uso cada vez mais comum de novas tecnologias na busca de se entreter.

Sendo assim, devemos participar de maneira efetiva com as famílias, no sentido de informar, observar e incentivar o uso adequado das novas tecnologias, mostrando seus benefícios e malefícios do uso inadequado dos jogos eletrônicos, das redes sociais e das demais formas de entretenimento virtual. Não podemos condenar as tecnologias e, sim, trabalhar concomitantemente para enfrentar os desafios que estão por vir. O diálogo deve se fazer presente, nas escolas e nas famílias, para que os jovens não fiquem no isolamento. Se fora da escola, as formas de entretenimento são cada vez mais diversificadas, dentro dela, o incentivo ao novo deve ser efetivo, sem, porém, esquecer as atividades lúdicas tradicionais.

## **Referências Bibliográficas**

- BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Educação Física**/Secretaria de Educação Fundamental. - Brasília: MEC/SEF, 1997.
- BROUGÈRE, Gilles. **Brinquedo e Cultura**. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2008. 110 p.
- CAMARGO, Luiz Octávio de Lima. **Educação para o lazer**. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2001. 160 p. (Polêmicas).
- FERNANDES et.al, organizadores. **Jogos Eletrônicos**. Mapeando novas perspectivas. Florianópolis Sc: Visual Books, 2009. 246 p.
- FONSECA, João José Saraiva da. Metodologia da Pesquisa Científica. UECE – Universidade Estadual do Ceará Ce: Apostila 2002. 127 p.
- GONIGAL, Jane Mc. **A realidade em Jogo**: porque os games nos tornam melhores e com eles podemos mudar o mundo. Rio de Janeiro: Best Seller, 2012. 377 p.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sp/carapicuiba.html?> Acesso em: 31/03/2019.

OLIVEIRA, Vera Barros de; SOLÉ, Maria Borja I; FORTUNA, Tânia Ramos. **Brincar com o outro: caminho de saúde e bem-estar**. Petrópolis Rj: Vozes, 2010. 126 p.

MOITA, Filomena. **Game On**. Jogos eletrônicos na escola e na vida da geração @. Campinas Sp: Alínea, 2007. 194 p.

PIMENTEL, Giuliano. **Lazer: fundamentos, estratégias e atuação profissional**. Jundiaí Sp: Fontoura, 2003. 112 p.

SANTOS, Gisele Franco de Lima. **Jogos tradicionais e a educação física**. Londrina Pr: Eduel, 2012. 206 p.

SANTOS, Vilmar Rodrigues dos. **Jogos na escola: o uso dos jogos como ferramenta pedagógica**. Petrópolis Rj: Vozes, 2104. 123 p.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho Científico**. 22 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SILVA, Eliane de Moura, MOITA, Filomena Maria da Silva Cordeiro, SOUSA, Robson Pequeno de. **Jogos Eletrônicos**. Construindo novas trilhas. Campina Grande Pb. EDUEP, 2007. 237 p.

# A RELEVÂNCIA DA ÉTICA NAS NEGOCIAÇÕES EMPRESARIAIS

ENIO ANTONIO MALLET DE OLIVEIRA

Pós Graduação em Psicologia Organizacional e Estratégia Empresarial.  
Especialização em Docência do Ensino Superior. Professor dos cursos  
de Administração e Gestão da FECAF.

## Resumo

A Negociação está cada vez mais presente no dia-dia organizacional. Vive-se no mundo globalizado, e no ambiente típico de mudanças e de conflitos culturais. Essa realidade do mundo em transformação faz com que jogos de interesses se choquem, principalmente em questões de negociações organizacionais. Sobre essas questões em negociação, procuramos através de uma linguagem clara e objetiva, mostrar a relevância da ética no processo de negociação dentro deste contexto. Diante disso, o artigo apresenta em síntese o processo da ética negociação e da cultura organizacional da empresa. Este assunto é delicado não só para organizações, mas também para universidades que não aceitam a importância da ética no gerenciamento moderno. É um grande desafio!

**Palavras-Chave:** Ética Organizacional; Globalização; Negociações Empresariais

## Introdução

A Negociação está cada vez mais presente no dia-dia organizacional. Vive-se no mundo globalizado, e no ambiente típico de mudanças e conflitos. Essa realidade do mundo em transformação faz com que jogos de interesses se choquem principalmente em questões éticas de negociações organizacionais. Existem fatores subjacentes às discussões éticas como a predominância dos interesses econômicos, que levam em conta números (lucro) deixando em segundo plano as questões morais. Corroborar-se esta ideia, quando se vê diariamente notícias em jornais sobre histórias de corrupção, trocas de favores, compra e venda de votos, escândalos e desvio de verbas. Segundo Carneiro (2002), a falta de ética, no início do século, passou de doença crônica a doença aguda do capitalismo. Portanto, Mello (2003) expõe que existe uma preocupação cada vez maior quanto a ética nas relações empresariais, em face de

escândalos financeiros e políticos, falências fraudulentas, bem como a oposição a posturas antiéticas defendidas por empresas que visam, acima de tudo o lucro imediato. Portanto, para o administrador ou gestor de recursos organizacionais, percebe-se que existem motivos mais que suficientes para se preocupar com o tema deste trabalho, motivo pelo qual foi elaborado este artigo. Esta pesquisa não tem por objetivo concluir este assunto, mas, a partir deste trabalho é possível considerar a relevância para pesquisas futuras, uma vez que as áreas estudadas poderão ser aprofundadas em trabalhos posteriores.

## **Objetivo**

O presente artigo tem por objetivo demonstrar o conflito atual nas organizações, pois muitos gestores sofrem pressão para obter lucros a qualquer custo em suas negociações. Daí surge a necessidade de ter uma aplicabilidade da ética nas negociações empresariais, levando o administrador a uma conduta ética estabelecendo regras de conduta em um instrumento interno, ou seja, um código de ética com a incumbência de padronizar e formalizar o entendimento da organização em seus diversos relacionamentos e negociações. Por isso indaga-se: Qual é a conduta ética na organização? Quais os motivos que levam à conduta antiética nos processos de negociação? Qual o papel ético da empresa e suas responsabilidades para com a sociedade, seja no país onde atua, ou, até mesmo na internacionalização face a globalização? Quais são as verdades comuns que integram e dão coerência às ações globais? Conhecer bem este assunto é de fundamental importância para o sucesso da organização, bem como para o administrador, motivo pelo qual foi elaborado este artigo. Esta pesquisa não tem por objetivo esgotar o assunto, mas a partir deste artigo é possível considerar a importância para futuras pesquisas, uma vez que as áreas estudadas poderão ser aprofundadas em trabalhos posteriores.

## **Justificativa**

Em face de degradação moral que a sociedade brasileira hoje atravessa, existem motivos que nos leva a desejar conhecer ou rever a definição de ética. Para Matos (2012) a ética é o fundamento da sociedade, pois não há possibilidade de vida social sem que haja observância de princípios éticos. Mas se faz importante também considerar pareceres de alguns teóricos sobre ética, como por exemplo: 1ª) para



Maximiano (1974) ética é: “disciplina ou campo do conhecimento que trata da definição e avaliação de pessoas e organizações, dispendo sobre o comportamento adequado e os meios de implementá-lo”. 2ª) Para Vazquez (2001) “é a teoria ou ciência do comportamento moral dos homens em sociedade”. 3ª ) Já Arruda (2001) afirma que “ética é parte da filosofia que estuda a moralidade dos atos humanos como livres e ordenados”. De modo natural, a inteligência adverte bondosamente ou a malícia dos atos livres, haja vista o remorso ou a satisfação que se experimenta por ações livremente realizadas. Sempre cabe a dúvida, no entanto, sobre o que é o bem e o mal, ou por que tal ação é boa ou má. 4ª ) Ferrel e Fraedrich (2001) escreve “problema, situação ou oportunidade que exige que uma pessoa decida entre vários cursos de ação ser avaliados como certos ou errados, éticos ou antiéticos”.

Portanto, nos exemplos considerados fica claro que a ética tem a ver com a dignidade humana e a cultura de sua sociedade. Contudo, fazem parte da composição da sociedade, pessoas individualmente, famílias, escolas, governos e as organizações empresariais. Para Lewicki (2005) a negociação é um processo no qual não se espera que haja honestidade completa do oponente. Se for completamente honesto, perde-se a posição negociando, e se for completamente desonesto, não há base para uma negociação eficaz.

Segundo Martinelli e outros (2009) existem dois tipos de comportamentos no processo de negociação: éticos e antiéticos, como exemplificados:

- **Comportamento ético:** 1) Bodstein (2005): “Preservar os valores e princípios éticos independente da intenção da outra parte, que pode ou não estar imbuída do mesmo espírito”. O interesse real pelo assunto ou problema apresentado pelo outro é considerado, um componente importante. 2) Jacomino (2000): “respeitar os interesses do oponente”. 3) Wyley (1997): “utilizar manuais internos de procedimentos éticos, apresentando as responsabilidades dos funcionários da organização na qual estão inseridos, como forma de sustentar o comportamento ético”. 4) Ferrel e Fraedrich (2001):” tentar decisões e implementar ações que realçam o bem-estar e os interesses tanto da sociedade quanto da organização”.

- **Comportamento antiético:** 1) Ferrel e Fraedrich (2001): “Utilizar informações confidenciais, suborno, falsificação de documentos, publicidade enganosa e produtos

defeituosos”. 2) Shell (2001): “tentar enganar fazendo exigências iniciais que excedem muito às suas necessidades reais ou desejos.” 3) Arruda e Outros (2001): “ utilizar força de persuasão, chegando a modelar atitudes e comportamento”. 4) Cramton e Dees (2003):” fazer promessas para proteger suas vendas em contingências certas, oferecendo um produto que não lhes serve naquele momento, mas que pode ser levado e depois trocado, insistindo com garantias até que o interessado compre o produto”.

Volta-se a ressaltar a importância de estabelecer uma política de ética na organização, ou código de conduta ética, objetivando um comportamento padrão de seus colaboradores, sendo regida por um comitê de ética, composta de grupos de executivos cuja função é criar e fiscalizar a conduta ética empresarial. Segundo Matos (2012),”o comitê de gestão ética deve definir a filosofia da empresa, definir as características éticas, criar instrumentos institucionais para a gestão ética e por fim desenvolver a consciência ética por meio da educação”. Importante lembrar que o exemplo vem da dianteira, por isso o comitê de ética deve ser presidido pelo presidente da empresa ou diretores, por rodízio. Martinelle e outros (2004) expõem que o programa de desenvolvimento do código de ética deve começar na seleção do pessoal que concorre a uma vaga na empresa. Daí a relevância do papel do Recursos Humanos na captação dos interessados à vaga. Para Denny (2001), a ética empresarial consiste “na busca do interesse comum, ou seja, do interesse do empresário, do consumidor e do trabalhador”. Diante do exposto, acredita-se que ética é a parte da filosofia que estuda a moralidade dos atos humanos de modo natural, sem malícia e sem maldade, sendo cada ser humano responsável pelos seus atos, haja vista a maneira como se comporta diante da sociedade. Todavia, sendo as empresas compostas de pessoas, e é feita para que pessoas exerçam suas funções, existem diferentes visões sobre a conduta ética nas negociações. Porém, em síntese, no processo de negociação, é necessário estabelecer um relacionamento duradouro entre os agentes envolvidos, por meio de credibilidade, confiança e honestidade nos negócios. Dessa forma, os pontos convergentes só são obtidos por meio de negociação, não pela utilização de condutas antiéticas. Nota-se atualmente que o comportamento antiético está fluindo nas negociações. Para Gobe (2007), muitas organizações estão preocupadas até com o ambiente externo à organização, onde o vendedor encontra o comprador fora da empresa. Muitos aproveitam esta ocasião

para fazer propostas antiéticas ou ilegais, ou, simplesmente como uma desculpa para um almoço grátis num bom restaurante. Para inibir estas ações de atos ilícitos, almoços de negócios só são permitidos dentro do restaurante da organização. Segundo Matos (2012), a falta de ética gera grandes prejuízos, que podem ser fatais, é só uma questão de tempo, porque em uma cultura não ética, indiferente a questões morais, tudo acaba sendo permitido.

Não se pode deixar de relatar que nas negociações o que se busca é o lucro. O lucro passa a ser o objetivo supremo. Segundo Matos (2012) neste cenário a competição na negociação passa a ser antiética, predatória e todos os concorrentes devem ser eliminados a todo custo. Na década de 90, ocorreram inúmeros escândalos empresariais de grande repercussão, consistentes em manipulações de balanços para forjar lucros e justificar retiradas de dividendos e bônus. Para evitar atitudes antiéticas Bazerman e outros (1995), relata a importância de se negociar racionalmente estando bem preparado para negociação. Nesta preparação, precisa-se antever ou prever as necessidades e o comportamento do oponente. O objetivo é chegar ao melhor acordo possível, maximizando melhor os resultados para ambas as partes.

### **Considerações Finais**

Nota-se, portanto, que a ética em negociação se refere a padrões de conduta e julgamento moral, ou seja, à questão de verificar se as decisões e os comportamentos dos administradores estão corretos ou incorretos. Ressalta-se que, em termos éticos, não há um padrão formal único, nenhuma declaração absoluta que sirva de modelo para os administradores. Porém, a análise dos processos de negociação pode indicar como surgem os comportamentos antiéticos, ou seja, ações injustas praticadas contra outras pessoas ou organizações- sejam ações amparadas pela lei ou não. Lembra-se que a conduta antiética também pode ser resultante da pressão exercida sobre os administradores para que eles cumpram metas inatingíveis dentro dos limites da ética, ou busque a qualquer preço a busca de vantagem em termos de poder.

Concluindo, o processo de negociação deve considerar a importância de haver ética nas negociações, para que novas negociações ocorram como um processo

bilateral, no qual ambas as partes saiam vitoriosas, possibilitando a fidelização que serão novas negociações no futuro.

Esta pesquisa não tem por objetivo concluir este assunto, mas, a partir deste trabalho, é possível considerar a relevância para pesquisas futuras, uma vez que as áreas estudadas poderão ser aprofundadas em trabalhos posteriores.

### **Referências Bibliográficas:**

ARRUDA, M.C., WHITAKER, M.C.; RAMOS J.M.R., **Fundamentos de Ética Empresarial e Econômica**. São Paulo, SP, Atlas, 2001.

BAZERMAN, M.H., NEALE, M.A., **Negociando Racionalmente**. São Paulo, SP, Atlas, 1995.

DENNY, A.E., **Ética e Sociedade**. Capivari, SC., Editora Opinião, 2001.

FERREL, O.C., FRAEDRICH, J., FERREL, L., **Ética Empresarial; dilemas, tomadas de decisões e casos**. Rio de Janeiro, RJ, Reichmann & Afonso, 2001.

GOBE, A.C., FISCHER, C.H., SOUZA J.J., MOREIRA, J.C.T., PASQUALE, P.P., **Administração de Vendas**. Editora Saraiva, São Paulo, SP, 2007.

MARTINELLI, D.P., GHISI F.A., **Técnicas de Negociação**. São Paulo, SP, Editora Saraiva, 2009.

MARTINELLI, D.P., VENTURA, C.A.A., MACHADO, J.R., **Negociação Internacional**. Editora Atlas, 2004.

MATOS, F.G., **Ética na Gestão Empresarial**. São Paulo, SP, Editora Saraiva, 2012.

MAXIMIANO, Antonio C. A. **Introdução à Administração**. São Paulo, SP, Atlas, 1974.

MELLO, J.C., **Negociação baseada em estratégia**. São Paulo, SP, Atlas, 2003.

SHELL, G.R., Negociar é preciso. Estratégias de negociação para pessoas de bom senso. São Paulo, SP, Negócio, 2001. VAZQUEZ, A.S., **Ética**, 21ª Ed. Rio de Janeiro, RJ, Civilização Brasileira, 2001.

BODSTEIN, L.R., **Na mesa de negociação, com o chefe**. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/69334513/A-ETICA-NAS-NEGOCIACOES#scribd> ; acesso 2016.

CARNEIRO, J.C., **Promoção da Ética: a experiência da comissão ética pública**. VII Congresso Internacional do Centro Latino-Americano de Administração para o Desenvolvimento – CLAD, Brasília, out. 2002.

JACOMINO, D., **Você é um profissional ético?** Você S.A. ano 3, n.25, Jul.2000.

LEWICKI, R.J. **MBA students have clear ideas of what is ethical in negotiations**. Disponível em: <<http://fisher.osu.eduresearchtoday/99spring/rt2-2-mba.htm>>, acesso em 2005.

WYLEY, C.O. **ABC da Ética Empresarial**. HSM Management, São Paulo, ano 1.n.1, Secção: Dossiê. Mar/Abr. 1997.

# GOVERNANÇA CORPORATIVA NA GESTÃO FINANCEIRA

Nádia Wagih El Kadri <sup>4</sup>

Walter Budacs Junior<sup>5</sup>

## RESUMO

O intuito deste artigo é apresentar métodos de implementação teórica e consequentemente prática da governança corporativa tendo como base seus pilares, transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade social, a fim de que organizações nacionais possam visar sua crescente expansão de forma sustentável voltando estes aspectos com ênfase aos negócios do Brasil onde, através da expansão de grandes empresas, não apenas se corresponda somente pela capacidade de criação de um negócio inovador e rentável para os acionistas e sociedade envolvida, mas sim que haja uma vinculação de que exista também uma grande contribuição na valorização do mercado, por meio de condutas éticas e morais benéficas ao planejamento organizacional, presentes no atual e futuro cenário social se mostrando com base nas performances destas com relação a boa gestão da governança corporativa existentes, havendo assim a valorização do endomarketing realizado.

**Palavras-chave:** Governança. Transparência. Gestão Financeira.

## ABSTRACT

The purpose of this article is to present methods of theoretical and consequently practical implementation of corporate governance based on its pillars, transparency, equity, accountability and social responsibility, so that national organizations can aim

---

<sup>4</sup> Mestranda em Negócios Internacionais; Especialista em Finanças e Controladoria, Gestão Pública, Engenharia de Produção, Docência no Ensino Superior, Ciências Políticas, Logística, Plano de Marketing e Tópicos em Estatística. Graduada em Administração, Ciências Contábeis e Pedagogia. Docente no ensino superior e atuação mercadológica na área comercial e auditoria de processos.

<sup>5</sup> Doutorando em Administração; Mestre em Governança Corporativa. Especialista em Marketing, Gestão Empresarial e Finanças. Graduado em Administração de Empresas. Palestrante. Docente no ensino superior e atuação mercadológica na área financeira, econômica, gestão de pessoas e de consultoria empresarial.

at their growing expansion in a sustainable manner by returning these aspects with emphasis on business in Brazil where, through the expansion of large companies, not only is it matched by the capacity to create an innovative and profitable business for the shareholders and society involved, but there is also a link that there is a great contribution in the market valuation, through ethical and moral behaviors beneficial to organizational planning, present in the current and future social scenario showing based on their performance in relation to good management of existing corporate governance, thus valuing the endomarketing performed.

**Keywords:** Governance. Transparency. Financial Management.

## **Introdução**

A história da Governança Corporativa começou a ser estudada na década de 1970 no Estados Unidos com o processo de aglutinação societária por Robert A. G. Monks que foi o fundador e presidente da *Institutional Shareholder Services* – empresa de fundos de capitais.

Por volta de 1990, motivado pela ocorrência de alguns casos de conflitos entre proprietários como o *Guinness* - considerado um escândalo, em 1982 e foi provocado pela compra ilegal de ações com o objetivo de sustentar os preços das ações da *Guinness* durante uma batalha árdua e muito divulgada pela imprensa em torno da aquisição de uma fabricante de *Whisky*; e no Reino Unido, o caso da quase falência da IBM que tinha um prejuízo de aproximadamente 16 bilhões de dólares e uma ameaça de que o grupo fosse retaliado, isso em virtude de uma má administração; entre outros acontecimentos que fizeram com que os acionistas, principalmente os investidores institucionais e os minoritários, percebessem que precisavam ter uma atuação mais ativa dentro dos órgãos colegiados das sociedades anônimas de uma forma geral, explanado hoje por organizações de todos os portes.

Já aqui no Brasil, este assunto começou a ser desenvolvido a partir do IBGC - Instituto Brasileiros de Governança Corporativa. Muitos autores comparam empresas a uma embarcação, ambas vão encontrar mares bravos e por isso devem estarem prontas a dar soluções rápidas para situações surpreendentes, mas além disso terão seus diversos atores envolvidos, sendo assim, necessitam de um conjunto de

regulamentos de políticas e objetivos estratégicos bem claros aos quais se orientam; por esse motivo é preciso se aprofundar mais sobre as múltiplas abordagens dentro dessa “embarcação” – empresa - desde a adesão dos principais atores a códigos e conduta pré-acordados, previsão de possíveis conflitos de interesse, a eficiência econômica e a maximização de seu valor para as partes interessadas como acionistas, administradores, funcionários, comunidade do entorno.

Dentro dessas águas que nasceu o IBGC - Instituto Brasileiro de Governança Corporativa em 27 de novembro de 1995. Já em 1998 o IBGC realizou seu primeiro curso para conselheiro de administração; em 1999 lançando o primeiro código brasileiro sobre governança, nomeado como *Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa* que teve diversas versões aprimoradas e ampliadas até o presente momento, era só o começo de uma grande trajetória. Em 2000, foi realizado o primeiro congresso brasileiro de governança corporativa e dois anos depois o IBGC já implantava um planejamento estratégico para nortear seus passos até 2010, com o propósito de ser a principal referência em governança corporativa nacional e contribuir para o desempenho sustentável das organizações.

Entretanto, além do alcance nacional, tornou-se *benchmarking* entre instituições de governança para a América Latina, Caribe e África, além de ter seu relatório anual de 2009 e 2010 como vencedores do 12º e 13º prêmio ABRASCA - Associação Brasileira das Companhias Abertas. Na categoria organização não empresarial, também assina tratado de cooperação com a GRI (*Global Reporting Initiative*) para hospedar as atividades de iniciativa no Brasil desde 2011, disseminando valores em todas frentes de trabalho relacionadas. De acordo com o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC 2004):

A governança corporativa é representada pelo sistema pelo qual as sociedades são dirigidas e monitoradas, envolvendo os relacionamentos entre Acionistas/Cotistas, Conselho de Administração, Diretoria, Auditoria Independente e Conselho Fiscal. As boas práticas de governança corporativa têm por finalidade de aumentar o valor da sociedade, facilitar o acesso ao capital e contribuir. Obtendo isso em vista conclui-se que o objetivo da governança corporativa é o relacionamento estreito e o controle sobre os executivos e modelos de gestão nas grandes empresas, com foco em



demandar os princípios de transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade corporativa.

Ao abordar o tema Governança Corporativa (GC), deve-se sempre mencionar as formas de condução e direcionamento para uma organização. Quando se trata de definir sua origem deve-se relacioná-la à possibilidade de resolver os eventuais problemas, muitas vezes, ocorridos pela ruptura nas organizações entre os *stakeholders*, ou seja, por desconhecimento de quem é o dono, quem são seus pares, quem afinal está à frente da administração.

A governança corporativa é baseada na premissa de conflitos de interesses (Jensen; Meckling, 1976), influenciando no processo decisório da administração (Mendonça *et al.* 2013), contribuindo para minimizar possíveis assimetrias informacionais entre gestores e os demais *stakeholders* interessados nos resultados da empresa. Em contrapartida, estudos voltados a entidades desportivas ainda são relativamente reduzidos, sendo uma lacuna a questão da governança corporativa nos esportes (Ferkins; Shilbury, 2012, citado por Mendonça *et al.* 2013). É assim uma necessidade se compreender como os mecanismos de governança atuam nestas entidades (Ferkins; Shilbury; McDonald, 2009; Ferkins; McDonald; Shilbury, 2010, citados por Mendonça *et al.* 2013), influenciando a posteriori em sua gestão e controle.

Ao tratar do assunto governança corporativa, deve-se sempre mencionar as formas de condução e direcionamento para uma organização. Quando se trata de definir sua gênese, deve-se relacionar com a possibilidade de resolver os eventuais problemas, muitas vezes ocorridos pela ruptura, nas organizações entre os *stakeholders*, ou seja, quem é o dono, quem são seus pares, quem afinal administra.

A metodologia utilizada é bibliográfica, feita através de pesquisas em livros, artigos, teses e periódicos publicados. Além disso, a pesquisa é qualitativa, tem caráter exploratório e abordagem descritiva.

Quanto aos objetivos, esta pesquisa é do tipo exploratório, pois busca aproximar à temática. É descritiva, pois descreve o fenômeno e explora as leis e práticas organizacionais. Assim, quanto aos objetivos, a pesquisa é exploratória, pois

visa proporcionar imersão do pesquisador dentro da visão geral e contribuir na focalização de questões e fontes de dados.

## **1 Governança Corporativa: Funcionamento organizacional**

A boa governança tem como características básicas a transparência em suas relações principalmente com os *stakeholders* e, a partir daí, começam a serem executadas nas organizações as políticas próprias, os processos e, conseqüentemente, as leis. O interessante é, que com todas essas ferramentas implementadas, ainda existem casos de corrupção.

Para Andrade e Rosseti (2006, p. 132): “Vistos como grupos interagentes do ambiente de negócios das companhias, os *stakeholders* precisam ser administrados de forma a assegurar lucratividade, crescimento e fluxos livres de caixa”. Para os referidos autores foram inseridos na análise, além dos quesitos “Transparência e Prestação de Contas, amplamente incluídos pela legislação brasileira”, pontos considerados essenciais como: “Eficiência, Previsibilidade, Boa Gestão Financeira e Prevenção à Corrupção”. Também foram considerados fatores ligados ao clima político como: “a ampla Participação nos Processos Decisórios e a Democratização das empresas, através do acesso à informação e a disputa do poder”. É unânime que a implantação de apenas um ou alguns destes cinco pontos, com certeza, não garantem a efetiva boa gestão para uma organização.

Em relação a definição científica de GC, para Lodi (2000, p.13), “Governança Corporativa é o sistema de relacionamento entre os acionistas, os auditores independentes, os executivos da empresa, lideradas pelo Conselho de Administração”. Andrade e Rossetti (2004, p.25) sintetizam o conceito de governança corporativa como “um conjunto de mecanismos de gestão das empresas”. Para o IBGC (Instituto Brasileiro de Governança Corporativa, 2017) a governança corporativa trata da vinculação do sistema no qual as empresas são dirigidas, monitoradas e incentivadas, no envolvimento conjunto de sócios, conselho de administração, diretoria, órgãos de fiscalização e controle e demais partes interessadas. Já Gilles B. Paula, 2016 na matéria *Governança Corporativa: tudo que você precisa saber sobre*

*o “fair play” do mundo dos negócios!*, caracteriza a governança corporativa como um conjunto de boas práticas, para aumentar a confiança das partes interessadas sendo eles em investidores, acionistas, fornecedores, colaboradores, dentre outros diante os princípios éticos, transparentes e de mecanismos que propõem um melhor desempenho econômico.

Em relação à função, de acordo com Millstein (1998, p.13), a essência da governança corporativa é a forma de gerir sociedades, envolvendo acionistas, conselho de administração, diretoria, auditoria independente, conselho fiscal e outras partes que de alguma forma tenha interesse na empresa. Seguindo o modelo, a CVM (Comissão de Valores Mobiliários) - uma autarquia vinculada ao ministério da fazenda do Brasil - vem com a proposta de implantação de uma governança corporativa que demonstram transparências nas ações da empresa e eficiência, com o objetivo de tornar as empresas mais fortes no mercado.

A adoção de um sistema de governança proporciona o bem-estar entre os investidores e empresa, ou seja, a empresa passa a atrair cada vez mais investidores, fazendo assim o “status” da empresa subir no mercado. A criação de uma governança corporativa envolve uma discussão sobre métodos internos e externos para que seja assegurado que todas as medidas tomadas pelas empresas não prejudiquem os acionistas, clientes ou qualquer outra parte interessada. Para que isso seja seguido à risca pelas empresas que desejam implantar a governança corporativa em suas empresas a Bovespa – Bolsa de Valores de São Paulo, atualmente com a nomenclatura B3 (Brasil, Bolsa, Balcão) - decidiu criar níveis de governança para empresas que negociam através dela. Foram criados para isto níveis de segmentação, que foram separados em nível 1, nível 2, novo mercado e Bovespa Mais, em que para o nível 1 as exigências são de menor grau e o Bovespa Mais com um grau de exigência maior.

No quadro a seguir são demonstrados os níveis de governança e suas exigências para cada nível:

#### QUADRO 1.1: Comparativo entre os mercados

	BOVESPA MAIS	NOVO MERCADO	NÍVEL 2	NÍVEL 1	TRADICIONAL
Percentual Mínimo de Ações em Circulação (free float)	25% de free float até o sétimo ano de listagem, ou condições mínimas de liquidez	No mínimo 25% de free float	No mínimo 25% de free float	No mínimo 25% de free float	Não há regra
Características das Ações Emitidas	Somente ações ON podem ser negociadas e emitidas, mas é permitida a existência de PN	Permite a existência somente de ações ON	Permite a existência de ações ON e PN (com direitos adicionais)	Permite a existência de ações ON e PN	Permite a existência de ações ON e PN
Conselho de Administração	Mínimo de três membros (conforme legislação)	Mínimo de cinco membros, dos quais pelo menos 20% devem ser independentes	Mínimo de cinco membros, dos quais pelo menos 20% devem ser independentes	Mínimo de três membros (conforme legislação)	Mínimo de três membros (conforme legislação)
Demonstrações Financeiras Anuais em Padrão Internacional	Facultativo	US GAAP ou IFRS	US GAAP ou IFRS	Facultativo	Facultativo
Concessão de Tag Along	100% para ações ON	100% para ações ON	100% para ações ON 80% para ações PN	80% para ações ON (conforme legislação)	80% para ações ON (conforme legislação)
Adoção da Câmara de Arbitragem do Mercado	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório	Facultativo	Facultativo

FONTE: BM&FBovespa.

<http://www.investpedia.com.br/artigo/Os+mercados+Novo+Mercado+Nivel+2+Nivel+1+etc.aspx>

Expressões necessárias para entendimento do quadro:

- *Free Float*: É a quantidade percentual de ações livres à negociação no mercado, são ações que não pertencem aos acionistas estratégicos (controladores e diretores).
- *Ações ON*: São as ações ordinárias, o analista econômico da *Wintrade*, José Góes, “as principais diferenças entre ações preferenciais (PN) e as ordinárias (ON) é que para os detentores da primeira (PN), existe uma preferência na distribuição de dividendos, enquanto quem possui ações ON tem direito a voto nas assembleias”.
- *US GAAP, IFRS*: *GAAP* é a sigla para *Generally Accepted Accounting Principles* ou em português, Princípios Contábeis Geralmente Aceitos, a *GAAP* é exclusivamente do território contábil e não fiscal ou tributário.

- *US GAAP*: São as normas contábeis adotadas no território dos Estados Unidos, criados pela *SEC (Securities and Exchange Commission)* que simplesmente é a CMV dos EUA.
- *IFRS*: O significado da sigla é *International Financial Reporting Standards*, que assim como o *GAAP* é relacionado a parte contábil a *IFRS* definem as ações que devem ser seguidas para mensuração, reconhecimento, apresentação e divulgação de informações financeiras, econômicas, patrimoniais e especiais das demonstrações. A *IFRS* são normas contábeis que devem ser internacionalizadas para que tenha um padrão mundial.
- *Tag Along*: Mecanismo previsto em lei, para proteger o acionista minoritário no caso de uma eventual troca de comando de uma empresa.

Segundo Lethbridge (1997), governança corporativa é um conjunto de instituições, regulamentos e convenções e suas culturas com o objetivo de administrar a relação entre empresas, acionistas e outros grupos que, de acordo com os modelos administrativos, devem prestar contas; sendo assim, é possível afirmar que o conceito e objetivo da governança corporativa são o relacionamento estreito e o controle sobre os executivos e modelos de gestão nas grandes empresas, com foco em demandar os princípios de transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade corporativa.

A estrutura organizacional da governança corporativa é composta por elementos específicos para uma execução de prática positiva: Conselho de administração, comitês do conselho de administração, conselho fiscal e direção executiva. Apesar de não fazer parte da estrutura da governança corporativa é imprescindível que a empresa tenha o acompanhamento de uma auditoria independente, pois, através dela, a empresa zela pela sua fidelidade e dignidade, garantindo uma maior confiabilidade nas informações expostas pelas demonstrações financeiras e notas explicativas emitidas por ela.

Apesar das privatizações ocorridas de muitas estatais no Brasil nas décadas de 1980 e 1990, o Estado ainda assim é acionista relevante em diversas companhias, algumas até mesmo com posicionamento relevante do BNDES – Banco Nacional de

Desenvolvimento - e fundos de pensão que são indiretamente controlados pelo Governo de tal forma existindo as companhias estatais e as mistas nas quais o Governo é o investidor majoritário, mas podendo realizar o compartilhamento das ações com investidores privados. Também pode haver situações em que o Estado possui investimento minoritário em algumas companhias; porém, mesmo com capital inferior implementado na organização, pode haver interferência do governo sobre aspectos estratégicos e maneiras de investimentos destas empresas. Dessa forma, uma das maneiras para se controlar a maneira de interferência do governo sobre um negócio e decifrar se este se encontra em caminhos que beneficiem a todos e isso deve ser feito por meio da governança corporativa instalada no ambiente organizacional de cada empresa.

Para deixar de maneira mais tangível a se visualizar este cenário da necessidade na implementação da governança corporativa, é traduzindo o modo como o governo controla suas ações, hoje perante diversos escândalos envolvendo empresas de renome como *Petrobrás*, *Vale*, *JBS* e dentre outras caracterizando que a governança nestes ambientes não estavam bem estruturados, ocasionando os inúmeros desvios de condutas e conseqüentemente prejudicando todo o conjunto de *stakeholders* interligados com essas empresas.

A teoria dos *stakeholders*, no contexto da governança corporativa, permite a identificação de estratégias direcionadas e fundamentadas em práticas corporativas. O posicionamento de Porter<sup>6</sup>, as competências essenciais, as disciplinas de valor, as estratégias de *Ohmae*<sup>7</sup> e outras teorias permitem identificar e valorizar a importância da teoria dos *stakeholders* como basilar no meio empresarial e como parte integrante do planejamento estratégico em sua essência.

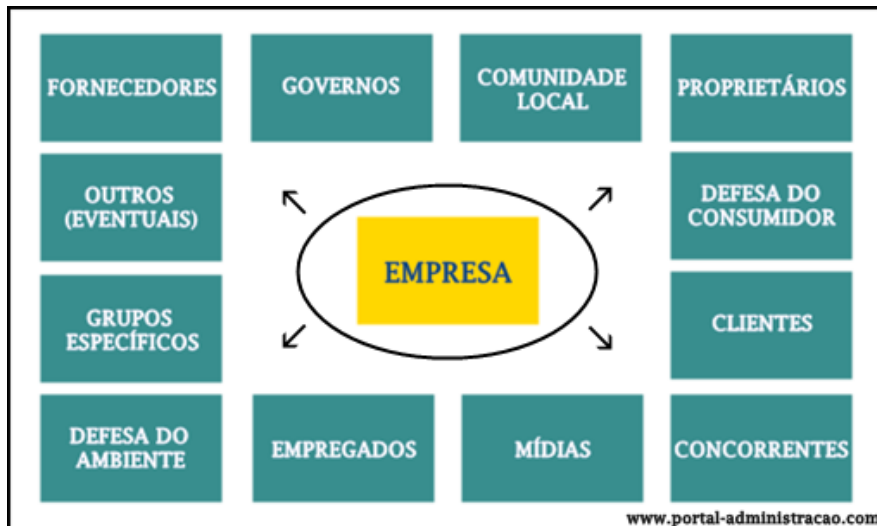
Conforme o site *Administradores.com*, as partes que integram o grupo de influência (*stakeholders*) são:

---

<sup>6</sup> Michael Eugene Porter é um professor da Harvard Business School, com interesse nas áreas de Administração e Economia. É autor de diversos livros sobre estratégias de competitividade.

<sup>7</sup> Kenichi Ōmae é um dos mais importantes estrategistas empresariais e desenvolvedor da 3C's Model.

FIGURA 1.1: Os *Stakeholders* e as Teorias Institucionais da Firma



FONTE: [www.portal-administracao.com](http://www.portal-administracao.com)

Argenti (1997) deixa claro que o número de *stakeholders* que atuam na organização é infinito, dependendo de suas peculiaridades e do negócio envolvido. Para a BM&FBovespa atual B3(2019), a governança corporativa é mencionada como:

Conjunto de mecanismos de incentivo e controle que visa assegurar que as decisões realizadas sejam tomadas objetivando benefícios a longo prazo das organizações, havendo inclusão do conselho de administração ativo e que este atue com autonomia sendo este independente, que o sistema de remuneração dos administradores e colaboradores seja alinhado com os interesses da sócios da companhia, assegurando os controles internos que obtenha procedimentos e práticas éticas.

Empresas que adotam a governança corporativa ganham benefícios em todos os aspectos desde a transparência nos seus processos de sucessão, a possibilidade de monitoramento da gestão, além da identificação e avaliação dos riscos. Neste âmbito da governança corporativa das empresas, o conselho de administração é a peça fundamental, para efetivamente termos uma organização segura e alinhada. Um conselho ativo e independente é a peça chave para administração das empresas, para

que elas tenham uma visão analítica e crítica quanto ao consenso dos acionistas majoritários.

A seguir será definido cada um dos pilares na adoção de Governança Corporativa na empresa em relação aso *stakeholders*.

### 1.1 Transparência

A transparência não precisa ser resguardada apenas no acesso das informações obrigatórias por exigência da lei. A transparência é considerada única em uma organização, quando está representada para todas as partes envolvidas as informações que legitimamente sejam de seu interesse. O conceito de transparência não deve se ater somente ao desempenho econômico-financeiro, mas, deve conter também os demais fatores, inclusive os que não podem ser tocados e que direcionam as ações da gestão.

É a transparência nas informações que permite a identificação e comprovação dos demais princípios de governança em uma organização. Sendo assim, é a principal responsável pela credibilidade de uma entidade e de seus gestores, tanto à frente dos grupos internos como em relação a terceiros, os chamados *stakeholders*.

### 1.2 Equidade

A definição de equidade resume, de forma objetiva, ao que se espera de uma entidade gerenciada pelos princípios de Boa Governança: (a) apreciação e julgamento justo, com respeito à igualdade de direito de cada um; (b) virtude de quem ou do que manifesta senso de justiça, imparcialidade e respeito à igualdade de direitos; (c) correção e lisura na maneira de proceder, julgar e opinar. Passa, portanto, pela análise do tratamento de seus diversos públicos de interesse, que são os *stakeholders*.

### 1.3 Prestação de Contas

Dentro dos objetivos da boa governança, os responsáveis por administrar uma organização, devem sempre prestar contas de sua atuação, atribuindo-se de forma integral as consequências como únicos responsáveis por ação e omissão.



As organizações devem ir além de aderir às necessidades legais de divulgar os seus relatórios financeiros. Precisam, efetivamente, comunicar de forma adequada todas as suas atividades para o público de maneira geral. Conseguir apresentar e confirmar que os dados contábeis públicos refletem a realidade da entidade do ponto de vista patrimonial, financeiro, fiscal e de resultado econômico, além de confirmar a transparência gerencial, esses dados demonstram uma atuação administrativa responsável, comprometida e confiável.

#### 1.4 Integridade institucional

Os responsáveis pela administração de qualquer entidade devem zelar pelos pilares sustentáveis (meio ambiente, econômico e social) da organização, de modo a enfatizar a sua existência, apresentando nas ações diárias conceitos de ordem social e ambiental. A avaliação do nível de responsabilidade inserida em uma organização passa por identificar se existe linhas claras e transparentes de atuação, que permitam o pessoal interno operacionalizar dentro de limites objetivos e demonstrem para todos os interessados como são seguidos e executados os processos e os procedimentos dentro da entidade.

O reconhecimento de um sistema de informações, de controles gerenciais precisos, de processos operacionais e administrativos bem estruturados, registrados e públicos, administrados por uma comunicação transparente e eficaz integram os pontos para uma análise.

## **2 Governança Financeira**

Sendo o objetivo da Governança Corporativa, garantir retorno aos seus interessados e estes retornos, geralmente, serem na forma financeira, é crucial que dentro desta área os pilares sejam implementados e conduzidos com maestria.

O Administrador Financeiro, nesse cenário, possui papel essencial. É de responsabilidade desta função, atuar com transparência e pela contínua prestação de contas. A partir deste gestor os princípios de Governança Corporativa dentro das empresas, serão motivados e cíclicos, visto que gestor financeiro dialoga com todos os departamentos e, conseqüentemente, troca informações preciosas para o crescimento interno da organização. Sendo assim, é através que a GC começa a ser

implantado. Com diálogo e liderança, o Gestor Financeiro tem em mãos a chave para tornar esse rígido cenário mais transparente e flexível, uma vez que a gestão dos recursos financeiros da empresa acaba por influenciar nos rumos da organização.

Dentro da metodologia de Governança Corporativa, a Gestão Financeira maximiza os pilares e contribui para o sucesso empresarial, através das seguintes ferramentas:

- I. *Fairness* – justiça, igualdade no tratamento junto aos acionistas. Tem como característica o tratamento justo e imparcial de todos os sócios e as demais partes interessadas, os *stakeholders* como colaboradores, clientes, fornecedores e até mesmo os credores. Atitudes ou políticas de ordem discriminatórias, em qualquer âmbito, são totalmente inadmissíveis.
- II. *Disclosure* – reflete a transparência das informações que afetam diretamente os negócios envolvendo os eventuais riscos e oportunidades: As organizações têm mais do que a obrigação de pontuar, informar e advertir quando necessário. A administração deve ter a rotina de informar e alertar os seus *stakeholders* e a responsabilidade de disponibilizar para as partes interessadas as informações que sejam de seu interesse e não apenas aquelas solicitadas por disposições de leis ou regulamentos. A correta transparência resulta em um ambiente de confiança, tanto interno quanto nas relações da empresa com terceiros. A transparência não deve se resumir somente ao desempenho por resultados financeiros, deve, igualmente, enfatizar os demais fatores (inclusive intangíveis) que conduzem a ação gerencial e que orientam a criação de valor.
- III. *Accountability* – origina se da prestação responsável de contas embasadas nas melhores práticas contábeis e de auditoria. Os responsáveis da governança devem prestar contas de sua atuação, assumindo de forma integral as consequências de seus possíveis atos e omissões.
- IV. *Compliance* – trata se da conformidade no cumprimento das normas reguladoras, que constam nos estatutos sociais, nos regimentos internos e nas instituições legais do país.

V. Responsabilidade Corporativa, Sustentabilidade e Ética – Os agentes de governança devem cuidar da sustentabilidade nas organizações, tendo como objetivo sua prolongação, anexando considerações de ordem social e ambiental na definição dos negócios e operações. Responsabilidade corporativa é uma visão mais ampla da estratégia empresarial, atentando a todas as relações com a comunidade em que a sociedade atua. Conselheiros e executivos devem guardar pela longevidade das organizações (visão de longo prazo e sustentabilidade) e, portanto, devem incorporar considerações de ordem social e ambiental na definição dos negócios e suas respectivas operações.

Embasados neste portfólio de ações, os gestores financeiros buscam ganhar mercado e/ou ampliar sua estrutura, seus processos e fluxos de informação, conquistando posicionamento e sucesso empresarial.

O maior desafio é tornar os processos internos tão rápidos quanto o ambiente externo, mantendo a ética e a transparência exigida e implementar uma cultura de valor ao negócio. Através da adoção de ferramentas tecnológicas e uso de proteção de dados, é possível cuidar dos riscos, aumentando o valor da empresa no mercado. Acompanhar o mercado, ter visão sistêmica do negócio, trabalhar bem sob pressão e agilidade na tomada de decisão são habilidades essenciais do profissional que estará à frente da gestão financeira com foco em governança corporativa. Ademais, construir uma equipe com os mesmo valores e ideais faz toda a diferença.

O compromisso é reduzir custos e garantir retorno. Com este compromisso a Governança Financeira pode conquistar:

- ✓ Uma estrutura de custos competitiva resultante de simplificação e centralização das operações/processos essenciais, diminuindo a burocracia;
- ✓ Implantar um modelo de custo estruturado que acompanha o crescimento da empresa;
- ✓ Maximizar valor para os acionistas;
- ✓ Ao optar por processos relevantes, alcançar com mais facilidade metas;

- ✓ Tornar o negócio mais acessível, simples de gerenciar, padronizando e automatizando processos;
- ✓ Através do desenvolvimento da consciência do negócio, alcançar a redução de custos;
- ✓ Demonstrar que a redução de custos visa não somente o retorno financeiro, mas também, a melhoria do desempenho empresarial;
- ✓ Aumentar não somente a rentabilidade, mas a produtividade empresarial;
- ✓ Ter a consciência que as metas devem ser alcançáveis e que beneficie a todos.

### **Considerações Finais**

Desenvolver a cultura da governança corporativa é muito importante para qualquer empresa que deseja desenvolver seu mercado, contribuir com a economia e satisfazer seus *stakeholders*. Não há mágica. É necessário esforço, comprometimento, apoio e paciência para enfrentar um cenário turbulento, a nível Brasil, para alcance do sucesso.

Através da metodologia de Governança Corporativa é possível estruturar a organização, com políticas de ações e pensamentos, conferência e um “livro aberto” empresarial em relação à transparência. A imagem da empresa diante de todos os interessados se modifica, fica mais forte, posicionada, confiável e com maior valor.

Fica claro que a Governança se torna efetiva quando as empresas adotam, de forma consistente, as boas práticas e seus pilares, tentando minimizar os potenciais conflitos entre os diversos grupos que orbitam em torno da empresa e buscam seus próprios interesses.

### **Referências Bibliográficas**

Administradores.com. Institucional. 2017. Governança Corporativa: o papel do Gestor Financeiro no crescimento interno das empresas. Disponível em: <https://administradores.com.br/artigos/governanca-corporativa-o-papel-do-gestor-financeiro-no-crescimento-interno-das-empresas>. Acesso em 05/04/2020.

Administradores.com. Institucional. 2020. Gestão de stakeholders: um novo caminho. Disponível em: <https://administradores.com.br/artigos/gestao-de-stakeholders-um-novo-caminho>. Acesso 20/03/2020.

Andrade, A.; Rossetti, J. P. 2006. Governança corporativa: fundamentos, desenvolvimento e tendências. São Paulo: Atlas.

Andrade, A.; Rossetti, J. P. 2004. Governança corporativa: fundamentos, desenvolvimento e tendências. São Paulo: Atlas.

Argenti, J. 1997 Stakeholders: the Case Against. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0024630197000046?via%3Dihub>. Acesso em 27/03/2020.

B3. Institucional. 2020. Segmentos de listagem. Disponível em: [http://www.bmfbovespa.com.br/pt\\_br/listagem/acoes/segmentos-de-listagem/nivel-1](http://www.bmfbovespa.com.br/pt_br/listagem/acoes/segmentos-de-listagem/nivel-1). Acesso 30/03/2020

Bovespa. 2007. 100 companhias nos níveis diferenciados de governança corporativa. 2007a. Disponível em: <http://bovespa.com.br/Noticias/070301NotA.asp.companhias>. Acesso em: 24/03/2020.

Bovespa. 2007. Governança corporativa: nível 2 de governança. 2007c. Disponível em: [http://www.bovespa.com.br/Empresas/NovoMercadoNiveis/cias\\_niveisdif\\_intro2.asp](http://www.bovespa.com.br/Empresas/NovoMercadoNiveis/cias_niveisdif_intro2.asp). Acesso em 24/03/2020.

Comissão de Valores Mobiliários. Institucional. 2020. Disponível em: [www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br). Acesso em 30/04/2020.

Gitman, L. J. Princípios de Administração Financeira. 7ª. Edição. São Paulo: Editora Harbra, 1997.

IBGC. Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. 2004. Código das melhores práticas de governança corporativa. 3. Versão. Disponível em: <<http://www.ibgc.org.br>>. Acesso em: 26/03/2020.

Lethbridge, E. 1997. Tendências da empresa familiar no mundo. Revista BNDES, n. 7, jun. Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br/conhecimento/revista/rev707.pdf>>. Acesso em 22/03/2020.

Lodi, J. B. 2000. Governança Corporativa – O Governo da Empresa e o Conselho de Administração. Rio de Janeiro: Editora Campus.

Melhores Práticas de Governança Corporativa. Edição Ampliada, 2001. Disponível em [www.ibgc.org.br](http://www.ibgc.org.br). Acesso em 25/03/2020.

Mendonça, C. M. C. 2013. Governança de tecnologia: um estado do processo decisório em organizações públicas e privadas. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/2410/241026045008.pdf>. Acesso em 29/03/2020.

Millstein, I. M. 1998. Corporate governance: improving competitiveness and access to capital in global markets. França: OCED.

O que é governança corporativa? Disponível em: <https://www.ibgc.org.br/conhecimento/governanca-corporativa>. Acesso 04/04/2020.

Paula, G. B. 2016. Governança Corporativa: tudo que você precisa saber sobre o “fair play” do mundo dos negócios! Disponível em: <https://www.treasy.com.br/blog/governanca-corporativa>. Acesso 29/03/2020.

## Karl Marx e a questão educacional

José Euzébio de Oliveira Souza Aragão<sup>8</sup>

*Emerson Francisco de Souza*<sup>9</sup>

### RESUMO:

O presente artigo traz uma reflexão acerca da importância em demonstrar como as ideologias marxistas podem contribuir com a educação nos dias atuais e se manifestam na busca de uma consciência política coletiva pelos estudantes da educação básica, sendo assim, buscou-se refletir sobre a educação contemporânea nos aspectos políticos e institucionais. Esse é um trabalho pretensioso. Pretendendo analisar a contribuição de Marx para a questão educacional! É pretensão por vários motivos: primeiro por não dominar, e em segundo acreditar que sua contribuição no campo educacional que, embora seja objeto de alguma obra específica, é indissociável do seu pensamento econômico, social e político. Nesse âmbito, é bom frisar que as esparsas referências à educação e à “pedagogia” ficam aclaradas quando, além de contextualizadas historicamente, estão inseridas na sua interpretação crítica do sistema capitalista; terceiro, pela limitação bibliográfica. O presente trabalho foi construído sob uma metodologia baseada na coleta de dados bibliográficos, tendo sido utilizados livros e sites de pesquisas de autores como: Bobbio (2002); Freire (2009) e Marx (2001). Especificamente sobre o tema Marx/Engels e Educação existe o livro de Mario Alighiero Manacorda, “Marx e a Pedagogia Moderna”, e o Maria Alice Nogueira, “Educação, Saber, Produção em Marx e Engels”. O livro de Lucília Machado, “Politécnica, Escola Unitária e Trabalho”.

**Palavras – chaves:** Marx, Materialismos, Educação, emancipação e capitalismo

---

<sup>8</sup> Professor do departamento de Educação e do programa de Pós- graduação em Educação do Instituto biociências da Universidade Estadual Paulista Júlio Preste Filho (Unesp) Campos Rio Claro.

<sup>9</sup> Professor da rede estadual de ensino do estado de São Paulo, Professor da Faculdade Capital Federal (Fecaf) doutorando em Educação Universidade Estadual Paulista Júlio Preste Filho (Unesp) Rio Claro.

## **ABSTRACT:**

This article brings a reflection on the importance of demonstrating how Marxist ideologies can contribute to education today and manifest in the search for a collective political awareness by students of basic education, thus, we sought to reflect on contemporary education. in the political and institutional aspects. This is pretentious work. Intending to analyze Marx's contribution to the educational question! It is pretension for several reasons: first because it does not dominate, and secondly to believe that its contribution in the educational field that although it is object of some specific work, is inseparable from its economic, social and political thought. In this context, it is good to emphasize that the sparse references to education and “pedagogy” are clarified when, besides being historically contextualized, they are inserted in their critical interpretation of the capitalist system; third, by the bibliographic limitation. The present work was built under a methodology based on bibliographic data collection, having been used books and research sites of authors such as Bobbio (2002); Freire (2009) and Marx (2001). Specifically on the theme Marx / Engels and Education there is the book by Mario Alighiero Manacorda, “Marx and Modern Pedagogy”, and Maria Alice Nogueira, “Education, Knowledge, Production in Marx and Engels”. Lucília Machado's book, “Polytechnic, Unitary School and Work”.

**Key words:** Marx, Materialisms, Education, Emancipation and Capitalism

## **INTRODUÇÃO**

Grande parte dos discentes são oriundos da classe subalterna da sociedade, porém sabemos que essa realidade é pouco levada em conta na hora do desenvolvimento de uma proposta curricular.

Em suma, este artigo tem como objetivo demonstrar como as ideologias marxistas podem contribuir para termos uma educação política de qualidade e se manifestam na busca de uma consciência política coletiva pelos estudantes da Educação Básica, sendo assim, buscaremos refletir sobre a educação contemporânea



nos aspectos políticos e institucionais a partir de uma visão materialista histórica e dialética .

## **REVOLUÇÃO INDUSTRIAL, TRABALHO E DIVISÃO DO TRABALHO.**

Uma grande transformação, o móvel do capitalismo, um avanço cumulativo, auto sustentado e interacional da tecnologia. Estamos aqui pensando e considerando de forma bem simplificada a questão do capital ao longo da história da humanidade, passando pelo idade média a relação de trabalho entre suserano e vassalo e até mesmo pelo processo da privatização da sociedade privada com surgimento da aliança entre o monarca e a burguesia. No entanto, a nova divisão do trabalho com o surgimento da revolução industrial a partir das matérias primas coloniais vinda da exploração imperialista das grandes nações temos uma nova forma de produção emergindo na sociedade principalmente ocidental uma nova forma de produção mais abruta e muito mais lucrativa.

A revolução Industrial, iniciada na Inglaterra por volta de 1760 e propagada por toda Europa Ocidental foi muito mais que inovações tecnológicas. Sem dúvida, o cerne dessa revolução foi uma sucessão inter-relacionada de mudanças tecnológicas: substituição das habilidades humanas por dispositivos mecânicos, a utilização de novas fontes de energia (principalmente a vapor) em lugar da força humana e animal e a melhoria marcante na obtenção e trabalho de novas matéria primas, em particular os minerais, que deram impulso à metalurgia e à indústria química.

As transformações tecnológicas encadearam transformações nos processos de produção e nas relações sociais conferindo um caráter social a essa revolução. Êxodo rural e urbanização, ampliação de mercados, com alargamento da rede do comercio internacional, e o surgimento do proletariado constituem-se algumas características dessa nova ordem.

Landes, (1994) ressaltando os aspectos positivos da Revolução industrial, coloca a industrialização, aspecto puramente tecnológico dessa revolução, dentro de um processo mais amplo e mais completo que domina como modernização.

A modernização, segundo Landes, abrange avanços como a urbanização, a redução acentuada das taxas de mortalidade infantil e natalidade em comparação com os níveis tradicionais, o estabelecimento de uma burocracia governamental eficaz bastante centralizada e a criação de um sistema educacional capaz de formar e

socializar as crianças. Para Landes todos esses elementos são interdependentes, mas a maturidade tecnológica é o único ingrediente indispensável à modernização.

Marx(1991) capta o sentido real das transformações geradas pela Revolução Industrial e a divisão técnica do trabalho, consubstancial ao processo de implantação do modo de produção capitalista, é o eixo sobre qual se articulam as colocações de Marx em torno do tema da educação e do ensino. A divisão do trabalho é, historicamente, exigida pelo processo do trabalho manufatureiro ou industrial.

Manacorda (1992) capta em Marx duas expressões distintas do trabalho, uma negativa e uma positiva. Negativamente o trabalho é uma coisa principal, o poder acima dos indivíduos: é o processo histórico da alienação, perdendo toda a aparência de manifestação pessoal. “O trabalho subsume os indivíduos sob uma determinada classe social, predestina - os, desse modo, de indivíduos a membros de uma classe: uma condição que apenas poderá ser eliminada através da superação da propriedade privada e do próprio trabalho”. Positivamente, o trabalho é, para Marx:

“um processo entre homem e a natureza, em que o homem realiza, regula e controla mediante sua própria ação, seu intercâmbio material com a natureza. A fim de apropriar-se da natureza material em forma útil a sua vida, o homem aciona as forças naturais que formam a sua corporeidade: braços, pernas, cabeça e dedos. E ao atuar desse modo sobre a natureza exterior a ele transformá-la, o homem transforma também sua própria natureza, desenvolve as potencialidades nele adormecidas e submete o jogo dessas forças ao seu próprio domínio”. (Marx,1991)

Nessa expressão o trabalho fica claro a sua dimensão histórica e sua concepção como “manifestação da essência humana”. Não há ruptura entre concepção e execução, entre trabalho manual e intelectual.

“a divisão do trabalho, portanto, dividiu o homem e a sociedade humana, mas tem sido a forma histórica do desenvolvimento da sua atividade vital, da sua relação-domínio sobre a natureza”.( Marx,1991)

Marx(1991), traça rápido esboço de seu desenvolvimento das formas mais simples aquelas gradativamente mais complexas e mais produtivas, mas igualmente mais contraditórias, até a formação da grande indústria que “subsumiu as ciências naturais ao capital e tirou à divisão a última aparência do seu caráter natural”. (Manacorda, 1991).

A cooperação simples se traduz na reunião, no tempo e no espaço, de trabalhadores que executam operações conexas assentadas em uma base técnica ainda artesanal (...) esta forma de trabalho difere do artesanato em dois aspectos: no

plano quantitativo, um aumento considerável da escala média de produção e, ao nível das condições de trabalho, intervenção das certas modificações no processo produtivo, notadamente a duração, regularidade e intensidade de trabalho.

Por sua vez, com esse aumento na escala de produção, impor-se a criação de postos de coordenação e de controle (incumbência ao capital) das atividades de produção (...). Observa-se uma perda parcial do controle sobre a produção que detinha outrora o trabalhador-artesão. E, no mesmo movimento, o desencadeamento do processo de separação as atividades de concepção e de execução. (...)

Um aprofundamento do movimento de separação das atividades de concepção/execução tem lugar com a manufatura, a qual é definida como a forma capitalista de cooperação baseada na divisão de trabalho. A divisão manufatureira do trabalho repousa sobre dois princípios fundamentais distintos. O parcelamento do trabalho: (decomposição do processo do trabalho do operário) e a especialização do operário: (fixação do trabalhador num segmento do processo de trabalho), (...).

Nessa forma, o processo de trabalho não sofre modificações profundas. Essencialmente manual, o trabalho ainda depende em grande parte da habilidade e da força do produtor direto. O trabalhador perde a visão de conjunto da totalidade do processo de trabalho, mas ainda conserva uma dose importante de domínio sobre o mesmo. (...).

Com a grande indústria, a mecanização da produção provoca uma simplificação do trabalho do operário, tornando-o menos dependente da habilidade do trabalhador. (...). Com efeito, segundo Marx, são essencialmente duas as categorias que comporão doravante o trabalhador coletivo da grande indústria. O operador da máquina e seu auxiliar (geralmente uma criança). Por outro lado, um grupo reduzido de pessoa altamente qualificado (de manutenção e reparação, técnicos, engenheiros, etc.).

Se desenvolve e tende a centralizar os conhecimentos relativos aos processos produtivo. (...). Para Marx (1991), o maquinismo aprofunda o processo de separação entre o trabalho de concepção e o trabalho de execução iniciando com a cooperação simples, com vistas a quebrar a autonomia (e poder) que o controle do saber-fazer relativo ao processo de trabalho, conferia no operário (Nogueira 1993).

## Marxismo

Marx (1991), tem como princípio básico em seus escritos a luta de classes. Sabemos bem que no “Manifesto Comunista”, no capítulo “Burguesia e proletariado”, o autor diz que:” a história da humanidade é a história da luta de classe”. (...) “Isto está relatado no Manifesto Comunista, uma das maiores obras primas da humanidade, e o livro básico para o intelectual que se denomina marxista”.

As ideias da teoria marxistas que compõem a corrente historiográfica que para alguns intelectuais são denominado Materialismo Histórico e Dialético. O material ou a mercadoria é um meio (instrumentos) de relação entre os seres humanos, são os materiais que intermediar as relações entre os seres humanos ao longo da história.

Mundo capitalista este que teve sua origem desde século XV na Europa como surgimento das feiras de burgos com a crise do sistema feudal como escreveu Karl Mark na “ideologia alemã” (2010)

A forma pela qual os homens produzem seus meios de vida depende, sobretudo, da natureza dos meios de vida já encontrados e que eles precisam produzir. Não se deve, porém, considerar tal modo de produção de um único ponto de vista, ou seja, a reprodução da existência física dos indivíduos. Trata-se muito mais uma forma determinada de atividade dos indivíduos, de uma forma determinada de manifestar sua vida, um modo de vida determinada. Da maneira como os indivíduos manifestam sua vida, assim são eles. O que eles são coincide, portanto, com sua produção, tanto com o que produzem como com o modo como produzem. O que os indivíduos são, por conseguintes, depende das condições materiais de sua produção (p.44)

Outra questão que não podemos deixar de levar em conta é a vida política de Marx e seu engajamento em relação as suas próprias ideias. Os debates políticos de Marx começam a partir de seus contatos com textos de seu grande amigo Frederik Engels, onde debatia os chamados hegelianos de direita ou de esquerda, isso durante sua estada em Berlim (1837 -1841), e o segundo debate entre a concepção de Engels sobre o liberalismo econômico da época. Marx tem atuações políticas e filosóficas quando praticamente é obrigado a se mudar para França, devido à perseguição política de seu grupo filosófico, Ainda sim, sofre perseguição política por sua atuação junto a artigos políticos publicados. Como está no livro “para compreender a ciência” (2012).

“Mais uma vez, por razões políticas, Marx foi obrigado a mudar de país: foi à Bélgica (Bruxelas), onde permaneceu até 1848. Durante este período, Marx e Engels desenvolveram intensa atividade intelectual e política: participaram

da liga dos comunistas, para a qual escreveram o Manifesto Comunista.”  
(p.395)

Vamos só lembrar que, neste mesmo ano (1848) Marx, publica “A ideologia alemã”, “O manifesto comunista”, retorna à Alemanha e funda a “Nova gazeta Renana”, que é fechada ano seguinte, mais uma vez por perseguição política, onde se muda novamente de país e vai para Londres, Inglaterra, onde morre em 1883. Marx atuou também na Comuna em Paris, em 1871, ou até mesmo a organização dos operários, dos trabalhadores, em 1864. Por essas atuações políticas coloco o marxismo (materialismo histórico) como referências para uma proposta educacional, onde tenha por finalidade a emancipação da consciência política dos alunos.

### **O Homem Unilateral.**

A divisão do trabalho em manual e intelectual conduz o homem a uma unilateralidade o trabalhador manual, operário e o intelectual.

Para Marx a unilateralidade, reúne todas as determinações negativas, da pessoa humana, e é o oposto da unilateralidade, que reúne todas as perspectivas positivas da pessoa humana. Continuando com Marx, (1994)

“o trabalho produz deformidade, imbecilidade, cretinismo no operário, que se torna um objeto estranho e desumano, no qual nenhum dos sentidos existe mais e que não apenas não mais as necessidades humanas, mas em que também as necessidades animais cessam, pois se tornou um ser insensível e sem necessidades”.

A unilateralidade, segundo Marx (1994), vale também para o capitalista: “em primeiro lugar, deve-se observar que tudo que se manifesta no operário como atividade de expropriação, alienação, se manifesta no não-trabalhador como estado de apropriação, de alienação”, e a monstruosidade, a imoralidade, o helotismo, são conjuntamente dos operários e dos capitalistas.

Para combater a alienação humana, está a exigência da unilateralidade, de um desenvolvimento total, completo, multilateral, em todos os sentidos das faculdades e das forças produtivas, das necessidades e da capacidade da sua manifestação. Segundo Manacorda (1992), o termo unilateral aparece nos manuscritos de 1844, quando Marx (1994), diz que “o homem se apropria de uma maneira unilateral do seu ser unilateral, portanto como homem total”.

A unilateralidade é, portanto, a chegada histórica do homem a uma totalidade de capacidades produtivas e, ao mesmo, a uma totalidade de capacidade e consumo

e prazeres, em que se deve considerar sobre o gozo daqueles bens espirituais, além dos materiais, dos quais o trabalhador tem estado excluído em consequência da divisão do trabalho.

O homem unilateral que Marx (1994), propõe, superior ao homem existente, livrar-se-á da estreita esfera do trabalho dividido por meio da unidade de trabalho e ensino; a reunificação das estruturas da ciência com as da produção, um ensino tecnológico que fosse ao mesmo tempo, teórico e prático.

## **Marx e o Estado**

Para as ideologias marxistas, o estado é uma instituição de organização burguesa onde, seu funcionamento visa privilegiar as classes dominantes, que controla o estado para seu próprio benefício, assim como as classes operárias a partir do sistema capitalista, onde oferece o mínimo necessário para sua manipulação para o controle social desta classe operária. Não podemos aqui ressaltar os ganhos da classe dominante e seu controle do estado sem falarmos sobre as teorias iluministas.

O movimento iluminista tem seu desenvolvimento durante o século XVIII principalmente nos países desenvolvidos da Europa, como França e Inglaterra. O Iluminismo é um movimento intelectual patrocinado pela burguesia do século XVII e XVIII, tinha como princípio desenvolver argumentos para controlar o estado, que estava sendo administrado pelo monarcas absolutistas.

No entanto, este movimento estava extremamente ligado à expansão no capital, onde as primeiras fábricas começam a caminhar nos países mais ricos. Isso não ficava restrito ao continente Europeu, chegava a suas colônias também. Portanto, até os dias atuais a burguesia está no controle estatal exercendo forte controle em todos os aspectos.

Uma destas maneiras de controle é o não desenvolvimento da emancipação política nas salas de aulas das escolas públicas, pois as classes burguesas têm o controle do estado e naturalmente destas instituições. Que demonstra no livro ‘O Marxismo e o estado ‘ organizados por textos de vários autores como de Norberto Bobbio, (2002):

Uma vez definido o estado como os instrumentos de domínio da classe dominante não faziam outra coisa que extrair a consequência lógica das suas

premissas: de fato o critério fundamental, com base no qual a tradição precedente havia distinguido as formas boas das más, era como se os detentores do poder governassem para o bem de todos ou para o próprio bem. ( p.28)

Talvez um estado “ideal “para um marxista fosse um estado democrático socialista representativo, na qual os membros desta democracia sejam reconhecidos como sujeito histórico e indispensável, dentro do estado, e que nunca considere um acima do outros por diferenças sociais e econômicas. Mas que o estado consentisse que o indivíduo é como órgão do grande corpo que é o estado, e o todo precisa contribuir para o funcionamento desse corpo. Portanto, para esta finalidade o estado precisa desenvolver nos indivíduos noções de políticas coletivas, estes elementos só serão construídos a partir de uma educação para emancipação da consciência e para as relações sociais harmônicas.

### **A democracia e o Estado**

Podemos colocar, em poucas palavras, que a democracia tem em sua essência a busca da igualdade entre os seres da sociedade, onde as decisões possuem as mesmas medidas, mas não o mesmo interesse. Um cidadão da classe operária (baixa) vai exercer sua cidadania sem uma consciência política, e os cidadãos das classes dominantes, em sua grande maioria, se dispõem de todos os recursos para a consciência política. Pois os níveis de acesso à educação são de diferentes qualidades e históricos de vida são diferenciados. O outro caminho possível para a formação política seriam os sindicatos; no entanto, sua burocracia sindical não viabiliza a formação política da classe operária, ou mesmo o domínio dos sindicatos por grupos burgueses.

Sabemos que dentro do estado capitalista burguês é muito difícil este desenvolvimento de sociedade e principalmente no espaço de escolas administradas pelas classes privilegiadas. Assim, pensar em uma sociedade igualitária passamos a imaginar uma sociedade socialista, onde todos partem dos mesmos princípios econômico e escolar,

Naturalmente, é essencial para a revolução socialista conseguir passar da igualdade formal à igualdade real e, se quiser, do direito igual ao direito

desigual. Mas este não pode deixar de ser um processo assaz longo (a menos que deixe no ar cada distinção entre a fase socialista, ou da transição e a fase comunista). Por outro lado, a passagem do direito desigual (que é antes, note-se, passagem para as formas de auto direção igualitária da comunidade sem coação) não pode acontecer de um golpe em cada campo. Isto abalaria os processos judiciais formais e as garantias formais, muito antes que a transformação social tivesse obtido uma profundidade tal a ponto de tornar-se “supérfluo” cada direito.” (Idem, pg. 61)

O socialismo que Karl Marx sonhou é aquele que, neste momento do estágio capitalista parece se mostrar impossível para os intelectuais mais oportunistas; entretanto, outros têm a certeza de que ainda pode ser tornar real, não é um sonho, mas sim uma meta, uma luta. O socialismo que escrevo neste artigo é o socialismo sem classes, onde o trabalho individual seja para o bem comum da sociedade. É exatamente aquele socialismo que as misérias não existem, onde as propriedades privatizadas sejam um bem comum a todos, onde tudo é de todos, e nada é de ninguém.

### **Karl Marx e Educação**

Para os materialistas dialéticos e históricos, a escola já é um aparelho ideológico do estado, que tem como pano de fundo a ideia da reprodução das classes dominantes. A própria escola tem seus aparelhos ideológicos como o currículo, livros didáticos, caderno do aluno e outros aparelhos ideológicos.

Como relatou Paulo Freire (2006) e Karl Marx (1999)

Esta dimensão crítica da consciência explica as finalidades de que as ações transformadoras dos seres humanos sobre o mundo estão impregnadas, porque são capazes de prever o resultado de sua ação ainda antes de iniciada. São seres que projetam, deixa claro Marx em o capital (p.81)  
As declamações burguesas sobre a família e a educação, sobre os doces laços que unem a criança aos pais, tornam-se cada vez mais repugnantes à medida que a grande indústria destrói todos os laços familiares do proletário e transformam as crianças em simples objetos de comercio, simples instrumentos de trabalho. (p 37)

Para a concepção materialista histórica, a emancipação da consciência passa diretamente pela escola, pois a produção do conhecimento lá é desenvolvida. Deveria ser um espaço de sociabilização, espaço comum entre os seres. Na contemporaneidade, a escola é um espaço de opressão que para o educando são



negados os conhecimentos históricos desenvolvidos pela humanidade, de conteúdos que não são relevantes para sua formação, como cidadão crítico politizado.

Assim, a escola tem como seu princípio as ideologias dos opressores, e não leva em consideração os meios sociais em que os alunos vivem, onde eles não reconhecem a escola como um espaço de formação da consciência crítica para emancipação política. Como Paulo Freire (2006) relatou em um dos seus textos críticos sobre educação:

Quem melhor que os oprimidos, se encontrara preparado para entende o significado terrível de uma sociedade opressora? quem sentirá, melhor que eles, os efeitos da opressão? quem melhor que eles para compreender a necessidade da libertação? libertação a que não chegarão por acaso, mas pela práxis de sua busca pelo conhecimento e reconhecimento necessário da necessidade da lutar por ela (p31)

Os professores são uma classe oprimida, de um sistema de ensino que lhe oferece poucas condições de trabalho. Seu trabalho está sendo realizado para agradar aos opressores. Os professores devem buscar a reflexão em sua prática docente e saber do seu compromisso social com o despertar da consciência emancipadora e crítica em seus pupilos (alunos), pois os professores, a partir de sua formação intelectual, têm que dirigir seus estudos para educar para a democracia e para a humanidade. Assim, a formação marxista se torna extremamente importante ao professor que pretende praticar a educação voltada para a democracia e para a formação da consciência crítica. Como escreveu Adorno (2011)

As tendências de apresentação de ideias exteriores que não se originam a partir da própria consciência emancipada, ou melhor, que se legitimam frente a essa consciência, permanecem sendo coletivas-relacionarias. Elas apontam para uma esfera a que deveríamos nos opor, não só extremamente pela política, mas também em outros planos muito mais profundo (p 143)

Em suma, os adeptos do materialismo histórico buscam uma conscientização de toda esfera educacional sobre sua condição e busca do despertar de consciência crítica, e do seu reconhecimento como ser oprimido. Segundo estágio chegando à libertação, e não ser adepto da cultura pedagógica dos opressores. Para se libertar dos opressores, os oprimidos precisam conhecer os opressores.

A escola tem que ser um espaço deste despertar de consciência de atitude diante das barbáries das classes opressoras, como diria o sociólogo brasileiro Florestan Fernandes: “feita a revolução na escola, o povo, a fala nas ruas”. A transformação tem que se iniciar dentro do ambiente escolar como um espaço democrático, onde o aluno se reconheça como agente principal do saber. Tem que ser um ambiente que condiz para seu despertar da consciência política emancipatória.

Só existem duas opções para a implantação do materialismo histórico na escola básica. A primeira opção seria a substituição deste partido (PSL) de direita, por um partido de esquerda, esquerda não de discurso, mas esquerda revolucionária, aquela esquerda voltada para a população, aquela ideologia de esquerda que tenha em seu maior objetivo a emancipação da consciência coletiva em busca da solução social e política.

A segunda opção seria o reconhecimento da sociedade através de sua própria necessidade, ou até mesmo, um olhar crítico para seu cotidiano, e junto organizar movimentos coletivos para transformar seu ambiente, e assim a escolha de melhores partidos, de preferência aqueles que defendam políticas curriculares educacionais que dê privilégios para as camadas sociais menos favorecidas, em que desperte a consciência coletiva para a emancipação política.

Tenho plena consciência que para atingir este nível de consciência coletiva a educação seja o instrumento fundamental para chegarmos até a emancipação política. Assim será possível, através dos professores, que, em sua maioria atuam na rede pública da educação básica e são oriundos da classe trabalhadora. Esses professores devem defender a emancipação da consciência coletiva política do educando, sua principal formação seria exatamente suas lições aprendidas na prática pela sua origem humilde. E como diz Paulo Freire na sua Pedagogia da Autonomia (1997):

Outro saber de que não posso duvidar um momento sequer na minha prática educativa crítica é o de que, como experiência especificamente humana, a educação é uma forma de intervenção no mundo. Intervenção que, além do conhecimento dos conteúdos bem ou mal ensinados e/ou aprendidos, implica tanto o esforço de reprodução da ideologia dominante quanto o seu desmascaramento. (pg. 110)

Então o professor que educar para emancipação da consciência política em primeiro plano, tem que partir da realidade do seu educando, questionando a realidade que está mais próxima dos alunos, como um esgoto a céu aberto, uma rua sem asfalto com buraco ou mesmo uma cadeira quebrada na escola e etc., e identifica para os alunos, que todas estas condições passam por vontades das políticas de seus governantes. Assim, se começaremos a construir a emancipação a partir da realidade.

No entanto, para esta transformação, naturalmente precisamos de modificação mais profunda do currículo, um currículo, onde busque mostrar para os alunos seu papel social e político frente a estas transformações para que estes venham a ser protagonistas dentro de uma educação emancipatório e político.

### **A proposta de União entre Ensino e Trabalho nos textos de Marx**

Manacorda encontra formulações “explícitas” de uma crítica e de uma perspectiva pedagógica nos texto de Marx. Ele capta essas informações em três momentos que correspondem à ocasião da redação de três programas políticos: No Manifesto do Partido Comunista (1848), nas Instruções aos Delegados do I Congresso da Associação Internacional dos Trabalhadores (1866) e na chamada crítica ao programa de Gotha (1875).

No manifesto, Marx cita como décima medida, a seguinte: Ensino público e gratuito a todas as crianças. Abolição do trabalho das crianças nas fábricas em sua forma atual. Unificação do ensino com a produção material.

Nas Instruções aos Delegados do I Congresso da Associação Internacional dos Trabalhadores, Marx delinea uma autentica e pessoal definição do conteúdo pedagógico do ensino socialista. Por ensino entendemos três coisas:

- Primeira, (Ensino intelectual);
- Segunda, (Educação Física, dada nas escolas através dos exercícios militares);
- Terceira, (adestramento tecnológico, que transmita os fundamentos científicos de todos os processos de produção e que, ao mesmo tempo, introduzia a criança e ao adolescente no uso da prática, e na capacidade de manejar os instrumentos elementares de todos os ofícios).

Com a divisão das crianças e dos adolescentes dos 9 aos 17 anos em três classes deveria estar vinculado um programa gradual e progressivo de ensino intelectual, físico e tecnológico...

A união do trabalho produtivo remunerado, ensino intelectual, exercício físico e adestramento politécnico elevará a classe operária acima das classes superiores e médias.

No texto acima é importante destacar que o ensino tecnológico não absorve nem substitui a formação intelectual, e vice-versa. Não há detalhes quanto ao ensino intelectual, mas com relação ao ensino tecnológico aparece especificado com a indicação do seu aspecto prático, “um e outro abrangendo unilateralmente os fundamentos científicos de todos os processos de produção e aspectos práticos de todos os ofícios”.

Nas notas à margem ao Programa do Partido Comunista Operário Alemão, mais conhecido como Crítica ao Programa de Gotha, Marx examina as formulações propostas pelo programa de unificação dos dois partidos operários alemães e retifica a necessidade do vínculo precoce entre trabalho produtivo e o ensino, a exigência de escolas técnicas, com seu duplo conteúdo teórico e prático.

Nogueira (1993) , ao iniciar sua explicitação sobre o vínculo orgânico entre ensino e trabalho produtivo, faz questão de definir claramente o que vem a ser trabalho produtivo em Marx. Para ela, Marx designa por trabalho produtivo todo e qualquer trabalho que tenha por resultado em produto, ao contrário da aceção de trabalho produtivo no capitalismo, que determina por produto todo trabalho capaz de produzir mais-valia.

Nogueira(1993) também salienta que essa educação em associação com o trabalho não se confunde com a simples imitação da produção matéria, recriada fora do verdadeiro contexto da produção. Ao contrário, ela deveria se realizar na própria dinâmica do processo social de produção.

Aos passos de Manacorda, Nogueira percorre cronologicamente o manifesto, as Instruções até chegar ao Programa de Gotha, passando também por “O capital”.

Aos olhos de Nogueira, a partir das Instruções os textos de Marx sobre a educação e ensino têm por alvo a sociedade tal qual ela se apresentava organizada naquele momento. As Instruções visam antes de tudo, preservar a infância e a juventude operárias dos efeitos perversos, para a saúde física e mental, das

condições de trabalho que lhe eram impostas. É nas Instruções, segundo Nogueira, que a concepção educativa de Marx se encontra exposta de modo mais explícito, representando o mais completo escrito de Marx sobre o assunto.

A proposta de União de ensino e trabalho em Marx nada tem a ver com a educação politécnica burguesa cujo sentido é de tornar o operário capaz de se adaptar às injunções de evolução tecnológica.

Para Nogueira, esta ideia (de união do ensino com o trabalho), é, antes de tudo, uma tese política; é a luta de classe operária pelo acesso à cultura técnica. Segundo Marx e Engels, a luta pelo saber relativo à atividade produtiva representa uma dimensão importante na luta de classes porque atinge em cheio a questão de poder interior da fábrica. São os conhecimentos técnicos necessários à compreensão do processo de produção no seu todo que permitirão aos trabalhadores controlar esse processo.

O que significa que o controle do saber dentro da fábrica constitui o ponto nevrálgico do controle do processo de trabalho pelos trabalhadores. A educação se torna uma arma que a princípio fornece o saber, e que possibilita o controle ao processo de produção dos conhecimentos científicos e técnicos.

A combinação dos estudos teóricos com a prática do trabalho na fábrica é condição básica para o começo do solapamento da divisão do trabalho que por sua vez leva à superespecialização e à unilateralidade do homem.

### **O conteúdo do Ensino.**

Manacorda (1992), pinça das instruções a tese de Marx sobre o conteúdo do ensino escola:

“Materiais que permitem uma interpretação de partido ou de classe que como a economia política e a região, permitem conclusões diferentes não devem ser admitidas nas escolas de qualquer grau. Nas escolas, devem-se ensinar matérias como as ciências naturais e a gramática, que não variam quando ensinadas por um crente ou por um livre pensador; todo o resto, os jovens devem assimilar da própria vida, o contato direto com a experiência dos adultos”. (p.00)

Para Manacorda (1992), Marx (1978) objetiva excluir do ensino toda propaganda, todo conteúdo que não seja uma aquisição imediata de saber; objetiva construir um ensino rigoroso de nações técnicas.

Mas como fica o ensino intelectual; tudo aquilo que não é imediatamente útil, instrumenta, operativo? Manacorda entende que Marx une a estrutura de escola à

necessidade social de produzir a vida, ao “reino da necessidade”. E que além dele começar o desenvolvimento das capacidades humanas, que é um fim em si mesmo, o verdadeiro “reino da liberdade”.

Sobre o ensino geral, ensino mental ou intelectual não há nem em Marx nem em Engels (1978) um tratamento sistemático do assunto. Nogueira especula sobre a utilização do tempo livre (Reino da Liberdade) nos moldes de Manacorda.

Nogueira (1993) segue os três aspectos prescritos nas Instruções e os analisa separadamente. Cita a passagem em que Marx restringe o ensino às disciplinas que ele considerava como neutras (gramáticas e ciências naturais, por exemplo). Nogueira (1993) tece críticas sobre essa pretensa naturalidade ressaltando que por cima dela pode-se erigir certa mensagem ideológica.

Sobre a educação física, essa deveria considerar em “exercícios ginásticos e militares”. Marx visava com essa proposta à prevenção, ou pelo menos a correção das deformações ou outros efeitos nocivos causados pelas condições de trabalho impostas às crianças e adolescentes das fábricas. Por outro lado, a proposição de Marx de que a educação física fosse constituída por exercícios militares (para meninos) tem por objetivo a formação de milícias populares. “Nós propomos o armamento universal do povo e sua completa instrução no manejo de armas”. Com esses argumentos, Nogueira parece detectar um papel significativo nesse aspecto de ensino.

Sobre os estudos tecnológicos ou culturais, compreenderiam tanto as bases científicas dos procedimentos de produção (“os princípios gerais e científicos de todos os processos de produção”), quanto à aplicação da prática desses conhecimentos (“o manejo dos instrumentos elementares de todos os ramos industriais”).

Este ensino, como já foi dito anteriormente, deve ser teórico e prático. Isso significa que Marx pretende dotar o trabalhador de meios para que ele compreenda e avalie a sua atividade produtiva, ao invés da simples execução de uma operação precisa no seio do sistema produtivo, típico da manufatura e da indústria moderna.

Outra questão destacada por Nogueira (1993), é que o ensino tecnológico abrangeria os princípios de todos os processos de produção e de manejo dos instrumentos de todos os ramos da indústria, isso implica além do ensino teórico, no rodízio dos aprendizes da produção industrial.

Para Nogueira (1993), a contribuição original de Marx em relação aos conteúdos reside no plano de ensino da tecnologia, uma vez que, com relação ao ensino geral ou intelectual ele pouco ou quase nada tenha acrescentado.

### **Considerações Finais**

O presente artigo buscou propiciar possíveis contribuições do materialismo histórico e dialético para educação básica. Pensando em uma educação voltada para o despertar crítico da política e emancipatória. Passado pela necessidade dos alunos no debate contemporâneo político, não esquecendo do papel do professor e do estado no processo.

Após esse trabalho posso afirmar que existe uma contribuição significativa de Marx para a questão educacional. Apesar de não existir obra alguma sua que trate especificadamente do tema educação e ensino, suas citações e trechos esparsos ao longo de suas obras apresentam consistência e coerência interna.

A contribuição de Marx (1978), para a questão da educação e do ensino se funda na crítica à sociedade capitalista emergente, no momento exato em que a Revolução Industrial inunda a sociedade com os seus efeitos mais maléficos: a exploração de crianças e mulheres, inclusive; a degeneração completa da sociedade, subjugada pelo lucro incessante do capital.

Em termos de conteúdo pedagógico a contribuição deixa a desejar, principalmente no que se refere ao ensino intelectual. Sua grande tese é a vinculação orgânica entre ensino e trabalho produtivo, o domínio da teoria e da prática em todos os processos e em todos os ramos do processo produtivo. Resta saber se com a dinamização da indústria moderna, sua complexidade, e com o crescimento do setor terciário, se torna viável e exequível a proposta do ensino tecnológico tal como define Marx.

### **Referências Bibliográficas**

ADORNO, Theodor. **Educação e emancipação**. Tradução, Wolfgang Leo Maar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

Althusser, Louis, 1918-**Aparelho ideológico de estado: nota sobre os aparelhos ideológico de estado**(AIE)/Louis Althusser; tradução de Walter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro: introdução crítica de José Augusto Guilhon Albuquerque-Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985, 2ed.

BEAUD, Michael. **História do Capitalismo de 1500 até nossos dias**. São Paulo, Brasiliense, 1989.

Bobbio, Norberto, 1909-**Igualdade e liberdade**/Norberto Bobbio; tradução de Carlos Nelson Coutinho-5ed-Rio de Janeiro; editora 2002.

\_\_\_\_\_**O futuro da democracia**, tradução de Marco Aurélio Nogueira- São Paulo; Paz e terra, 2000.

\_\_\_\_\_**Estado, governo, sociedade**; por uma teoria geral da política; tradução Marco Aurélio Nogueira-Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987

\_\_\_\_\_**igualdade e liberdade** tradução Carlos Nelson Coutinho ,5 ed Rio de Janeiro Ediouro 2002.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática de liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.

\_\_\_\_\_**Ação cultural para a liberdade e outros escritos**, 9ª, Paz e terra. (O mundo, hoje, v. 10)

\_\_\_\_\_. **Educação e Mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979 Coleção Educação e Comunicação Vol. 1.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da Autonomia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.

CANÊDO, Letícia Bicalho. **A Revolução Industrial**. São Paulo: Atual, Campinas: Ed. UNICAMP, 1987.

Iasi, Mauro Luis. **Ensaio sobre consciência e manipulação**/Luis Mauro Iasi-2.ed- São Paulo: Expressão Popular, 2011.176p

IANI, Octavio (org.). **Marx - Sociologia**. São Paulo, Ática, 1988.

KUENZER, Acácia. **Ensino 2º grau: Trabalho como princípio educativo**. São Paulo, Cortez, 1988.

LANDES, D. S.. **Prometeu Desacorrentado – Transformação tecnológica e desenvolvimento industrial na Europa Ocidental desde 1750 até a nossa época**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1994.

Libâneo, José Carlos- **didática** São Paulo: Cortez ,1994, (coleção magistério .2 grau formação do professores)

MACHADO, Lucília Regina de Souza. **Politécnica, Escola Unitária e Trabalho**. São Paulo, Cortez – Autores Associados, 1991.



MANACORDA, M. A. **História da Educação**. São Paulo, Cortez – Autores Associados, 1992.

\_\_\_\_\_. **Marx e a Pedagogia Moderna**. São Paulo, Cortez – Autores Associados, 1991.

MARX, K. **O Capital**. Cap. 13: “A Maquinaria e a Indústria Moderna”. Vol.1, Livro I, Tomo II, São Paulo, Abril Cultural, 1984.

\_\_\_\_\_. **Trabalho Assalariado e Capital**. Coleção Bases – nº 27. Global Editora.

MARX, K. e ENGELS, F.. **Crítica da Educação e do Ensino**. São Paulo, Ed. Moraes, 1978.

\_\_\_\_\_. **A ideologia Alemã**, São Paulo, Martin Claret, 2010 (coleção obra prima de cada autor)

\_\_\_\_\_. **Manifesto comunista**, São Paulo, Martin Claret, 2001 (coleção obra prima de cada autor)

\_\_\_\_\_. **Textos sobre Educação e Ensino**. São Paulo, Ed. Moraes, 1992.

NOGUEIRA, Maria Alice. **Educação, Saber, Produção em Marx e Engels**. São Paulo, Cortez, 1993.

OLIVEIRA, Carlos Roberto de. **História de Trabalho**. São Paulo, Ática, 1991.

**Para compreender a ciência: uma perspectiva histórica**/Maria Amália Pie Abib Andery...etal.Rio de Janeiro:Garamond,2002.

SALM, Claudio L. **Escola Trabalho**. São Paulo, Brasiliense, 1980.

## **Percepção acerca da importância da formação continuada dos professores**

**Viviane Lopes de Souza Pires**

**Joelma Matos Bertolli**

Licenciadas no curso de Pedagogia da FECAF - 2019

**Lenita de Freitas Tallarico**

Profa. Dra. no curso de Pedagogia da FECAF

**Resumo:** O presente artigo refere-se há uma pesquisa quali-quantitativa realizada com 10 professores do ensino fundamental I, II e Médio do Colégio Ser, localizado no município de Taboão da Serra, São Paulo. O objetivo deste estudo foi investigar e analisar sobre as concepções dos professores acerca de sua formação continuada. Com essa análise ficou nítido a importância dessa formação e as condições que cercam essa trajetória para o profissional em sua vida acadêmica, visando contribuir para o aperfeiçoamento e facilitador das práticas no cotidiano educacional.

**Palavras-chave:** Pós-graduação; formação de professores; capacitação; educação brasileira.

### **Abstract:**

This article refers to a qualitative and quantitative research carried out with 10 teachers from elementary school I, II and High School of Colégio Ser, located in the municipality of Taboão da Serra, São Paulo. The aim of this study was to investigate and analyze teachers' conceptions about their continuing education. With this analysis, the importance of this training and the conditions that surround this trajectory for the professional in academic life, aiming to contribute to the improvement and facilitator of practices in the educational routine.

**Keywords:** Postgraduate studies; teacher training; training; Brazilian education.

### **Introdução**

A formação continuada é o processo de capacitação constante dentro da profissão docente que aprimora, aperfeiçoa e qualifica a prática pedagógica e amplia

seu conhecimento profissional. O professor precisa ter a capacidade de refletir a todo o momento sobre sua atuação e contribuição dentro da educação, pois por meio desse processo reflexivo, seu trabalho torna-se cada vez melhor e conseqüentemente com mais qualidade.

Neste trabalho faz-se necessário uma base histórica que explique desde o início e quando surgiram as primeiras considerações sobre a importância dessa formação docente. Originalmente e de forma mais específica a formação de professores surgiu no século XIX, devido às transformações que estavam ocorrendo na sociedade logo após a Revolução Francesa. Aqui no Brasil no que se refere ao preparo de professores, ocorreu logo após a Independência do Brasil, com o ideal e em conjunto ao projeto de construir uma nova nação.

Entretanto, o processo de industrialização da década de 1950, foi quando ocorreu a expansão das redes de ensino no Brasil. O acesso a escolarização era extremamente limitado, nesse período uma grande maioria eram analfabetos na população, mas com a grande demanda do mercado a procura pelos estudos aumentaram, com isso aumenta a procura por professores. E para suprir essa procura, houve uma expansão de escolas em níveis médio, complementação de formações de origens diversas, autorizações especiais para o exercício da docência, sintetizamos algumas datas e eventos de grande relevância que corroboram com nosso estudo, conforme SAVIANI (2008):

- 1897-1890: Ensaio intermitentes de formação de professores;
- 1890-1932: Estabelecimento e expansão do padrão das Escolas Normais;
- 1932-1939: Organização dos institutos de educação;
- 1939-1971: Organização e implantação dos cursos de pedagogia e de licenciatura e consolidação do padrão das Escolas Normais;
- 1971-1996: Substituição da Escola Normal pela habilitação específica de Magistério;
- 1996-2006: Advento dos Institutos Superiores de Educação e das Escolas Normais Superiores;

Em 2008, houve a Conferência Nacional da Educação Básica (CONEB) da qual saíram algumas decisões políticas no que se refere a formação continuada. A partir

daí, deveriam trabalhar de forma colaborativa criando pólos universitários e centros de formação.

Em 2012 o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade certa, surge para assegurar a alfabetização de crianças com 8 anos no 3º ano do Ensino Fundamental; o Fortalecimento do Ensino Médio em 2013, elevar o padrão de qualidade do Ensino Médio, recursos didáticos como livros para os alunos, tablets para os professores e formação continuada.

As mudanças teóricas, tecnológicas e ideológicas são constantes, a formação continuada deve propiciar um acompanhamento do público-alvo e que contemplem as diversas aprendizagens.

O problema central deste estudo foi compreender os desafios vivenciados por professores do ensino privado, qual a formação ideal ou necessária dos professores, de certo existe um descontentamento, entretanto, a formação docente não dá conta de seu objetivo principal, que é aprimorar a prática pedagógica dos discentes e fazê-los avançar em seus estudos, visando uma educação que busque não apenas a transferência de conhecimento, mas sim uma educação onde todos possam ser autores e construtores desse conhecimento.

A formação continuada deveria ser para aprimorar os estudos, metodologias e práticas docentes e não para suprir um déficit na formação básica inicial desse professor. A graduação propõe o conteúdo/teoria, mas pouca prática.

Para tanto, neste trabalho foi desenvolvido e aplicado um questionário para a equipe docente do Colégio Ser, foram entrevistados professores de todos os ciclos e de diferentes formações acadêmicas, desde pedagogos sem formação continuada, licenciados em disciplinas específicas, mestres e doutores, lecionando no 1º ano do ensino fundamental ao último ano do ensino médio.

Com a análise dos dados obtidos, conseguimos informações específicas e extremamente importantes a respeito da formação continuada, as dificuldades apresentadas, quais os cursos mais acessíveis, por fim, uma reflexão detalhada de todo os processos que envolve a capacitação docente.

O objetivo geral desse trabalho é de trazer reflexões sobre a importância da capacitação continuada, investigar as percepções acerca do tema e compreender os impactos dessa formação na prática docente.

## **Contextualização da pesquisa**

A pesquisa foi realizada no Colégio Ser, uma escola particular, fundada em 2016, com excelente estrutura, possui atualmente 1500 alunos, divididos em 2 prédios possui uma área com 20.000 m<sup>2</sup> e excelente infraestrutura, um dos prédios atende as crianças de maternal ao 1º ano do fundamental I e o segundo prédio atende do fundamental I até Ensino médio, além da divisão com a faculdade FECAF (graduação e pós graduação) nos períodos da manhã e noite.

O colégio está localizado na Avenida vida nova, em Taboão da Serra, aproximadamente mais de 60% do seu público são moradores dos prédios da cooperativa habitacional, possui fácil acesso pela Rodovia Régis Bittencourt, o que facilita também aos moradores dos bairros vizinhos.

Sua infraestrutura é um dos principais atrativos para as novas adesões de alunos, conta com excelentes laboratórios de informática, quadra poliesportiva e ginásio coberto, playground, cantina, brinquedoteca, biblioteca, auditório, restaurante, salas para aulas de arte e dança, diversos laboratórios (graduação/pós-graduação).

No PPP (Projeto Político Pedagógico) sua metodologia pedagógica é sociointeracionista em todos os ciclos de aprendizagem, preconizam o incentivo a construção do conhecimento e desenvolvendo assim as potencialidades de cada aluno individualmente. O colégio possui um programa chamado “O líder em mim”, que trabalha as competências socioemocionais e as habilidades que auxiliam em nosso comportamento, modo de pensar, atitudes que também influenciam na construção da nossa personalidade.

Essa filosofia é estendida também a equipe docente, através de cursos de capacitação de menor duração sobre a aplicabilidade do programa, que visa à aquisição de técnicas e reflexões sobre as habilidades sociais e emocionais que colaboram tanto com o sucesso acadêmico quanto com o sucesso na vida pessoal e profissional.

O nosso instrumento de coleta de dados consistiu em um questionário aberto, via e-mail institucional, formulado através das ferramentas do Google (formulários), do qual agiliza a coleta de forma estruturada e organizada, em seu conteúdo possui 12 perguntas. Na elaboração do nosso questionário procuramos investigar as

perspectivas da equipe docente no que se referem a sua formação contínua, suas práticas, dificuldades e anseios em sua rotina e dados da formação inicial.

## **Participantes**

Participaram desta pesquisa, dez professores do Colégio Ser que lecionam no fundamental I, II e ensino médio. Entre os professores que responderam o questionário, todos possuem curso superior, sendo, licenciaturas ou pedagogos, 9 possuem mais de uma especialização. Cinco professores participantes trabalham em outras escolas, sendo 3 em escolas públicas e 7 em escolas particulares.

O único critério para a participação da pesquisa é ser professor (graduado em pedagogia ou qualquer outra licenciatura) atuando na profissão e com perspectivas de continuar os estudos na área da educação.

Todos os participantes possuem e-mail institucional do qual agilizou o processo para a coleta das respostas do formulário, o mesmo foi desenvolvido em formato de questionário estruturado, contendo perguntas objetivas e abertas.

O objetivo da escolha do formulário foi pela sua facilidade, compreendendo a falta de tempo da equipe docente do colégio e através dos dados obtidos conhecer a formação de cada professor e sua visão profissional para o futuro em sua carreira.

O formulário foi utilizado neste trabalho como um instrumento para obtenção de dados quali-quantitativos sobre a importância da formação docente e principalmente sobre as perspectivas acerca dessa continuidade na capacitação profissional, complementando também os dados qualitativos, pois sendo perguntas abertas e algumas bem reflexivas, pois se referem aos anseios após a primeira graduação e as dificuldades encontradas na prática, ao incentivo que as instituições fornecem as formações e reflexão sobre como seria uma boa formação docente.

## **Análise de dados**

A coleta das informações ocorreram entre os meses de fevereiro a abril de 2019, por meio do questionário, no que tange à metodologia a maior parte das questões são qualitativas, entretanto, apenas algumas mais objetivas e quantitativas, realizadas via formulário *Google*, a leitura obtida dos dados constam informações importantes e de extrema relevância para nossa discussão no que se refere à

formação continuada dos professores, sua rotina, perspectivas e expectativas diante a profissão.

Ao organizar os dados dos questionários, podemos fazer claramente uma afirmação, 100% dos participantes compreendem e concordam sobre a importância de o professor manter seus estudos, através de especializações, cursos de pós-graduação ou mesmo cursos de menor duração e com isso aprimorar suas práticas.

Entre os 10 entrevistados, as idades variam entre 22 a 47 anos, todos são atuantes na profissão sendo que, 7 deles lecionam no fundamental I, 2 no fundamental II e apenas 1 leciona no ensino médio. Seis deles possuem como primeira graduação a pedagogia e os demais são licenciados em Letras, Geografia, Jornalismo e Física.

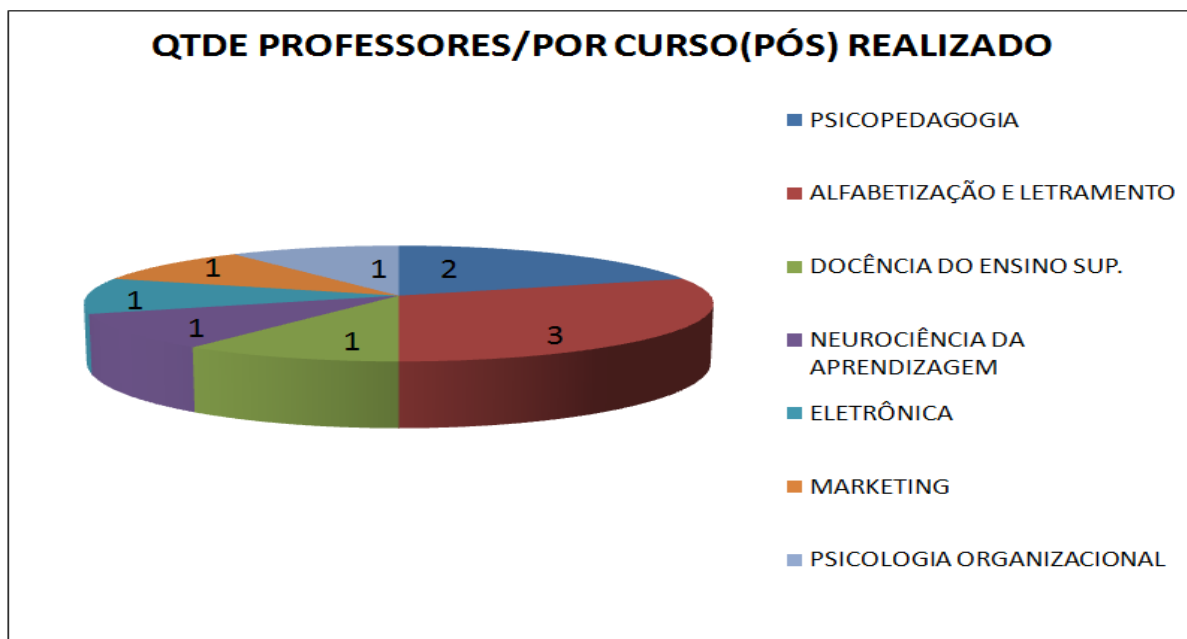
## **Resultados e discussão**

Todos os entrevistados no Colégio Ser possuem segurança em sua prática docente, entretanto boa parte dos relatos compreendem que essa segurança se aprimora com o tempo e seu aperfeiçoamento profissional e continuidade dos estudos. A escola na qual os participantes trabalham fornece formação contínua para seus funcionários, o que é algo extremamente positivo, de acordo com Janz (2008, p.7)

[...] as escolas devem ser entendidas como lócus de formação continuada, com ênfase na consciência crítica, possibilitando aos professores assumirem uma intencionalidade política diante do seu desenvolvimento profissional, compreendendo-se em permanente transformação e construção de sua própria identidade. Para isto, a formação continuada na escola deve priorizar a relação indissociável entre a teoria e a prática.

Portanto as escolas possuem um papel primordial na formação contínua dessa equipe, percebendo que a maioria de seus professores pretendem sim, dar continuidade aos seus estudos, a instituição precisa promover meios e facilidades para que isso ocorra, com o intuito de contribuir para esse aprimoramento profissional de sua equipe docente.

No que se refere aos demais cursos ao longo da carreira, 7 entrevistados possuem 1 ou mais pós-graduação nos seguintes cursos (Gráfico 1):



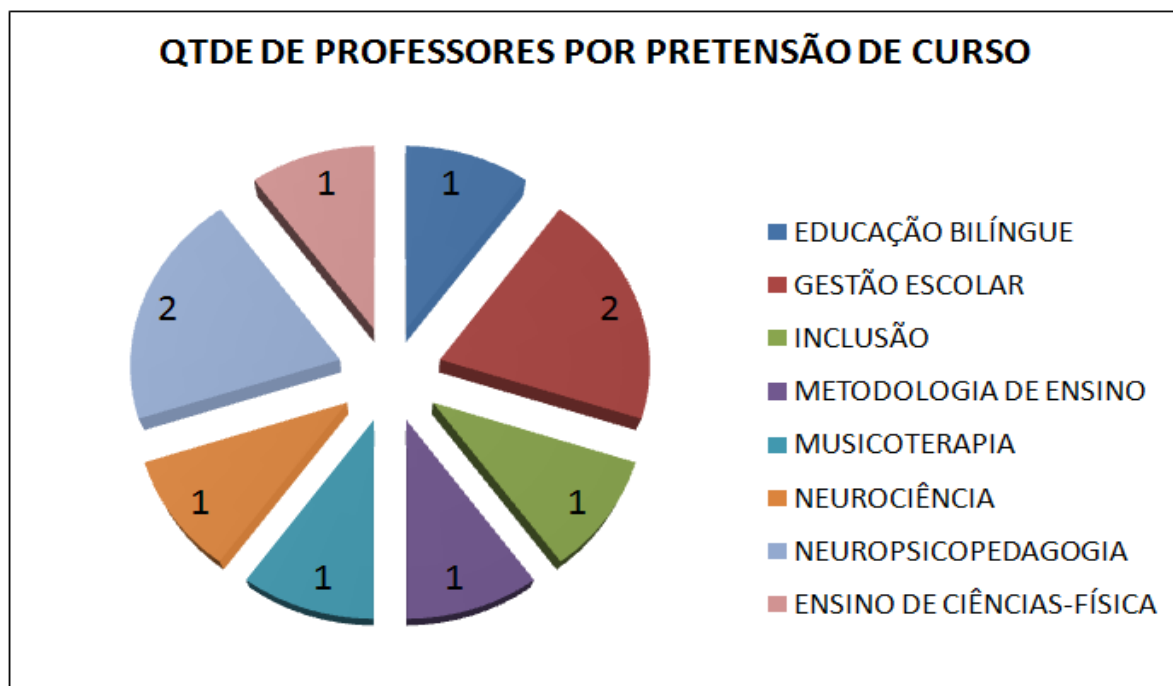
**Gráfico 1** - Professores entrevistados no Colégio Ser no ano de 2019, referente aos cursos de pós-graduação realizados.

A maioria dos cursos de pós-graduação escolhidos como extensão de estudos e aprimoramento estão diretamente ligados à área de atuação de trabalho.

Os cursos ligados à educação forma um profissional multidisciplinar, com uma ampla e vasta área de trabalho, capaz de atuar nos processos de ensino e aprendizagem, dentro de sala de aula, atuando nos diversos níveis de ensino que vai do infantil/maternal à docência do ensino superior. Podendo atuar também, no corpo administrativo, na gestão escolar, orientação educacional, abrangendo ainda para as clínicas de psicopedagogia, hospitais, serviços sociais e ONG's.

Seguindo a análise, foram questionados também sobre a pretensão de curso, no que se refere à formação continuada e suas perspectivas, todos os entrevistados pretendem fazer uma pós-graduação em breve os cursos citados foram (Gráfico 2):





**Gráfico 2** - Professores entrevistados no Colégio Ser no ano de 2019, referente às pretensões de curso a serem realizados.

Quanto à pergunta referente acerca do que seria e como seria uma boa formação docente, algumas respostas confirmam a importância da formação continuada:

**Professor 1:** “Uma boa formação docente faz toda a diferença quando pensamos em todas as evoluções não só na área tecnológica, mas das relações humanas. Uma boa formação antecipa situações, nos coloca em contato o máximo possível com situações que se aproximem do real em sala de aula, ajuda a expandir perspectivas e dar segurança em relação a questões da área.

**Professor 2:** “Como qualquer processo de formação, como o próprio nome fala, possibilita a continuidade daquilo que qualquer cidadão e em especial o professor, do aprofundamento na construção do conhecimento para si e conseqüentemente aos seus aprendizes. Isso atualiza alguns conceitos que abrem nossas convicções consolidada.

**Professor 3:** “A escola tem que auxiliar nesse processo, oferecendo-lhe ferramentas para boas práticas”.

**Professor 4:** “É imprescindível. A formação continuada de professores é o processo permanente de aperfeiçoamento dos saberes necessários à atividade docente”.

**Professor 5:** ``Sabendo o cenário atual dos desafios de um docente, propor ao profissional o desenvolvimento dos saberes necessários que possam propiciar a ele e, principalmente ao estudante, uma formação como indivíduo e acadêmica´´.

Tais reflexões nos leva a crer que os professores possuem total compreensão da importância da continuidade e aprimoramento da formação docente. Contribuindo com essas afirmações Freire afirma:

A educação é permanente não porque certa linha ideológica ou certa posição política ou certo interesse econômico o exijam. A educação é permanente na razão, de um lado, da finitude do ser humano, de outro, da consciência que ele tem de sua finitude. Mais ainda, pelo fato de, ao longo da história, ter incorporado à sua natureza não apenas saber que vivia, mas saber que sabia e, assim, saber que podia saber mais. A educação e a formação permanente se fundam aí. (FREIRE,1993, p. 22-23).

Na verificação dos trabalhos analisados, nota-se a relevância do constante diálogo sobre a formação dos professores seja em qual for o nível acadêmico, sempre haverá que se pensar a prática e de problematizá-la, assim estimulando à práxis pedagógica.

Todos os entrevistados são professores graduados e com intenção e/ou perspectivas de continuar seus estudos e aprimorar sua formação acadêmica, geralmente a falta de tempo, pois grande maioria tem jornada dupla, às vezes, tripla ao dia, trabalhando em 2 colégios e aulas no ensino superior á noite, Faz com que o tempo seja escasso, fazendo com que muitos protelem sua formação continuada.

Em outras situações, vemos que a instituição fornece algum tipo de formação, porém de conteúdo mais direcionado a filosofia da instituição, e/ou cursos de utilização das tecnologias e ferramentas de uso exclusivo do colégio, e acaba por não fazer uma capacitação específica, dos conteúdos e dificuldades que os professores realmente necessitam.

Na percepção sobre o impacto na educação, vimos que a opinião é unânime, todos reconhecem a formação contínua como uma aliada, pois essa continuidade contribui para uma evolução constante do trabalho dos professores, que a cada nova formação sentem-se mais seguros na criação de novos ambientes de aprendizagem, ressignificando suas práticas.

Outro aspecto importante que analisamos entre os entrevistados refere-se aos cursos de capacitação on-line, uma saída aos professores que não conseguem tempo para seus estudos, da mesma forma que o mundo evolui cada dia de forma mais

rápida e tecnológica, o processo de aprendizagem deve andar de mãos dadas a essas novas abordagens de ensino/aprendizagem.

Ainda que fique comprovado que a formação continuada dos professores seja de extrema importância para a melhora da aprendizagem dos alunos, sabemos que ainda há muito pouco incentivo, quando comparamos as instituições particulares com as públicas. No setor privado, o incentivo conforme visto nas entrevistas do presente trabalho é efetivo, pois o colégio preza pela qualidade desse ensino do qual fornece aos seus alunos. Mesmo nas escolas particulares, talvez ainda falte uma formação um pouco mais específica e direcionada para os professores, assim como afirma Libâneo (2012), ``Por isso, é preciso investir na formação e no desenvolvimento profissional dos professores`` os professores são fundamentais nas mudanças das sociedades, se abandonarmos esses profissionais eles não se efetivam e automaticamente produz efeito sobre o social.

Discutir a importância da formação dos profissionais da educação se faz necessário e urgente, compreendendo que bons professores precisam sem dúvida alguma, de condições mínimas de trabalho, para que consigam investir em seu aperfeiçoamento profissional. Entretanto, este trabalho visa compreender quais são as expectativas desses professores sobre a formação continuada e se consideram importante essa capacitação. Paulo Freire discute amplamente sobre a importância da formação de educadores sob diferentes ângulos, com isso, inspirou e inspira até hoje, professores para a prática educativa e a concepção do *saber fazer docente*.

[...] um dos programas prioritários em que estou profundamente empenhado é o de formação permanente dos educadores, por entender que os educadores necessitam de uma prática político-pedagógica séria e competente que responda a nova fisionomia da escola que se busca construir (FREIRE, 2001, p. 80).

Ao falarmos de formação docente pensamos que isso se limita a fazer um curso de graduação e de imediato nos tornamos bons professores, muito bem qualificados, e seguros em nossas práticas. Entretanto, vir a ser professor implica muito mais do que limitar-se apenas na graduação. Faz-se necessário toda uma bagagem de conhecimentos e saberes, assim como preconiza os 4 pilares da educação (aprender a conhecer/ aprender a fazer/ aprender a viver e aprender a ser).

Um bom profissional, com boa qualificação está intimamente ligado à situação cultural em que está inserido, da realidade do sistema de ensino e da sua própria formação, que foi adquirida como ser humano ao longo de sua carreira.

Para Zabala (1998), ``um dos objetivos de qualquer profissional consiste em ser cada vez mais competente em seu ofício. Geralmente se consegue esta melhora profissional mediante ao conhecimento e a experiência´, não existe outra forma mais eficiente de obter boas práticas sem dedicação a essa formação contínua.

### **Considerações finais**

Com a realização deste trabalho notamos a relevância acerca da formação continuada numa perspectiva dos professores. De fato, ao analisarmos a entrevistas realizadas com os mesmos, verificamos que a formação continuada é o diferencial ao bom profissional, é o que o torna singular em sua carreira, entretanto, essa formação precisa ser significativa ao professor, precisam de conteúdo para suas práticas e novas abordagens e metodologias que auxiliem efetivamente seu cotidiano.

Quando o educador busca seu aperfeiçoamento profissional, existe uma evolução constante de suas competências e habilidades, a didática e dinâmica de suas aulas melhoram nitidamente, os alunos por sua vez percebem a preparação desse professor o que resulta em aulas mais participativas e de troca mútua na relação professor e aluno. O professor atualizado possui maior facilidade em detectar as dificuldades de aprendizagem e consegue construir novas estratégias para auxiliar esse aluno.

Corroborando com o presente trabalho, a LDB (Lei de Diretrizes e Bases) 9394/96 art. 43, que versa sobre o ensino superior e a formação continuada como um direito de todos os profissionais que trabalham em qualquer instituição de ensino, vista também como uma progressão funcional, que propicia o desenvolvimento e aperfeiçoamento dos educadores.

A continuidade da capacitação pode se constituir como um compromisso ético a ser assumido pelos docentes, que acreditam na educação e que acima de tudo mantém sua criticidade e desejam a ruptura da educação que não forma cidadãos para a vida.

## Referências bibliográficas

ALTENFELDER, Anna Helena. **Desafios e tendências em formação continuada. Constr. psicopedag.**, São Paulo, v. 13, n. 10, 2005. Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1415-69542005000100004&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-69542005000100004&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 11 abr. 2019.

BRASIL/MEC. Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, DF: 20 de dezembro de 1996.

FREIRE, Paulo. **A educação na cidade**. São Paulo: Editora Cortez, 2001.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **Política e educação**. Indaiatuba: Villa das Letras Editora, 1993a.

JANZ, Liamara Aparecida Toniolo. "**Formação Continuada do Professor: Uma Experiência no Espaço Escolar**." Projeto defendido no Programa de Desenvolvimento Educacional do Estado do Paraná da Universidade Federal do Paraná sob a orientação da Professora Doutora Cleusa Valério Gabardo (2008).

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Editora Contexto, 2012.

NÓVOA, Antônio. **Concepções e práticas de formação contínua de professores**. In: Formação Contínua de Professores - Realidades e Perspectivas. Aveiro: Universidade de Aveiro, 1991, p. 15-38.

NÓVOA, Antônio. **Formação de professores e profissão docente**. NÓVOA, A. (Org.). Os professores e a sua formação. Lisboa: Dom Quixote, 1992. p. 13-33.

NÓVOA, Antônio (Coord.). **Os professores e a sua formação**. 2 ed. Lisboa: Dom Quixote, 1995.

SAVIANI, Demerval. **Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro**. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v14n40/v14n40a12.pdf>

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Cortez, 2007.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis, R.J.: Editora Vozes, 2002.

VASCONCELOS, Maria Lúcia. "**Educação básica: a formação do professor, relação professor-aluno, planejamento, mídia e educação**." São Paulo: Contexto (2012).

ZABALA, Antoni. **A prática educativa: como ensinar**. Porto Alegre: Artmed, 1998.

**Anexo(s) I**

<b>QUESTIONÁRIO SOBRE FORMAÇÃO CONTINUADA</b>	
1	NOME:
2	IDADE:
3	CICLO QUE LECIONA ATUALMENTE:
4	PRIMEIRA GRADUAÇÃO (CURSO, INSTITUIÇÃO E ANO DE CONCLUSÃO):
5	PÓS-GRADUAÇÃO (CURSO, INSTITUIÇÃO, NÍVEL E ANO DE CONCLUSÃO):
6	DEMAIS CURSOS:
7	QUAL A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO CONTINUADA EM SUA PROFISSÃO?
8	SENTE-SE SEGURO(A) QUANTO SUA PRÁTICA DOCENTE? (SIM OU NÃO), JUSTIFIQUE:
9	QUAIS OS PRINCIPAIS DESAFIOS DA PROFISSÃO, APÓS A 1º GRADUAÇÃO?
10	A INSTITUIÇÃO ONDE TRABALHA OFERECE FORMAÇÃO CONTINUADA?
11	PRETENDE FAZER ALGUMA ESPECIALIZAÇÃO? QUAL?
12	QUAL SUA OPINIÃO ACERCA DE UMA BOA FORMAÇÃO DOCENTE?

## **Empoderamento feminino em Taboão da Serra: as percepções de três mulheres da cidade que lutam pelos direitos de todas nós**

*\*Por Helena Artemis Guerra, Natiele Oliveira das Virgens Talita Caroline Rocha e*

*\*\*Suzane Caroline Gil Frutuoso*

### **Resumo**

Com resultados positivos no enfrentamento da violência doméstica em Taboão da Serra, este trabalho pretende compreender se a população conhece diversos programas e projetos de empoderamento feminino na cidade, quais vêm sendo as atuações dos mesmos e seus resultados, inclusive socioeconômicos. Vamos analisar também a forte atuação de tais grupos nas redes sociais como ponto de encontro, de troca de conhecimento e de alinhamento de reuniões, sendo parte desta pesquisa entender quanto essa presença on-line faz diferença no alcance e nos resultados obtidos.

Palavras-chaves: empoderamento feminino, sororidade, direitos das mulheres, sociodiversidade

### **Abstract**

With positive results in the fight against domestic violence in Taboão da Serra, this paper aims to understand if the population knows several female empowerment programs and projects in the city, what are their actions and their results, including socioeconomic. We will also analyze the strong performance of these groups in social networks as a meeting point, knowledge exchange and meeting alignment, being part of this research to understand how much this online presence makes a difference in the reach and results obtained.

Key-words: female empowerment, sorority, women's rights, sociodiversity

## Introdução

Os movimentos pelo empoderamento feminino cresceram no mundo todo, especialmente a partir de 2010, quando a ONU Mulheres, braço da Organização das Nações Unidas voltado aos direitos e empoderamento de mulheres e meninas pelo mundo, lançou a cartilha oficial global de Princípios do Empoderamento das Mulheres da ONU. São eles:

1. Estabelecer liderança corporativa sensível à igualdade de gênero, no mais alto nível.
2. Tratar todas as mulheres e homens de forma justa no trabalho, respeitando e apoiando os direitos humanos e a não-discriminação.
3. Garantir a saúde, segurança e bem-estar de todas as mulheres e homens que trabalham na empresa.
4. Promover educação, capacitação e desenvolvimento profissional para as mulheres.
5. Apoiar empreendedorismo de mulheres e promover políticas de empoderamento das mulheres através das cadeias de suprimentos e marketing.
6. Promover a igualdade de gênero através de iniciativas voltadas à comunidade e ao ativismo social.
7. Medir, documentar e publicar os progressos da empresa na promoção da igualdade de gênero.

Tais movimentos - chancelados pela organização mundial mais importante e respeitada quando se pensa em promoção de qualidade de vida, paz e direitos humanos - se mostraram uma reação a décadas de submissão a qual as mulheres se viram colocadas, dando margem a diferentes tipos de violência: física, verbal, emocional, patrimonial. Assim como desigualdades na carreira, com menos chance de alcançar cargos de liderança, salários menores pelas mesmas tarefas que seus pares, além da desigual divisão de tarefas relacionadas ao lar e à família, causando sobrecarga física e mental.

O Brasil seguiu a tendência de surgimento de movimentos pelo empoderamento das mulheres e hoje é uma nação ativa em grupos femininos que se



apoiam, lutam por diferentes direitos e constroem conhecimento sobre o tema. Entre os mais conhecidos estão Rede Mulher Empreendedora (RME) e Grupo Mulheres do Brasil, que reúnem participantes em eventos por todo o país. Entre as empresas que adotaram a cartilha oficial global de Princípios do Empoderamento das Mulheres da ONU, que busca promover a equidade de gênero nas áreas sociais e econômicas estão a filial da Coca-Cola no país, a Maurício de Souza Produções, o Instituto Lojas Renner, entre outras.

Os focos de tais grupos variam, mas sempre com objetivo de fortalecer as mulheres para ultrapassarem crenças limitantes e conquistarem novos espaços. Entre esses grupos estão os de empreendedorismo, de política, de educação financeira, de melhora da autoestima, contra a violência doméstica, entre outros.

Na cidade de Taboão da Serra, região metropolitana de São Paulo, o empoderamento feminino também é uma busca, com impactos sociais e econômicos e respaldado e impulsionado pelo ativismo digitais nas redes sociais.

Taboão é referência no enfrentamento à violência doméstica e contra a mulher no Estado de São Paulo. Além de uma rede de apoio às vítimas, que contam com equipes para acompanhamento psicológico, jurídico e assistencial, a cidade dispõe do projeto Patrulha Guardiã Maria da Penha, que realiza rondas para assegurar que medidas protetivas sejam cumpridas.

Também o programa Tempo de Despertar, criado pelo Ministério Público do Estado de São Paulo (MPSP), busca conscientizar homens que cometeram agressão, através de encontros em grupo, para que transformem o comportamento construído com base na ideia de uma masculinidade tóxica. Os resultados de grupos com esse perfil são excelentes. Entre homens que não passam por tal conscientização o índice de reincidência da violência contra as mulheres é de cerca de 75%. No caso daqueles que frequentam os grupos é de cerca de 5%.

## **Capacidade de transformação**

Conhecimento é poder. Saber que não estamos sozinhos, sejam em nossas dores como em nossas lutas, é combustível para transformar comportamentos opressores e/ou discriminatórios. A capacidade de transformação que os movimentos pelo empoderamento feminino têm demonstrado indicam que eles são essenciais para alcançarmos sociedades mais equilibradas, não só para mulheres, mas para todos os indivíduos. Mulheres que compreendem seu próprio valor, entendem seus direitos, que não precisam se submeter a padrões de perfeição (impossíveis de serem alcançados) e que podem contar com o apoio e o acolhimento de outras mulheres se sentem mais realizadas e fortes para obterem conquistas pessoais e profissionais.

Quando uma mulher consegue mudar a própria vida, ela impacta de forma positiva também sua família e sua comunidade, como indicam pesquisas da Rede Mulher Empreendedora. A mulher que prospera financeiramente, investe mais na própria educação, na dos filhos e tem um efeito multiplicador de bons indicativos na sociedade.

Mulheres empoderadas, que compreendem seus direitos e valor, se sentem mais dispostas e preparadas para criarem seus próprios negócios, exigirem melhores salários e condições de trabalho nas empresas, irem em busca de mais formação (cursos técnicos, universitários, de idiomas, etc.) e se tornam ainda mais conscientes da importância da educação dos próprios filhos, impactando, assim, também nas futuras gerações do município.

León (2001) apud Cortez e Souza (2008) aponta que o empoderamento feminino relacionado ao aumento da autoestima e autonomia deve ser integrado a um processo comunitário de cooperação e solidariedade. Para Capelle e Melo (2010), o maior ingresso feminino no mundo laboral ocorreu em crises como a Primeira Guerra Mundial, em que substituíram temporariamente os homens que foram lutar, ou em fases de mudanças produtivas, como na primeira Revolução Industrial, quando o trabalho das mulheres ficou interessante às nascentes indústrias (CAPELLE & MELO, 2010).

Dar às mulheres os meios para que usem suas habilidades e aptidões aumenta a competitividade dos países e sustenta seu crescimento. Na crise econômica mundial de 2008, a renda das mulheres ajudou muitas famílias a se manterem. Daí a

importância de assegurar que sua produtividade e rendimentos não sejam limitados por barreiras de mercado ou institucionais, ou pela flagrante discriminação.

No atual cenário de pandemia provocada pela Covid-19 pode ser diferente já que as mulheres, pelo menos Brasil, estão entre as mais afetadas do ponto de vista econômico. Há um enorme contingente de mulheres, inclusive chefes de família, que são autônomas, trabalham por conta própria, categoria que justamente foi uma das primeira impactadas pelas consequências do coronavírus. São empregadas domésticas, manicures, esteticistas, pequenas empreendedoras em geral. Por outro lado, mulheres que têm estabilidade financeira e profissional e podem fazer home office, por exemplo, estão ainda mais sobrecarregadas. Além das tarefas domésticas também estão cuidando da educação dos filhos e da própria carreira. O cansaço prejudica sua capacidade produtiva, o que pode acarretar em piora do desempenho profissional com consequências negativas na carreira e nas finanças.

Vale destacar que o Banco Mundial pede ação pela igualdade de gênero e direitos de mulheres e meninas com os seguintes pontos: a) água limpa e cuidados maternos e programas para reduzir as desvantagens na educação; b) acesso a recursos produtivos, serviços de água e eletricidade e cuidados infantis; c) aumentar a participação das mulheres nas decisões nas famílias e sociedades; e d) investir na saúde e na educação de adolescentes, criando oportunidades para melhorar suas condições de vida. Enfim, mesmo nas sociedades mais tradicionais e nas regiões mais pobres, quando as mulheres têm a chance aumentar a renda de suas famílias, a desconfiança e mesmo a hostilidade inicial dos homens logo se dissipa. O Banco Mundial investe em questões de gênero porque os benefícios econômicos são substanciais (ZOELLICK, 2011; JIM, 2012).

Empoderar é o processo pelo qual os indivíduos, organizações e grupos obtém recursos que “lhes permitam ter voz, visibilidade, influência e capacidade de ação e decisão”. Empoderar é impulsionar os processos de assimilação de poder, para obter maior controle sobre as fontes que determinam esse poder. O empoderamento da mulher implica mudanças não apenas nas experiências dos sujeitos empoderados, mas também nas experiências das outras pessoas e grupos envolvidos, nas políticas públicas e nas estruturas culturais (SOUSA; MELO, 2009).

## **Lideranças femininas em Taboão da Serra**

Conversamos com três mulheres de destaque do município de Taboão da Serra e que muito vêm fazendo pela questão dos direitos femininos na cidade: a idealizadora do projeto Meninas Empoderadas e vereadora Priscila Sampaio; a fotógrafa e cofundadora do grupo Leia Mulheres Edi Fortini, e a advogada Sueli Amoedo, coordenadora da Coordenadoria dos Direitos da Mulher de Taboão da Serra.

A seguir, trechos das entrevistas qualitativas e semi-estruturadas que ocorreram em fevereiro de 2020, sendo duas presencialmente e uma por e-mail, que são parte da nossa Pesquisa de Iniciação Científica ainda em construção, mas que já indica quanto o protagonismo feminino está fazendo diferença na vida das munícipes:

### **Priscila Sampaio, vereadora e fundadora do projeto Meninas Empoderadas**

*“Levo essa bandeira do empoderamento feminino aqui em Taboão da Serra, mas ainda temos muito a alcançar para empoderar as mulheres, apesar da temática estar crescendo, sim, aqui na cidade.*

*O feminismo estará cada vez mais presente no público, não só feminino mas também masculino. Porque existem homens feministas também. Já é um movimento muito grande e eu acho que as mulheres feministas têm ganhado o espaço delas.*

*Tenho um trabalho de empoderar adolescentes reforçando que saibam que área elas vão estudar, trabalhar, qual será o projeto de vida dez anos. Por outro lado, vejo muitas mulheres entre 35 a 55 anos que estão estagnadas e que precisam ter um incentivo para que elas possam se empoderar. No todo, ainda temos dificuldade de empoderar tanto jovens quanto mulheres mais velhas.*

*Existem uma parcela muito grande de mulheres na nossa cidade, muito maior do que a gente imagina, que sofrem em relacionamentos abusivos, seja psicológico, físico ou intelectual. Hoje em dia, com as leis que beneficiam as mulheres, há uma procura um pouco maior do que antigamente em relação aos direitos dela, em relação a saberem que estão no relacionamento abusivo. A informação hoje em dia chega muito mais rápido e através dessa informação as mulheres têm tomado medidas para se proteger. Mais ferramentas para se defender e para poder acabar com isso.*

*Antes de me candidatar, eu já trabalhava com mulheres, realizava café da tarde com mulheres, rodas de conversa, uma luta contra o câncer de mama. A rede social só consagrou o trabalho no sentido de dar uma amplitude maior dos projetos que eu desenvolvi antes mesmo de ser vereadora. Mas eu acho que a rede social hoje em dia é tudo, você consegue propagar muito mais as suas ações através da rede social.”*

#### **Edi Fortini, fotógrafa e cofundadora do projeto Leia Mulheres Taboão da Serra**

*“Empoderamento feminino é a ferramenta pela qual as mulheres se conscientizam de seu estado perante a sociedade e podem lutar para tomar decisões coletivas de mudanças em prol da igualdade de gênero. Em Taboão da Serra demorou para se ver esse tipo de debate se proliferando, porém hoje é possível ver que o debate tem sido mais presente, embora ainda vemos muitas mulheres alheias a isto. Ainda falta muito debate na região, principalmente pela mídia e pela política que há décadas não muda e só atrapalha nossa evolução como cidade.*

*A principal força veio através de mulheres que começaram a falar mais sobre esses assuntos e a ter voz na mídia. Com isso, o discurso ecoa e conseguimos atingir mais pessoas. Muitos jovens já aceitam melhor esses debates e já vêm com mais ferramentas dentro de si para um debate produtivo. Porém muitas pessoas mais velhas percebem por suas experiências de vida que as estruturas do mundo ainda são patriarcais e trazem muitas injustiças às mulheres.*

*Até hoje temos dificuldades de chegar nas pessoas do Taboão, de fazer as informações sobre as leituras chegarem até elas. As mídias locais não se interessam na divulgação do projeto e temos feito a divulgação por redes sociais, esperando que as pessoas comentem com pessoas próximas.*

*Simone de Beauvoir traz muitas dessas questões em seu livro "O segundo sexo", em que basicamente traz pensamentos sobre uma sociedade que sempre foi branca e patriarcal. Assim, a mulher segue sendo somente um apoio ao homem, que domina os poderes de estado. Conforme as mulheres foram conseguindo lugares em posições políticas, esse contexto começou a mudar, mas ainda estamos longe de ter um momento favorável, bem como estamos longe de ter uma representatividade feminina no poder. Lembrando que não adianta simplesmente ter mais mulher no poder. É preciso ter mulheres que defendem o feminismo e a questões de classe e gênero."*

**Sueli Amoedo, coordenadora da Coordenadoria dos Direitos da Mulher de Taboão da Serra**

*"Tem pessoas que vêem o empoderamento como ela poder usar a saia que ela quer, a roupa que ela quer, o batom que ela quer. Para mim o empoderamento feminino vai muito além. Consiste exatamente no empoderamento financeiro, na autonomia financeira. A mulher precisa ter autonomia financeira e um nível educacional elevado. Precisa estudar. É preciso ocupar os espaços de poder tanto na política quanto no mercado de trabalho. Para mim o empoderamento feminino é isso, para a mulher ocupar os espaços que é dela por direito, mas que o tempo foi afastando. A luta da mulher é constante para ela conseguir o espaço dela na sociedade.*

*A questão midiática ajuda muito. As grandes redes de TV estão falando mais de empoderamento e fortalecimento de violência contra a mulher. Então, a mulher hoje tem mais informação. E ela sabe que ela não precisa estar presa a ditames da sociedade. A grande mídia hoje colabora bastante. Há muita divulgação e também os movimentos sociais, eles têm aí um grande valor dentro da sociedade. Nessa questão*

*de falar de levar informação para aquela mulher pobre, onde não tem uma informação quer através das redes de TV ou através de um livro, tem alguém do movimento social que fala pra ela “você pode”, “você é forte”, “você tem como se sustentar”. Ou “você tem como buscar uma ajuda para seu filho, colocar numa creche”. Hoje existem vários nichos dentro da sociedade do mundo dos movimentos sociais e eles ajudam demais as mulheres nessa questão de empoderamento.*

*Primeiro a gente precisa entender o que é o feminismo, porque é visto de uma forma muito negativa dentro da sociedade do patriarcado. A gente tem um legado de sociedade extremamente machista. Qual é a forma de impedir que as mulheres continuem avançando? Deslegitimando o movimento das mulheres. Então algumas pessoas ligam o feminismo como um movimento ruim e não é verdade. O feminismo é um movimento de igualdade. Onde eu posso chegar? Como posso chegar? Eu posso chegar a qualquer lugar, eu posso ser uma escritora oficial, posso ser o motorista de ônibus, eu posso carpir um jardim. Feminismo é exatamente isso, falar com a mulher que ela tem capacidade de ser igual e ocupar os mesmos espaços.*

*Essas pessoas que tentam desqualificar o feminismo através de uma fala ruim, de uma fala desequilibrada, são pessoas que não querem ver as mulheres avançando. As pessoas veem o feminismo como forma ruim porque é interessante para elas deslegitimar.*

*Graças a Deus as mulheres, as jovens, a nova geração, já estão nascendo empoderadas e estão sendo fortalecidas. Elas já têm uma nova visão de sociedade. Os jovens hoje eles são politicamente corretos. Eles estudam mais, têm mais informação, são muito abertos ao diálogo. Então, eu acho que a tendência é melhorar.”*

Por estes trechos dos depoimentos iniciais do nosso trabalho já é possível identificar e provar quão poderosa é a união de mulheres, a chamada sororidade (soror significa *irmã* em latim), para impactar positivamente uma comunidade,

transformando para melhor a realidade das pessoas com pequenas ações e discussões que, juntas, se tornam algo grandioso. As iniciativas de empoderamento feminino em Taboão da Serra são exemplos inspiradores para mais mulheres (e, por que não, homens e indivíduos de todos os gêneros), criando um ciclo virtuoso de prosperidade por meio da troca de conhecimento, criação de novos negócios, cobrança de que as leis e os direitos de mulheres e meninas funcionem. Com este trabalho, desejamos despertar nas cidadãs de Taboão senso de auto-valorização, de capacidade, indicando que se algumas já começaram, tantas outras podem se juntar aos grupos e também acreditar em talentos por despertar. Como diz a escritora e advogada Ruth Manus: é obrigação de toda mulher emancipada ajudar outras a se emanciparem.

*\* Helena Artemis Guerra, Natiele Oliveira das Virgens e Talita Carolien Rocha são alunas da graduação em Gestão de Marketing da Faculdade Capital Federal FECAF*

*\*\* Suzane Caroline Gil Frutuoso é jornalista, comunicóloga, mestre em Ciências Sociais/Sociologia e professora da Faculdade Capital Federal FECAF*

## **Referências bibliográficas**

*7 Princípios de Empoderamento*. Disponível em:

<<http://movimentomulher360.com.br/institucional/7-principios-de-empoderamento/>>

Acessos em setembro 2019.

*Lei institui programa Tempo de Despertar contra a violência doméstica*. Disponível

em: <<http://www.saopaulo.sp.leg.br/blog/lei-institui-programa-tempo-de-despertar-contra-a-violencia-domestica/>> Acesso em setembro 2019.

*Princípios de Empoderamento das Mulheres*. Disponível em:

<[http://www.onumulheres.org.br/wp-](http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/04/cartilha_UNU_Mulheres_Nov2017_digital.pdf)

[content/uploads/2016/04/cartilha\\_UNU\\_Mulheres\\_Nov2017\\_digital.pdf](http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/04/cartilha_UNU_Mulheres_Nov2017_digital.pdf)> Acesso em setembro 2019.



*Princípios de Empoderamento das Mulheres*. Disponível em:  
<<http://www.onumulheres.org.br/referencias/principios-de-empoderamento-das-mulheres/>> Acesso em setembro 2019.

*Taboão da Serra comemora 13 anos da Lei Maria da Penha*. Disponível em:  
<<https://www.otaboanense.com.br/taboa-da-serra-comemora-13-anos-da-lei-maria-da-penha/>> Acessado em setembro 2019

CARNEIRO, Adriana Jacob. A cobertura midiática do dia internacional da mulher: fatos e controvérsias. Salvador, FACOM: VI ENECULT – Encontro de estudos multidisciplinares em Cultura, 2010.

CAPPELLE, Mônica Carvalho Alves; MELO, Marlene Catarina de Oliveira Lopes. Mulheres policiais, relações de poder e de gênero na polícia militar de Minas Gerais. RAM, Rev. Adm. Mackenzie, V. 11, N. 3, Edição Especial. São Paulo, SP. mai./jun. 2010. p. 71-99. ISSN 1678-6971.

FRUTUOSO, Suzane G. *Repensando a masculinidade*. Portal Mulheres Ágeis. 2018. Disponível em: <<http://www.mulheresageis.com.br/repensando-a-masculinidade/>> Acesso em setembro 2019

LEÓN, M. El empoderamiento de las mujeres. Encuentro Del primer y tercer mundos en los estudios de gênero. La ventana, (13), 94-106, 2001. In: CORTEZ, M. B.;

SOUZA, L. Mulheres (in)Subordinadas: o Empoderamento Feminino e suas Repercussões nas Ocorrências de Violência Conjugal. Psicologia: Teoria e Pesquisa, v. 24, n. 2, p. 171-180, 2008.

MASSON, Celso; MENDONÇA, Martha; AZEVEDO, Solange. Por que as mães querem deixar o emprego para ficar com os filhos. Editora Globo: Revista Época, nº 474, de 18 jun. 2007.

MINADEO, Roberto. *DIREITOS HUMANOS, CIDADANIA E VIOLÊNCIA NO BRASIL: estudos interdisciplinares* – Volume 3, 2015., Edition: 1, Chapter: 8,

Publisher: Curitiba: Editora CRV, pp.145-192. Disponível em:

<[https://www.researchgate.net/publication/274248533\\_Tendencias\\_e\\_Perspectivas\\_do\\_Empoderamento\\_Feminino\\_Destaque\\_na\\_participacao\\_politica\\_e\\_na\\_atuacao\\_empREENDEDORA](https://www.researchgate.net/publication/274248533_Tendencias_e_Perspectivas_do_Empoderamento_Feminino_Destaque_na_participacao_politica_e_na_atuacao_empREENDEDORA)>. Acesso em setembro 2019

MOEHLECKE, Sabrina. Ação afirmativa: história e debates no Brasil. Cadernos de Pesquisa, n. 117, n. 1, v. 9, p. 197-217, nov./2002.

SOUSA, Rosa Maria Borges Cardoso de; MELO, Marlene Catarina de Oliveira Lopes. Mulheres na gerência em tecnologia da informação: análise de expressões de empoderamento. São Paulo: Revista de Gestão USP, v. 16, n. 1, p. 1-16, jan.-mar. 2009.

TEIXEIRA FILHO, Elizeu. *Patrulha Guardiã Maria da Penha de Taboão da Serra ganha destaque no Jornal Nacional da TV Globo*. Jornal SP Repórter. 05 de jan. 2019. Disponível em: <<https://www.jornalspreporter.com.br/noticia/955/patrulha-guardi-maria-da-penha-de-taboo-da-serra--destaque-no-jornal-nacional-da-tv-globo->> Acesso em setembro 2019

ZOELLICK, R. B. A igualdade de gênero promove o desenvolvimento das nações. Câmara dos Deputados, 27 set. 2011. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/a-camara/procuradoria-da-mulher/a-igualdade-de-genero-promove-o-desenvolvimento-das-nacoes>>. Acesso em setembro 2019

## O EXIBICIONISMO NAS REDES SOCIAIS

### A notável característica dos afetos narcísicos na contemporaneidade

Leonardo Luiz<sup>10</sup>

Dereck Gomes<sup>11</sup>

Ingrid Dionizio<sup>12</sup>

Jenyffer Domingos<sup>13</sup>

#### RESUMO

A presente pesquisa busca compreender quais são os fatores que motivam alguns usuários das redes sociais a compartilharem conteúdos de ordem privada, ultrapassando a tênue linha entre a comunicação e o exibicionismo, assim resultando em consequências sutis, porém perigosas para a saúde física e psíquica dos que diretamente se expõe e dos que indiretamente são atingidos. Para tanto, sob a ótica da psicanálise Freudiana, conceituamos o exibicionismo e as afetações psíquicas que circundam o sujeito, a fim de elaborar uma reflexão teórica a respeito do comportamento narcisista presente nas redes, investigar e discutir um novo fenômeno: os afetos narcísicos da contemporaneidade.

#### Introdução

Nosso trabalho busca compreender como o narcisismo se configura na pós-modernidade. Assim, temos como objetivo geral elaborar uma compreensão teórica do comportamento narcisista presente nas redes sociais sob a ótica psicanalítica, de forma a compreender como essa abordagem pode lançar reflexão sobre este fenômeno. Faz-se necessária uma atenta observação - de forma mais aprofundada e sensível - quanto ao aspecto inevitável relacionado diretamente à presente pesquisa científica: a imagem. Observando fundamentalmente traços narcísicos por

---

<sup>10</sup> Psicólogo, psicanalista, mestre e doutor em psicologia clínica pela PUC-SP. Pós doutor em Música do Instituto de Artes pela UNESP. Coordenador do Curso de Psicologia da Fecaf.

<sup>11</sup> Graduando do Curso de psicologia da Fecaf. (4º sem.)

<sup>12</sup> Graduanda do Curso de psicologia da Fecaf. (4º sem.)

<sup>13</sup> Graduanda do Curso de psicologia da Fecaf. (4º sem.)

entre os séculos, é possível notar a importância da imagem como uma característica humana. Ao analisarmos cronologicamente a história, e buscando uma essência psicológica atrelada a este fenômeno, ponderamos imediatamente que a imagem não foi apenas uma ferramenta poderosa a ser usada pelos povos primitivos, mas sim, parte do inconsciente primitivo presente em todos nós, e utilizada até os dias de hoje. A imagem tem poder, é por meio dela que nos expressamos e somos reconhecidos, além de representar perfeitamente uma característica primordial quanto à essência biopsicossocial do ser humano. Ernst H. J. Gombrich, importante historiador do século XX, escreve em seu livro *A História da Arte*:

Quanto mais recuamos na história, mais definidas mas também mais estranhas são as finalidades que se crê serem servidas pela arte. O mesmo se aplica se sairmos das cidades e observarmos o que se passa entre os camponeses ou, melhor ainda, se sairmos de nossos países civilizados e visitarmos aqueles povos cujos modos de vida ainda hoje se assemelham às condições em que viveram os nossos mais remotos ancestrais. Chamamos a esses povos “primitivos”, não porque sejam mais simples do que nós -- os seus processos de pensar, com frequência, são mais complicados do que os nossos --, mas por estarem mais próximos do estado em que, num dado momento, emergiu a humanidade. Entre esses primitivos não há diferença entre edificar e fazer imagens, no que se refere à utilidade. Suas cabanas existem para protegê-los da chuva, do sol e do vento, e para os espíritos que geram tais eventos; as imagens são feitas para protegê-los contra outros poderes que, para eles, são tão reais quanto as forças da natureza. Pinturas e estátuas, em outras palavras, são usadas para realizar trabalhos de magia. É impossível entender esses estranhos começos se não procurarmos penetrar na mente dos povos primitivos e descobrir qual é o gênero de experiência que os faz pensar em imagens como algo poderoso para ser *usado* e não como algo bonito para contemplar. (GOMBRICH, E. H. (Ernest Hans), 1909-2001. **A história da arte**. Rio de Janeiro: LTC, 2015. p. 39-40)

No entanto, da mesma forma como o homem se adapta ao meio, as suas ferramentas são, conseqüentemente, adaptadas e ressignificadas para continuar lhes servindo. É necessário levarmos em consideração, antes de darmos sequência, que determinados fatos e/ou comportamentos tendem à repetição, mesmo em diferentes períodos e/ou épocas da história. Pensemos, por ora, na questão do “primitivo”. É possível concluir que o narcisismo, em verdade, não é uma característica humana restrita ao século XX, mas sim, um atributo que percorreu os séculos com roupagens diversas, pois se falamos em narcisismo, estamos falando também da imagem como objeto de estudo, e a imagem sempre esteve presente na história do ser humano. Ocorre que, em nosso caso, dadas as diretrizes racionais em que estamos inseridos, e tendo como plano de fundo o nosso pensamento crítico e a evolução gradual do ser, tomamos a imagem em si um referencial norteador. Já nossos ancestrais diretos, as externalizavam em manifestações artísticas primevas, e lá poderiam estar evidências daquilo que, aqui, chamamos de *inconsciente primitivo* - traduzido ou evidenciado por meio de imagens.

Busquemos alguma referência, no período paleolítico da história, motivos essenciais que possam sustentar esta presente tese; é lá, no período paleolítico, que surgem as primeiras manifestações artísticas de seres que encontravam-se existindo em cavernas por conta das baixas temperaturas. Um ser nômade, caçador-coletor,

inserido em um período que teve início há 2,5 milhões de anos e que durou até, aproximadamente, 10.000 a.C. Falamos de seres que, originalmente, expressavam em paredes suas relações mais íntimas com o mundo, e que também por isso se destacava dos demais seres vivos. Com os desenhos, havia um ser que tentava, a todo custo, compreender o mundo exterior; um mundo fundamentalmente hostil às suas necessidades de sobrevivência. Desenhar era uma forma de controlar o mundo a sua volta. Era uma forma de aprisionar ou conquistar a imagem exterior predatória, violenta, mas que ainda assim servia à sua existência. Falamos de um modo associativo primário, arcaico, em que, ao conquistar um animal, conseqüentemente esse ato era associado ao desenho realizado em paredes, e era essa uma das formas eficazes de relacionamento de si próprio com o mundo.

Notemos que nossas características instintivas foram traçadas por meio de um extenso período evolutivo, e mesmo em povos primitivos já havia certa assimilação do ambiente ao qual pertencia e, de igual modo, a tentativa de possuir determinado controle sobre tal fenômeno como forma de sobrevivência ao meio. Ou seja, o instinto de manipulação de seu ambiente e conseqüente adaptação, aliado ao surgimento de tecnologias que possibilitaram um melhor manuseio das técnicas adquiridas, são intrínsecos à espécie. A tecnologia permitiu a construção das pirâmides no Egito, os avanços dos exércitos romanos, as descobertas científicas de Galileu Galilei, a ida do homem à Lua, ou um mundo cada dia mais conectado. É evidente que durante as eras aperfeiçoamos nossas habilidades; se antes o ser humano tinha receio de sair de uma caverna para explorar o mundo ao seu redor, hoje temos esse mesmo mundo acessível na palma de nossas mãos. Poucos toques nos separam de um passeio virtual pelas ruas de Tóquio. Tudo bem não ter dinheiro suficiente para ir à França; é possível “caminhar” com o celular pelo Museu do Louvre e/ou conhecer a Torre Eiffel.

Falamos, até o presente momento, sobre a imagem, a interação de nossa espécie com o ambiente em que vivemos, mas, além disso, também temos o comportamento social - verdadeira conquista da evolução orgânica. Comunicação, coordenação e colaboração entre animais sociais é frequente, principalmente entre mamíferos. Essa inteligência coletiva faz parte da adaptação ao meio e é determinante para a preservação das espécies. No entanto, algo nos diferencia dos demais seres vivos, e aqui nos destacamos: a linguagem. Ela permite que haja o acúmulo de conhecimento de geração para geração para criar formas diferentes de coordenar e cooperar, algo muito mais complexo do que ocorre no mundo animal. Com o fortalecimento da linguagem, e principalmente com o avanço da comunicação digital, estamos elevando a nossa inteligência coletiva a um nível nunca antes

visto; a tecnologia ampliou a nossa memória, o alcance das nossas ideias, facilitou a resolução de problemas cotidianos corriqueiros, fortaleceu a onipresença da informação.

Vivemos em um mundo que ultrapassa fronteiras e/ou parâmetros sociais - chegamos à era dos *smartphones*, dos inúmeros aplicativos, do Instagram, do Facebook, do

Twitter, do *streaming* de jogos, dos influenciadores digitais, dos vídeos virais do YouTube etc. Vivemos em uma era em que exibir a foto de um prato em algum restaurante pelo mundo é uma forma de revelar a gastronomia daquele lugar. Uma era em que abrir uma live em nossa página é tomar para si o papel de coadjuvantes, narrando histórias tão plurais, tão diversas. E vamos além. Narramos o nosso despertar, narramos a ida à academia, narramos os livros que lemos, as festas que frequentamos, tudo aquilo que compramos, tudo aquilo que fazemos, narramos as nossas próprias vidas, quase sempre de uma maneira que busca a curtida do outro, o compartilhamento, a aceitação, o aval para ser; colocamos à venda, nesta vitrine de escolhas infundas, outra forma de agir, de se comportar. Em síntese, temos um novo fenômeno, o narcisismo trajado de amor próprio, exibido em vitrines virtuais.

O aparelho celular, hoje largamente utilizado por todos, de um modo geral, é uma importante ferramenta de interação entre os seres humanos, e isso se dá, também, essencialmente por meio de imagens e manuseio de aplicativos. Assumir que ele conecta uma pessoa à outra, independente da distância em que elas se encontram, não é um mero detalhe em que passamos os nossos olhos sem que para isso percebamos com atenção alguns fatos específicos e curiosos. O celular, realmente, exerce uma função nunca antes vista na história. A dinamicidade e tramitação de notícias e demais informações nunca teve um fluxo tão grande - o que antes era feito por cartas, que demoravam muito tempo para serem entregues, hoje pode ser feito com alguns toques na tela: o de abrir o WhatsApp, escolher o contato, e encaminhar uma mensagem de texto, áudio ou vídeo. Essa informação não viaja de barco rumo ao desconhecido, assim como as caravelas portuguesas que aqui atracaram em 1.500. O destino é certo, criptografado, e não conta com interferências externas e naturais, em contraposição aos barcos que se lançavam ao mar de incertezas; tudo o que precisamos é de um bom sinal de internet e o aplicativo instalado em nossos dispositivos.

No entanto, não é somente de aspectos positivos que essa extensão tecnológica de nós mesmos oferece. Inserindo-nos no contexto atual, a era digital, percebemos quão facilmente somos influenciados, de forma negativa, no modo em que esta conduta ocorre. O rápido fluxo de informações, aliado ao sistema econômico em que estamos inseridos, promove algo ambivalente todos os dias: *views*, *likes* e compartilhamentos são ferramentas daqueles que, de alguma forma, querem lucrar e garantir a sobrevivência. Isso é bom, por um lado, pois gerou oportunidades inéditas de trabalho. No entanto, não estamos falando de Idade Média, em que poucos eram os pintores que trabalhavam em prol da realeza. Estamos falando de um tempo e uma época em que muitas são as pessoas que investem grandes esforços para produzirem ou reproduzirem conteúdos diversos, que expressem uma suposta autenticidade.

Identificamos esse exibicionismo nas redes sociais como um meio para a sustentação da imagem do sujeito. Do mesmo modo que os desenhos rupestres na parede das

cavernas capturaram a essência dos seres, deixando a marca do homem no ambiente externo, as

postagens assim os fazem, dizendo-o “também estou aqui, me veja”. Logo, a linha tênue entre a comunicação/troca de informações e o exibicionismo é constantemente ultrapassada, proporcionando consequências sutis, porém perigosas para a saúde física e psíquica dos que diretamente se expõe e dos que indiretamente são atingidos.

## O mito grego de Narciso e Eco

NARCISO, em grego Νάρκισσος (Nárkissos). Começemos pela etimologia. Nárkissos, o nosso Narciso, não é uma palavra grega. Talvez se trate de um empréstimo mediterrâneo, quem sabe da ilha de Creta. De qualquer forma, uma aproximação com o elemento νάρκη (nárke), que em grego, significa “entorpecimento, torpor”, cuja base talvez seja o indo-europeu \**snerq*, “encarquilhar, estolar, morrer”, é de cunho popular. Com o sentido de *torpor*, nárke já é empregado por Aristófanes, *Vespas*, 713. Relacionando-se, depois, com a flor narciso, que era tida por estupefaciente, nárke será a base etimológica de nossa palavra narcótico e toda uma vasta família com o elemento narc-. (BRANDÃO, Junito de Souza. **Mitologia grega, vol. II**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2015. p. 181)

Quanto ao mito grego, Narciso era filho do rio Cefiso, “o que banha, o que inunda”, e da Ninfa Líriope, que talvez signifique “de voz macia como um lírio”, em grego leírion e óps, “voz”. O mito, inicialmente, narra um estupro cometido por Cefiso - em cujas margens tranquilas ninfa alguma poderia passear incólume - contra Líriope.

A gravidez foi penosa e indesejável, e de mesmo modo tomada por alegria e apreensão. Narciso nasceu belo, o que era inconcebível, visto que na cultura grega, particularmente, beleza assim era tida como fora do comum, o que assustava a todos. A beleza arrastava o mortal para a *hýbris*, o descomedimento, fazendo-o ultrapassar o métron - a linha invisível que separa o humano do divino. Desta forma, competir com os deuses, no que tange à beleza, era considerada uma afronta direta, cabível de punição severa.

O sentido de beleza era algo extremamente notável nos mitos gregos. O divino era aquele que detinha toda a concepção do termo, em essência - algo que ultrapassava em muito o métron, e portanto seria digno apenas dos deuses. Aquele que excedia o permitido, sofria as consequências de Némesis, tida como a justiça distributiva e, por esse motivo, a vingadora da injustiça praticada; esta estava sempre atenta para os excessos cometidos, e pronta para punir os culpados de maneira irremediável.

Narciso, assim, seria desejado arduamente por deusas, ninfas e pelos jovens de toda a Grécia. Tal beleza, por outro lado deixava a sua mãe, Líriope, preocupada, motivo esse que a levou a procurar o velho cego Tirésias, que possuía o dom da manteia, da adivinhação. Quanto tempo mais Narciso teria? Essa dúvida tomou conta do imaginário da Ninfa, ao que o grande profeta a advertiu: *si non se uiderit*, “se ele não se vir”, como narra Ovídio. Narciso, portanto, poderia viver longos anos desde que não se visse.

Narciso conquistou a atenção de todos àquela época, no entanto permanecia insensível. Entre as grandes apaixonadas pelo jovem da Beócia, estava Eco. É preciso mencionar, antes, que Eco acabara de regressar do Olimpo após um grave episódio. Hera, esposa de Zeus, desconfiada das constantes idas deste ao mundo dos mortais, resolveu prendê-lo no Olimpo. Zeus, por sua vez, usou a ninfa Eco, de uma tagarelice tamanha, para distrair Hera

enquanto ele escapava para o mundo dos mortais. Mas a ciumenta Hera, tida como “defensora dos amores legítimos”, acabou por descobrir a trama e decidiu punir, então, a jovem ninfa - Eco não mais falaria, mas, sim, repetiria somente os últimos sons das palavras que ouvisse.

Mas nada disso fez com que, em seu retorno do Olimpo, conseguisse evitar o amor que sentia por Narciso, o mais belo dos jovens. Em um verão qualquer, Narciso partiu, junto com alguns companheiros, para uma caçada. Eco o seguiu por todo o percurso, mas tomando os devidos cuidados para que não fosse vista. Acontece que, em um determinado momento, Narciso afastou-se dos amigos. Públio Ovídio Nasão (43 a.C. - 17 d.C.), em *Metamorfoses*, 3, 368-384, e com tradução de Antônio Feliciano de Castilho, narra primeiro as esperanças, e depois o desespero de Eco:

Dos sócios seus na caça extraviado  
Narciso brada: *Olá! Ninguém me escuta?*  
*Escuta*, lhe responde a amante Ninfa.  
Ele pasma: em redor estira os olhos;  
E, não vendo ninguém: *Vem cá*, lhe grita;  
Convite igual ao seu parte dela.  
Volta-se, nada vê: *Por que me foges?*  
Clama; *Por que me foges*, lhe respondem.  
Da mútua voz deluso, insiste ainda:  
*Juntemo-nos aqui*. Frase mais doce,  
Nem lha espera, nem quer; delira, e logo,  
*Juntemo-nos aqui*, vozeia em ânsias  
De o pôr por obra; da espessura rompe,  
Vem de braços abertos, anelando,  
Tão suspirado objeto, alfim colhê-lo.  
Ele foge; fugindo, ilude o abraço,  
E *Antes*, diz, *morrerei, que amor nos una*.  
Ela, imóvel, co'a vista o vai seguindo,  
E, ao que ouviu, só responde: *Amor nos una*.



Eco, fragilizada pela recusa tão fria e insensível de Narciso, ainda assim arde de paixão e se isola numa imensa tristeza e solidão. Ao fim, deixou de se alimentar e definhou, transformando-se em pedra, capaz apenas de repetir os sons últimos do que se diz. As demais ninfas, irritadas e inconformadas com a insensibilidade do filho de Liríope, pediram diretamente vingança a Nêmesis, que, de pronto, condenou Narciso a amar um amor que seria impossível alcançar.

Dessa forma encontramos o filho de Liríope novamente no verão, aproximando-se da límpida fonte de Téspias para acabar com a sede. As águas da fonte de téspias eram tão puras, que ninguém havia tocado nem mesmo os lábios. Debruçou-se sobre o espelho das águas e viu-se. Viu a própria imago (imagem), a própria umbra (sombra) refletida no espelho da fonte de Téspias. *Si non se uiderit*, “se ele não se vir”, lembremo-nos das palavras do sábio Tirésias. O jovem notou a si mesmo, porém, e não mais saiu dali. Narciso apaixonou-se pela própria imagem refletida. Nêmesis, assim, cumprira a maldição.

Novamente, Ovídio, em suas *Metamorfoses*, 3, 414-428, nos relata:

Deitou-se e tentando matar a sede,  
Outra mais forte achou. Enquanto bebia,  
Viu-se na água e ficou embevecido com a própria imagem.  
Julga corpo, o que é sombra, e a sombra adora.  
Extasiado diante de si mesmo, sem mover-se do lugar,  
O rosto fixo, Narciso parece uma estátua de mármore de Paros.  
Deitado, contempla dois astros: seus olhos e seus cabelos,  
Dignos de Baco, dignos também de Apolo;  
Suas faces ainda imberbes, seu pescoço de marfim,  
A boca encantadora, o leve rubor que lhe colore a nívea pele.  
Admira tudo quanto admiram nele.  
Em sua ingenuidade deseja a si mesmo.  
A si próprio exalta e louva. Inspira ele mesmo os ardores que sente.  
É uma chama que a si própria alimenta.  
Quantos beijos lançados às ondas enganadores!  
Para sustentar o pescoço ali refletido, quantas vezes  
Mergulhou inutilmente suas mãos nas águas.  
O mesmo erro que lhe engana os olhos, acende-lhe a paixão.  
Crédulo menino, por que buscas, em vão, uma imagem fugitiva?  
O que procuras não existe. Não olhes e desaparecerá  
o objeto de teu amor.

A sombra que vês é um reflexo de tua imagem.  
Nada é em si mesma: contigo veio e contigo permanece.  
Tua partida a dissiparia, se pudesses partir...  
Inútil: sustento, sono, tudo esqueceu.  
Estirado na relva opaca, não se cansa de olhar seu falso enlevo,  
E por seus próprios olhos morre de amor.

Procuram o corpo de Narciso, mas em seu lugar encontram uma flor amarela, cujo centro era circundado de pétalas brancas. Era a flor de narciso. Aqui, ao narrar a tragédia e morte de Narciso, perde-se também Eco. A flor de narciso, aliás, também arruinou Perséfone. É que esta última tinha o hábito de colher flores no campo. O rei do Hades, Plutão, que tanto a desejava, contou com a conivência de Zeus; este colocou uma flor de narciso às bordas de um precipício e, quando Perséfone aproximou-se para pegá-la, a filha de Deméter caiu no abismo. Lá no fundo do abismo, estava Plutão em cima de uma carruagem à espera. Foi o perfume de narciso que embriagou Perséfone e a levou para as trevas. É sabido, porém, que Narciso ainda tenta, no Hades, observar a si mesmo nas águas escuras do rio Estige.

## O narcisismo do qual tratamos

Deixemos claro que, ao nos debruçarmos sobre a teoria freudiana do narcisismo em relação ao uso das redes sociais, a qual se converte em um exibicionismo exacerbado, estamos falando de pessoas com traços narcísicos frente ao ambiente atual, que aparentemente nos influencia a investir, novamente, libidinalmente em nós mesmos, e não em uma patologia psíquica, embora acreditemos que não exclua a possibilidade de posteriormente o sujeito desenvolver um transtorno de personalidade narcisista.

Transtorno De Personalidade Narcisista

Critérios diagnósticos 301.81 (F60.81)

Um padrão difuso de grandiosidade (em fantasia ou comportamento), necessidade de admiração e falta de empatia que surge no início da vida adulta e está presente em vários contextos, conforme indicado por cinco (ou mais) dos seguintes:

1. Tem uma sensação grandiosa da própria importância [...]
2. É preocupado com fantasias de sucesso ilimitado, poder, brilho, beleza ou amor ideal.
  3. Acredita ser “especial” e único e que pode ser somente compreendido por, ou associado a, outras pessoas (ou instituições) especiais ou com condição elevada.
4. Demanda admiração excessiva.
5. Apresenta um sentimento de possuir direitos [...]

6. É explorador em relações interpessoais [...]
7. Carece de empatia [...]
8. É frequentemente invejoso em relação aos outros ou acredita que os outros o invejam.
9. Demonstra comportamentos ou atitudes arrogantes e insolentes.

[...] Esses traços somente constituem transtorno de personalidade narcisista quando são inflexíveis, mal-adaptativos e persistentes e causam prejuízo funcional ou sofrimento subjetivo significativo.

(American Psychiatric Association. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5**. 5ª Ed. – Porto Alegre: Artmed, 2014. p. 669-672).

Vejamos que, para Sigmund Freud, o narcisismo nada mais é do que uma fase do desenvolvimento do nosso Eu. Formada ainda na tenra infância e situada no polêmico complexo de Édipo, está entre as pulsões autoeróticas e a busca por um amor-objetal.

No início a criança é o seu próprio mundo, autossuficiente para ser amada por aqueles que a rodeiam; a sua satisfação está na própria extensão. No entanto, durante o desenvolvimento, ela se dá conta do “outro”, e o seu amor-objetal está pronto para ser redirecionado, porém, despreparado para lidar com a frustração de não ser correspondido. Logo, se este processo não for bem elaborado psiquicamente, criamos a ilusão de que precisamos ser perfeitos, para assim sermos desejados. Mas desejados por quem?

Pensemos em Narciso como uma referência para a época, invejado e ao mesmo tempo desejado por todos, a personificação do belo, do divino - algo perseguido pela sociedade grega à época como um todo, e mesmo em períodos que a antecederam. E por que não pensar que atualmente isso ainda persiste? Detalhes sobre a percepção de si mesmo e o prazer que é sentido ao ser observado por outros - exibicionismo/voyeurismo. Se o olhar do outro define quem sou, criaremos uma imagem de identificação, já deturpada, a qual refletirá na formação do nosso Eu Ideal, que deverá ser alcançada e sustentada. Isto é, o Ideal do Eu como meio para a realização de nossa satisfação.

Compreendemos que o Eu ideal é uma figura “perfeita”, que representa o ser para finalmente estar inserido no mundo do homem, ou seja, no grupo que o aceite, porém esta figura perfeita é psiquicamente inalcançável, pois sempre presenciaremos a angústia da falta. As redes sociais, em contrapartida, nos dizem que “não”, ela tem o modelo perfeito e completo, a qual todos podem alcançar, pois como vemos, ultrapassa sem nenhum perigo a linha do métron, e não é um deus, mas sim um homem, assim como nós, que outrora fora comum, nascido debaixo do mesmo céu, a qual de algum modo alcançou o título de influencer, o invejado rótulo de bem-sucedido ou o pilar da fama. E a distância, agora simbolicamente insignificante, entre ambos os sujeitos, impulsionada ainda pelas redes sociais, transforma o desejo em

ser e estar no lugar do outro. Pois, o mesmo aplicativo social que exhibe a espetacular imagem ilusória de um ser perfeito, cheio de conquistas, autenticidade e beleza, é também o que esconde os defeitos, traumas e falhas, garantindo a posição olimpiana, a sustentação de seu Ego Ideal, dissimuladamente alcançado. Resumidamente, queremos deixar de buscar a referência (Ego Ideal) para sermos a referência (pulsão de vida), e isto nos leva à perda de nossa individualidade, o que, psiquicamente, seria menos pior do que a angústia da solidão (pulsão de morte).

[...] O homem autêntico é aquele que reconhece a radical dualidade entre o humano e o não-humano. Desconhecê-la é mergulhar na inautenticidade, é sofrer uma queda. Existência inautêntica e queda são sinônimos. Queda, porque os existenciais são necessidades ontológicas imprescindíveis ao ser humano, e que o estado de inautenticidade tende a se degradar. [...] uma subjetividade degradada comanda a consciência individual, levando o homem a agir de acordo com o que dizem ser o certo ou errado, obedecendo as ordens e proibições sem indagar suas origens ou motivações.

O Daisen, o indivíduo, passa a viver sob o signo do “se”, do “dizem”: lê, o que se lê, come o que se come, segue este ou aquele modismo que dizem ser o mais conveniente seguir. O “Ser-aí”, na vida cotidiana, mergulha numa espécie de anonimato que anula a singularidade de sua existência. Perde-se no meio dos outros Daisen, buscando a justificativa de seus atos num sujeito pessoal, exterior.

[...] O das-man, enfim, eis a conclusão heideggeriana, constitui a estrutura essencial das relações sociais, privando a realidade humana de uma existência autêntica.

[...] Temeroso de defrontar-se com a morte, sabendo-se ser um “Ser-para-a-morte”, evitando assumir a realidade que ela representa, o Daisen refugia-se numa existência inautêntica, dessa maneira o indivíduo procura fugir da angústia da morte.

(PENHA, João da. **O que é o existencialismo? (Primeiros passos)**. São Paulo: Brasiliense, 2001. p. 32-34.)

O sujeito que não se molda aos traços exigidos por determinado grupo, a ele não pertence, e o não pertencimento é o mesmo que não existir, pois está fora do campo das relações humanas compartilhadas, a qual é essencial para nós, seres sociais, psiquicamente carentes de afetos. O sentimento de solidão a qual decorre do não pertencimento traz consigo muitos problemas, entre eles a frustração, depressão e baixo-autoestima, que levam à decadência do ser determinadamente social. Para driblarmos essa eventual circunstância, buscamos incessantemente por um grupo que nos aceite, alguém que inconscientemente nos identificamos, e possamos ter a garantia de sermos o falo, o objeto de desejo do outro, como um porto seguro para o nosso Ego. Porém, essa identificação em massa, significa a dissolução do Eu em prol da aceitação e pertencimento. Sacrificamos a nossa subjetividade no leito de Procusto.

É perceptível que o mecanismo funcional externo dessa estrutura psíquica não é o mesmo que o utilizado a séculos atrás. Não estamos falando de um sujeito que se apaixona por si mesmo, mas sim de grupos de indivíduos que buscam ser a paixão

do outro, mesmo que não nutram este sentimento por ele, este é o seu combustível para se manter acesso. E nada mais conveniente do que um celular com todas as ferramentas necessárias para se exibir ao outro, de qualquer lugar e em qualquer hora. Ora, não é de se estranhar que vejamos em quem se exhibe, traços narcísicos. Ali, compartilhando com outro o que deveria ser intimamente dele, passa a mensagem de seu amor próprio. No entanto, como vimos ao longo do artigo, por de trás esconde a insegurança e o medo da falta, a qual tenta, assim como todos nós, porém de um modo diferente, suprir com views, likes e laços virtuais.

É como revisitar uma trágica história - e, com isso, trazemos uma crítica não às redes sociais, mas sim ao modo como elas são utilizadas. Em 1911, o Coronel Lance, do Aeroclube da França, ofereceu o prêmio de 10 mil francos para quem conseguisse projetar um paraquedas extremamente seguro para os aviadores. Franz Reichelt, um alfaiate, criou um modelo e tentou voar a partir da Torre Eiffel, o que certamente deu errado e o mesmo acabou despencando de uma altura de 45 metros - Franz não morreu pela queda, mas sim de um ataque cardíaco antes de chegar ao chão. Traçando uma pequena analogia, é como se, atualmente, as empresas estivessem agindo, direta ou indiretamente, como o Coronel Lance, injetando dinheiro para que idéias novas surjam e as pessoas se sintam estimuladas, enquanto as ferramentas digitais (YouTube, Facebook, Instagram etc.) funcionam como plataformas de testes - muitas dessas, no entanto, são perigosas, como foi a Torre Eiffel para Franz Reichelt. O êxito é relativo, bem como incerto ou inesperado. Reforçamos, ademais, que não estamos culpabilizando única e exclusivamente as empresas, mesmo por que, atualmente, qualquer pessoa pode alavancar ideias e/ou propostas que rapidamente ganham as redes e acabam viralizando - todos somos, dessa maneira, potenciais investidores e incentivadores, sempre em busca da aceitação, do afeto, do afago, do modelo ideal de Eu, da pulsão de vida que será, com sorte, visualizada, compartilhada e, até mesmo, viralizada por toda a internet.

Dentre alguns exemplos, temos o influenciador digital Larz, de 21 anos. O jovem foi infectado por COVID-19, doença causada pelo novo coronavírus, após lambem um vaso sanitário e publicar as imagens em suas redes. Larz participou de um desafio que surgiu no aplicativo TikTok, chamado “coronavírus challenge” (desafio do coronavírus), que incentivou dezenas de jovens a se exporem em situações de risco anti-sanitárias. Pode-se facilmente questionar, com isso, sobre uma possível - ou evidente - fragilidade psíquica e emocional, ou pulsão de morte, travestida em uma atitude que visa, essencialmente, ganhar a atenção dos demais, ser notado, ou seja, imbuir-se de uma pulsão de vida, mesmo que alcançada de forma extrema e inconsequente. Ainda assim, aqui, notamos o perfil narcísico de forma clara e objetiva; o influenciador, que buscando o retorno ao narcisismo primário, ou seja, a si mesmo e às suas necessidades de ideal do Ego, se debruça no outro como forma de conquistar o aval para ser e estar, além de encaixar-se socialmente.

Mas os exemplos não param aí. O YouTuber canadense Jason Eithier, de 29 anos, dono do canal “ImJayStation” - que conta com mais de 5 milhões de seguidores -

forjou a morte da própria namorada para ganhar views em seu suposto canal de “humor”. O homem, conhecido por entrar em contato com espíritos de celebridades usando tabuleiros ouija (superfícies planas com letras, números e outros símbolos), falou que a namorada havia sofrido um acidente de carro, provocado por um motorista embriagado; em seguida, entrou em contato com a suposta alma da mesma, em vídeo publicado e já deletado. A notícia correu a internet, chegando até mesmo aos pais de Alexia, a namorada, e foi aí que Jason veio à público para confessar que tudo não tinha passado de uma grande mentira, e que, aliás, a própria Alexia, motivada por fama e dinheiro, segundo ele, havia ajudado a forjar toda a situação - o que ela nega veementemente. Independente de qual seja o lado correto nessa história, é possível questionar: vale tudo em troca de audiência? Aparentemente, para pessoas como essas que vimos até aqui, sim. De qualquer forma, elas influenciam as demais, e não é somente nesse extremo negativo que o exibicionismo nas redes está alicerçado; na verdade, em costumes menos danosos e hostis também o narcisismo aparece como fonte de renda, deveras, lucrativa.

Em um programa televisivo chamado “De férias com meu ex”, do canal por assinatura MTV, participantes passam uma temporada confinados em uma casa e aguardam para o momento em que irão encontrar seus antigos parceiros, ou parceiras. Os participantes, no caso, são escolhidos criteriosamente pela emissora não pela personalidade, por exemplo, mas pela aparência, primeiramente; é preciso ter um tipo específico de corpo, o considerado “belo”. Além disso, é preciso ser jovem, extrovertido e carismático. Durante o programa, eles participam de festas e eventos, interagem e se relacionam entre eles, mas não ganham um prêmio da emissora ao término do reality, como visto em outros canais. No caso, após o programa, os participantes assinam com marcas famosas para, em seus stories do Instagram, por exemplo, fazerem propaganda e anunciarem produtos - quase sempre em lugares deslumbrantes, paradisíacos, esbanjando um modelo ideal de Eu que, muitas vezes, não condiz com boa parte do público que os seguem. Muitos deles, inclusive, passam de 500 mil seguidores nas redes.

O “Belo”, em si, remonta-nos à Grécia Antiga. As representações dos homens nas esculturas eram, em grande parte, inspiradas nos deuses, mas os gregos, certamente, não

eram aqueles seres perfeitos que a arte deixava transparecer; não eram dotados de uma idealização corpórea tamanha, com toda uma representatividade grandiosa de “homens como deuses”. Os gregos, aliás, possuíam imperfeições como todos os outros seres humanos. Porém, a arte deles traduzia o Belo, bem como a nossa, atualmente. O belo do nosso tempo, aliás, muito mais do que servir de modelo e referência aos demais seres humanos, é o belo que vende, que influencia, que arrecada quantias consideráveis em dinheiro, que permite com que alguns sejam projetados à fama, a um status social melhor, e à inúmeras possibilidades outras. O belo de hoje ainda é o mesmo belo da Antiga Grécia, no diz respeito ao ideal do Ego - sempre inatingível e, por conseguinte, frustrante, para um grande número de

peças. Antes, poucos eram os escultores e os esculpidos - quase sempre as obras de arte eram restritas a figuras de grande prestígio e certa relevância social. Algo que será também levado à Idade Média, ao Renascimento etc. Hoje, no entanto, muitos são os esculpidos e muitos também são os escultores, e, entre tantas obras, a aceitação ou a rejeição nunca esteve tão fácil de ser notada ou decidida - basta, com os dedos, passar para o lado à uma obra seguinte que agrade mais, ou menos. Na vitrine digital, bem como na vida real, também há o consumo desenfreado; não de aspectos tangíveis, palpáveis, mas sim de vidas humanas expostas, exibidas.

### **Considerações finais**

Os narcisistas na contemporaneidade, portanto, podem ser considerados como pessoas com determinadas necessidades excessivas de admiração e/ou aprovação. Quando falamos em aprovação, é importante reforçar que sempre há um espaço entre como eu me vejo e como os outros me veem, e neste sentido as redes sociais teriam, então, o poder de atuar nisso. Nas redes sociais há todo o tipo de postagens ou pessoas. Há aquelas que publicam pouco conteúdo, outras que usam as redes de maneira mais frequente e, finalmente, aquelas que dividem absolutamente tudo que fazem em suas vidas. Para elas, as redes servem para cuidar de sua imagem pública e também para entender como as outras pessoas respondem a ela. As publicações em demasia serviriam para controle de sua aceitação social, funcionando, portanto, como um verdadeiro espelho. Assim, para um narcisista contemporâneo, a lógica por trás destas ações seria: "quanto mais eu posto, mais mantenho minhas relações, mais posso ser admirado e amado". A falta de respostas pode tornar o narcisista inquieto ou vazio, com a sensação de deixar de existir, apenas porque ninguém está confirmando que o ama. Disso decorrem efeitos de dependência, ansiedade e expectativa ascendente da presença virtual do outro. A timeline reflete o novo espelho de Narciso, que se encanta e se apaixona com o seu reflexo, representados pelo olhar de inúmeros Ecos - os seus seguidores. Curtidas significam que a pessoa foi vista, reconhecida. Os comentários refletem a admiração e interação virtual que reforçam a imagem que é apresentada, geralmente como perfeita (o Ideal do Ego), expondo estilos de vida e símbolos de sucesso. Revisitando a célebre frase do filósofo e matemático francês René Descartes, "*penso, logo existo*", hoje poderíamos questionar: "*posto, logo sou*"?

### **REFERÊNCIAS**

American Psychiatric Association. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5**. 5ª Ed. – Porto Alegre: Artmed, 2014. p. 669-672.

BRANDÃO, Junito de Souza. **Mitologia grega, vol. II**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2015. p. 181.

COWIE, Ashley. 40,000-Year-Old Cave Art Fills Basque Country Void. Ancient Origins. Disponível em: <<https://bit.ly/3d91Lpt>>. Acesso em: 14 mar. 2020.

FREUD, Sigmund. **Introdução ao narcisismo: ensaios de metapsicologia e outros textos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

GOMBRICH, E. H. (Ernest Hans), 1909-2001. **A história da arte**. Rio de Janeiro: LTC, 2015. pp. 39-40.

LAPLANCHE, Jean & PONTALIS, J.B. **Vocabulário da psicanálise**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

PENHA, João da. **O que é o existencialismo? (Primeiros passos)**. São Paulo: Brasiliense, 2001. p. 32-34.



## **FAMÍLIA E ESCOLA: UMA PARCERIA DE SUCESSO**

Rosangela Monteiro de Camargo-

Coordenadora do curso de Pedagogia da FECAF

Márcia Aparecida Queiroz-Graduanda em Pedagogia da FECAF.

Roseli Amorim Rodrigues-Graduanda em Pedagogia da FECAF

### **RESUMO**

O presente artigo tem o intuito de falar sobre a importância do bom relacionamento entre família e escola para o melhor desempenho escolar das crianças. Este Projeto de Iniciação Científica foi criado por nós, alunas da turma de Pedagogia da Faculdade Fecaf levando em conta os vários fatores compreendidos no desenvolvimento escolar das crianças, entre eles, o papel fundamental da família nesse processo, já que, se percebe que esta tem delegado à escola inúmeras obrigações, dentre as quais, o papel de fornecer a educação familiar do aluno. A falta de participação da família às reuniões pedagógicas e o não atendimento às solicitações para entrega de boletins, mau rendimento escolar foram alguns pontos motivadores para a realização desse projeto, com o embasamento teórico relacionados a alguns conceitos, como: família, escola, aprendizagem e desenvolvimento humano. Desta forma, buscamos explicar a necessidade do vínculo entre família e escola no desempenho e na ampliação do processo de aprendizagem da criança, entender as formas de cooperação da família no ambiente escolar, comprovar os resultados positivos obtidos pela parceria entre os pais e escola e descrever o papel da família no desenvolvimento de aprendizagem da criança.

### **INTRODUÇÃO**

O presente artigo tem como intuito falar sobre a falta de companheirismo entre família e escola para efetivar o desempenho escolar das crianças. Durante seu desenvolvimento, consultaram-se várias pesquisas e textos acadêmicos, que serão abordados, afirmando o quanto é significativo a interação da família e escola para o exercício escolar. Percebeu-se, entretanto que a estrutura familiar contemporânea

está cada vez mais complexa e essa é uma das questões que têm dificultado essa relação.

Assim, não se objetiva aqui, esgotar o assunto, mas apenas apresentar algumas possibilidades que nos parecem importantes para confrontar essas dificuldades encontradas nesse percurso, ou seja, complicações nas relações familiares e escolares as quais nos encontramos ao longo da jornada de trabalho com os nossos alunos.

Desta forma, busca-se explicar a importância da parceria entre família e escola no desempenho e ampliação do processo de aprendizagem da criança, entender as formas de cooperação da família no ambiente escolar, comprovar os resultados positivos obtidos pela parceria entre os pais e escola e descrever o papel da família no processo de aprendizagem da criança.

Sabe-se que a chegada do século XXI era o desejo da humanidade. E hoje percebe-se que o modelo de família considerado no século passado como “ideal”, não existe mais. Assim, pergunta-se: Qual papel da família na estruturação do educando? Que educação os indivíduos deste século estão adquirindo? O que as famílias têm a dizer sobre tudo isso? Rompem-se os limites quando se permite que os meios de comunicação estejam inseridos com facilidades nos ambientes familiares de um modo geral.

Verifica-se que, quando os pais não aplicam limites para os filhos desde pequenos, estão colaborando para formar cidadãos que não compreendem suas competências e que não respeitam normas de convivência e, conseqüentemente, colhem aquilo que ocasionaram com sua educação (WHITE, 1976).

Famílias que não percebem a imensa obrigação em expor aos filhos seus equívocos, além disso, apoiam suas decisões erradas, estão colaborando com um mal sem proporções. Outra dificuldade é tombar no ápice do contrário e ser exageradamente repressivos. Famílias inconsistentes opõem-se manifestando poder. Fortalecem seus julgamentos, cogitando sua ausência de segurança em si mesmos e, conseqüentemente, em seus filhos. As famílias, muitas vezes, pedem socorro, e a figura da educação escolar deve ser agradável, ajudando e dando amparo, auxiliando esses pais, tornando-se aliados na tarefa de educar.

Educar dá trabalho, pois é preciso ouvir o filho antes de formar um julgamento, desenvolver alertas e atenção em suas solicitações de socorro (nem sempre explícitos) para ajudá-los a tempo: descobrir juntamente com o filho onde ele errou, com a finalidade que o mesmo possa vir a aprender com suas falhas, orientá-lo a reconhecer as consequências ao invés de exclusivamente puni-lo, por mais simples que seja; não decidir pelos seus filhos seus dilemas que o próprio tenha competência de resolver; não aderir sozinho a obrigações pelo que o seu filho fez.

Portanto, a instrução começa desde a primeira infância, no colo de sua mãe. Enquanto a mãe está esculpindo e estruturando a índole dos filhos, ela está ensinando. Porém, o educar é uma inquisição de grande potencial do que a maioria pondera; entende-se que todo o desempenho pelo qual a criança é ensinada é acarretado ao longo de sua vida inteira.

#### FAMÍLIA: A DIFÍCIL ARTE DE EDUCAR

Entende-se que as parcerias entre família e escola são essenciais e assumem muitas responsabilidades no processo da formação da criança. Porém, a família é a principal transmissora das condutas e valores que permeiam o comportamento do indivíduo.

Quando a criança chega à escola, traz consigo uma sacola de emoções, sentimentos, orientações aceitas, hábitos, que são formados pela educação de sua família. Como vivemos em um mundo globalizado, onde a informação chega a cada casa com uma incrível velocidade, por vezes tudo que se tenta passar para uma criança, parece sem valor, frente ao que é visto através da mídia ou da televisão.

De acordo com Wagner, Ribeiro, Artech e Bornholdt (1999)

“No ambiente familiar, a criança aprende a administrar e resolver os conflitos, a controlar as emoções, a expressar os diferentes sentimentos que constituem as relações interpessoais, a lidar com as diversidades e adversidades da vida”

Portanto, o comportamento dos pais influencia o comportamento dos filhos. Suas práticas educativas interferem, positiva ou negativamente, na personalidade, atitude e saúde mental.

De acordo com Kaloustian (1998), o histórico familiar varia de acordo com o tipo de família, sendo caracterizada “por problemas sociais de natureza diversa, tais como

atentados frequentes aos direitos humanos, exploração e abuso, barreiras econômicas, sociais e culturais ao desenvolvimento integral de seus membros.”

Então, a escola precisa saber como lidar com as particularidades de cada família, para que possam argumentar e reedificar linhas a serem traçadas, para a reflexão sobre essas situações no processo de aprendizagem e auxiliar para efetivação do processo de ensino.

Portanto, não há pais perfeitos, nem educação ideal, mas há erros que podem ser evitados. O carinho e as regras são fundamentais na educação de todas as crianças. Muitas vezes pais culpabilizados pelo pouco tempo que passam com os filhos substituem o afeto por brinquedos caros. As crianças devem ser incentivadas a viver para o ser e não para o ter. Uma educação pautada por regras firmes, mas justas e impostas com afeto é a garantia de construir um ser humano saudável.

#### FILHOS DO DIVÓRCIO

Para os filhos, a separação representa uma mudança fundamental, muitas vezes, traumática e que repercutirá em um novo modelo de família, em novas adaptações, novos desafios. A criança passa por uma transição muito grande, tanto no aspecto afetivo, quanto no social e cognitivo. Esses aspectos, juntamente com stress emocional dos pais, acabam por dificultar o filho a manter sua atenção nos estudos. A principal dificuldade, no entanto, é entender, na prática, como a sua vida vai mudar, pois muitos pais não sabem lidar com essa situação e usam as crianças para “ferirem” uns aos outros e o lado emocional é totalmente comprometido afetando diretamente a aprendizagem.

É necessário que professores e escola que vivenciam essa situação estudem e apliquem eixos necessários para amparar as crianças durante essa transição, tendo o professor como parte neutra de toda essa situação, como alguém que está sempre disponível para o que for necessário.

Segundo Dias (2005), antigamente era possível designar a família como pais, filhos e outros semelhantes morando no mesmo lugar. Atualmente, isto se transformou, e diante disso muitos pais vivem distantes uns dos outros. Existem também outros fatores, como por exemplo, relação escolar, (colegas e professores), em outros

ambientes como parques, áreas de lazer, no próprio condomínio onde moram e na vizinhança, as crianças criam vínculos afetivos que alguns levam para sua vida.

Entende-se que família é uma comunidade de parentes que tem obrigações essencialmente pela aprendizagem de seus filhos e pela reparação dos deveres básicos. Ela se apoia em uma comunidade de pessoas vinculadas entre si pelo laço familiar, matrimônio, aliança ou apadrinhamento, convivendo ou não por um intervalo de tempo.

Portanto, definir como única "família" de forma radical apenas os pais não é mais algo comum. Não se pode mais falar de família, mas de "famílias", para que se possa tentar entender a diversidade de relações que convivem em nossa sociedade.

Portanto, é fundamental que a experiência do divórcio seja vivida pelo casal que a enfrenta de forma equilibrada, com maturidade e respeito, para que sejam amenizadas as consequências emocionais que podem causar danos ao desenvolvimento escolar e emocional de seus filhos.

#### RESPONSABILIDADES COMPARTILHADAS: DIREITOS E DEVERES

Segundo a Constituição Federal de 1988, nos últimos anos, tem-se argumentado bastante em a relação família e escola e suas responsabilidades na educação escolar dos filhos. A educação tem um caráter formativo e socializador e tanto a família como a escola são essenciais na vida dos sujeitos inseridos nesse desenvolvimento.

Dessa forma, o comprometimento e a cooperação da família no ambiente escolar são apontados como componente significativo para a conquista escolar das crianças. A escola e a família precisam caminhar sempre juntas, pois tem que haver essa harmonia entre elas.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9.394/1996) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, Lei 8069/1990 vigente 13.257/2019) pedem que as escolas se articulem com as famílias e os pais, o direito a ter ciência do processo pedagógico do mesmo jeito que o de participar da definição das orientações educacionais.

Os seguintes artigos da Constituição Federal (1988) mostram o papel a ser desempenhado pelas famílias na criação e educação dos seus filhos, sendo-os:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua habilidade para o trabalho.

Art. 227 É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Art. 229. Os pais têm o dever de assistir, criar e educar os filhos menores, e os filhos maiores têm o dever de ajudar e amparar os pais na velhice, carência ou enfermidade. (SENADO FEDERAL, 2016).

Percebe-se então que, apesar da família ser parte crucial neste crescimento da criança, o Estado também é parte importante no processo educativo do indivíduo, porque interfere direta e indiretamente no seu grupo social. A importância da participação ativa dos pais na vida cognitiva, social e afetiva dos filhos deve agir como incentivo para a educação de caráter formal, para o desenvolvimento do indivíduo, incentivando e acompanhando de perto esse desenvolvimento.

Porém, no processo educacional, ainda existe um afastamento entre a família e a escola. E, portanto, é necessário que cada uma dessas partes assuma a responsabilidade de garantir que a aprendizagem das crianças ocorra em uma educação que enfatize a democracia e a ética cívica. Este é o princípio básico de que ambas as partes devem seguir os mesmos objetivos que esperam alcançar. Caso contrário, as oportunidades serão fechadas, tornando a falta de educação de qualidade um grande obstáculo para o avanço social.

## ESCOLA SEM CONFLITOS; PARCERIA COM OS PAIS

As mudanças pelas quais a sociedade está experimentando recentemente em decorrência de aceleradas informações, os grandes avanços tecnológicos e muitos outros fatores mencionados no processo de pesquisa afetarão a estrutura familiar e, em seguida, a escola. Portanto, também é necessário despertar nossa atenção: apesar das mudanças, as escolas continuam a desempenhar um papel na disseminação do conhecimento científico. No entanto, a escola acha difícil absorver as mudanças sociais e familiares, e é difícil aceitar as novas tarefas atribuídas, embora esse não seja um processo recente.

Entretanto, como a família e a sociedade colocam seus olhos severos na escola, a escola deve ser vista como um caminho entre a família e a sociedade. A escola é uma extensão do serviço da família à sociedade, porque através dela, a sociedade ganha a influência de desenvolver e treinar cidadãos importantes e conscientes. De fato, encontrar maneiras de interagir com famílias e comunidades, a fim de proporcionar um trabalho conveniente e útil a todos, é um grande desafio para as escolas.

Em vista dessas premissas, fica claro que o papel da escola vai além da simples disseminação de conhecimento. Lembrando Symansky (2001),” o papel da escola na retribuição do sujeito, seja no desenvolvimento pessoal ou emocional o papel da escola e sua contribuição é crucial”.

Dessa maneira, é necessário que as escolas reconsiderem suas práticas de ensino para melhor atender à singularidade dos alunos, o que exige que as escolas cooperem com as famílias para atingir seus objetivos educacionais. É importante que a escola procure fortalecer o relacionamento com a família em nome do bem-estar dos alunos. Durante a implementação do projeto, é óbvio que, para tornar esses objetivos mais fluentes, a escola precisa da presença efetiva das famílias. Por outro lado, sob a orientação de profissionais da escola, a família se sentirá mais segura.

## ESCOLA: INSTITUIÇÃO NECESSÁRIA PARA TRANSFORMAÇÃO

A vida familiar e a vida escolar andam de mãos dadas. É quase impossível, portanto, quanto mais forte a relação família/escola de alunos/crianças, melhor o desempenho escolar dessas crianças/alunos. Nesse sentido, é importante que as famílias e as

escolas saibam aproveitar os benefícios desse relacionamento próximo, porque isto irá resultar em princípios facilitadores da aprendizagem e formação social das crianças.

Tanto a família quanto a escola esperam ter o mesmo: preparar os filhos para o mundo; no entanto, a família tem características próprias, que podem ser distintas da escola, e sua necessidade de aproximar a família dela. A escola tem sua metodologia e filosofia para educar uma criança, entretanto, necessita da família para concretizar o seu projeto educativo. (PAROLIM, 2003, p. 99).

Diante disso, enfatizamos a necessidade de estabelecer uma parceria entre família e escola, porque, embora todos tenham seus próprios valores e objetivos na educação das crianças, todos precisam da ajuda um do outro e as diferenças são ainda maiores quanto maior a demanda associada. Essas diferenças e necessidades são evidentes em entrevistas e reuniões com familiares.

Todavia, é preciso enfatizar que nem as escolas nem as famílias precisam mudar sua própria organização, desde que estejam dispostas a trocar experiências por meio de parcerias significativas. As escolas não trabalham isoladas: é necessário que todos trabalhem arduamente para alcançar a construção coletiva no âmbito de suas funções, ajudando assim, a melhorar o processo escolar dos alunos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Depois de todas as revisões bibliográficas e da realização deste projeto aqui mencionados, fica óbvio o quão importante e sadio é a relação família / escola como parceiras no processo de educação. Tanto a família como a escola são referências que sustentam o bom desempenho acadêmico; portanto, quanto melhor for esta relação entre essas duas instituições, mais positivo será este desempenho. Porém, como a vida familiar e escolar são complementares, a participação da família na educação formal dos filhos deve ser constante e consciente. Outro fator importantíssimo é que o desempenho escolar das crianças acaba sendo também melhorado a partir do bom relacionamento entre família e escola.



A família e a escola, e vice-versa, são os elementos básicos do desenvolvimento geral das crianças e, portanto, um importante pilar do desempenho escolar. Entretanto, para compreender a família, é necessário que a escola abra as portas para se fortalecer e garantir sua estabilidade. Desse modo, não existe uma fórmula mágica para tornar efetiva a relação entre família e escola, pois a diversas realidades de vida de cada família e escola são diferentes.

Da mesma forma, a interação família e escola é necessária para que ambas as partes entendam sua realidade e estabeleçam, em conjunto, uma relação de diálogo mútuo, buscando formas de fazer essa parceria acontecer, mesmo que envolva suas dificuldades e diversidades. O diálogo promove a aproximação e pode ser o início de grandes mudanças na relação entre família e escola.

#### **REFERÊNCIAS :**

SYMANSKY, Heloisa. A relação família/escola: desafios e perspectivas. Brasília: Plano, 2001.

ROUSSEAU, J. J. Emílio ou da Educação. São Paulo: Cortez, 1994.

SILVA, T.M.T. da. Mamãe a professora quer falar com você. Eu não fiz nada. In. Evangelista, F.; Gomes, P. de T. (orgs). Educação para o pensar. Campinas: Alínea, 2003.

NOGUEIRA, Raimundo Augusto. Mudanças na sociedade contemporâneas. Mundo Jovem. São Paulo, nº. 123, fev. 2002.

<http://www.plataformadoletramento.org.br/em-revista-coluna-detalle/1163/familia-e-escola-responsabilidades-compartilhadas-na-garantia-de-uma-educacao-de-qualidade.html>

<https://www.iacbauru.com.br/tempo-para-os-filhos-dilema-constante-no-dia-a-dia-dos-pais/>

<https://www.metlife.com.br/blog/desenvolvimento-pessoal/viver-em-familia-proporciona-crescimento-pessoal/>

<https://brasilecola.uol.com.br/datas-comemorativas/dia-dos-pais-1.htm>

## DILEMAS DE PANDEMIA: DIREITO À SAÚDE E ATIVIDADE ECONÔMICA

Luciano Luis Almeida Silva\*

Nelson Ricardo Casalleiro\*\*

**RESUMO:** A pandemia do corona vírus é o centro das discussões no país. Em debate, como enfrentar um problema dessa ordem, mormente impedir que o vírus infecte a população num ritmo que leve ao colapso da capacidade do sistema de saúde. Como medida primordial, o distanciamento social obrigatório, que levou à abrupta paralisação da rotina diária do país e a interrupção das atividades econômicas. Na balança, de um lado, a efetivação do direito à saúde, nos aspectos de proteção da sociedade e do sistema de saúde; do outro, a própria subsistência daqueles que têm no exercício de uma atividade econômica o seu sustento e de sua família.

Palavras-chave: pandemia, saúde, economia, filosofia, direito.

**ABSTRACT:** The corona virus pandemic has become the center of matter in the country. On debate, how to face a problem of its magnitude, especially on how to stop the infection rate so it won't collapse the public health system. As first effort, the imposing of social distancing, that leads to a severe break on society routine e drastic interruption of numerous economic activities. On scale, in one side, the effectiveness of the fundamental right to health, whether in terms of protection society itself or the health system on itself; on the other side, the subsistence of individuals themselves, that have on the economic activity your means of daily living.

Keywords: pandemic, health, economy, philosophy, law.

A pandemia causada pelo corona vírus e, em consequências, as medidas administrativas de polícia adotadas pelas autoridades nos três níveis da federação

---

\* Bacharel em Direito. Bacharel em Ciências Econômicas. Especialista em Ciências Penais e em Direito Constitucional. Mestrando em Direito, Justiça e Desenvolvimento. Advogado e Procurador Municipal em Graccho Cardoso/SE. Membro da Comissão de Defesa da Advocacia Pública da OAB/SE. Conselheiro Seccional Titular da OAB/SE.

\*\* Juiz de Direito no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, foi Promotor de Justiça no Ministério Público do Espírito Santo e advogado atuante na área tributária por mais de 15 (quinze) anos. Bacharel em Direito pela USP, Mestrando em Direito Justiça e Desenvolvimento no IDP/SP. Professor de Direito Civil na FECAF.

suscitam questões variadas que requerem uma análise multidisciplinar de forma a permitir uma compreensão mais abrangente dos reflexos imediatos e futuros para a sociedade brasileira.

Não se põe em dúvida a gravidade da situação da saúde pública num país de desenvolvimento tardio como o Brasil<sup>i</sup>. Por outro lado, não se pode olvidar que as medidas de restrição adotadas no país causam uma desorganização dos sistemas legal e econômico cujos efeitos deletérios serão sentidos por anos, senão por décadas, afetando a presente e futuras gerações<sup>ii iii</sup>.

Esta constatação nos põe de frente a uma série de dilemas morais que requerem um aprofundamento para além dos argumentos meramente sentimentais, exigindo uma reflexão acerca dos aspectos morais, econômicos e legais da questão<sup>iv</sup>.

O presente artigo pretende abordar a questão da pandemia, bem como das medidas de polícia administrativa adotadas com base em três diferentes planos: do ponto de vista da filosofia moral; da economia com relação à sua interface com o direito; e do ponto de vista jurídico propriamente dito.

Do ponto de vista da filosofia moral, a discussão remete ao debate das teorias da justiça de carácter deontológico em contraposição às teorias da justiça de cunho consequencialista. As primeiras, caudatárias, em alguma medida, do conceito kantiano do imperativo categórico, no qual o dever decorre de uma moral universalista e obrigatória, derivada da racionalidade humana; e, as segundas, derivadas em maior ou menor medida, do pensamento utilitarista de que o dever decorre da busca da felicidade na vida social.

Tanto o pensamento moral de uma perspectiva deontológica, quanto aquelas de matriz consequencialista, são formadas a partir de pensadores dos mais variados aspectos políticos e ideológicos, não sendo possível identificar uma unidade de pensamento a ponto de podermos denominá-los como uma “escola”. Assim, a seleção das correntes de pensamento a serem analisadas se dá de forma quase arbitrária, com a pretensão de que as escolhas refletem as correntes de pensamento mais significativas e que mais se identificam com o caso a ser abordado.

No que tange à filosofia moral de carácter deontológico, optou-se pelo referencial teórico do pensamento de John Rawls, denominado como “teoria da justiça como equidade”, constante de sua obra “Uma teoria da Justiça”.

O pensamento de Rawls, entretanto, para a análise de questões relativas à saúde pública é insuficiente, vez que sua abordagem pouco explora a questão. Recorrer-se-á adicionalmente ao pensamento de Norman Daniels, professor de ciência política e bioética na Universidade de Harvard, cujas contribuições ao tema do direito fundamental à saúde, a partir do pensamento de Rawls, trazem uma grande contribuição ao debate atual.

Quanto ao pensamento filosófico consequencialista, adotou-se como marco teórico a denominada “análise econômica do direito”, tendo como argumentos ideias como a de custos de oportunidade de Milton Friedman e Ronald Coase, este, a partir de suas reflexões acerca da influência do direito no que diz respeito às externalidades, apontadas em seu estudo denominado “The problem of social cost”.

O debate visto somente pelo ângulo da filosofia moral leva a um impasse, na medida em que aparentemente não se tem como superar o dilema moral entre a proteção da vida e a manutenção da atividade produtiva essencial à subsistência do próprio indivíduo.

Em outras palavras, a adoção de uma moral deontológica estrita implica que a proteção à vida deve ser considerada como absoluta, devendo prevalecer sobre todos os demais valores e princípios adotados pela ordem constitucional; enquanto que um pensamento puramente consequencialista levaria, como consequência, a prevalência da eficiência econômica como expressão máxima do bem comum, com o sacrifício de todos dos demais valores e princípios da ordem jurídica.

A superação deste impasse talvez encontre sua solução na teoria jurídica do conflito de normas sobre direitos fundamentais, a partir do pensamento de Robert Alexy e Ronald Dworkin, para que o ordenamento jurídico é composto por normas que se dividem entre regras e princípios, tendo estes uma dimensão de peso ou importância, e que isso, inevitavelmente, levará a uma controvérsia acerca do melhor caminho a se seguir, devendo o intérprete do direito, no caso concreto, observar qual deles terá uma precedência em relação ao outro, por meio de uma ponderação. Fazendo possível, assim, a convivência harmônica entre princípios contrários, na maior medida possível, nas circunstâncias do caso concreto.

Assim, numa terceira fase, procurar-se-á abordar, do ponto de vista jurídico, a convivência possível entre o direito fundamental à vida e o direito à liberdade econômica e o consequente direito a um desenvolvimento econômico

sustentável, que em última medida se reflete na arrecadação tributária, condição de possibilidade da manutenção de políticas públicas<sup>v</sup>.

A teoria de Rawls procura responder à questão de como se deve distribuir, numa sociedade justa, os bens essenciais e as oportunidades entre seus membros.

Para tanto, fixa dois princípios que denomina princípio da igualdade de oportunidades e princípio da diferença. O primeiro, que diz respeito à distribuição de bens primários sociais essenciais (por ele definidos como “coisas que todo o homem racional presumivelmente quer, independente dos planos de vida de cada um”), o critério de distribuição deveria ser a distribuição igual de bens e deveres básicos. Pelo segundo princípio, seriam compensadas as desigualdades injustas, em especial aquelas que atingissem os mais desfavorecidos, garantindo-se a todos igualdade nas oportunidades.

Pelo princípio da igualdade de oportunidades, cada pessoa deve ter um direito igual ao mais abrangente sistema de liberdades básicas que seja compatível com um sistema semelhante de liberdades para outras. Neste sentido, as diferenças sociais e econômicas devem ser ordenadas de tal modo que sejam, ao mesmo tempo: a) consideradas como vantajosas para todos dentro dos limites do razoável; e b) vinculadas a posições e cargos acessíveis a todos.

Para Rawls, o princípio da diferença tem um objetivo específico, qual seja, compensar as desigualdades e reduzir a distância social e econômica entre as pessoas.

Num rápido resumo, podemos afirmar que para Rawls, injustiça é simplesmente a desigualdade que não serve ao bem de todos. Deve ser destacado, entretanto, que o pensamento de Rawls é isento de qualquer equação de maximização da satisfação; portanto, desvinculando-se de qualquer posição utilitarista, de modo que o princípio da liberdade igual busca proteger especialmente dois elementos: a) assegurar a maior liberdade igual para todos, sem exceção ou privilégios e b) assegurar a inviolabilidade destas liberdades básicas. Para tanto, Rawls<sup>vi</sup> define uma lista de liberdades básicas, entre as quais as mais importantes são a liberdade política e a liberdade de expressão e reunião; a liberdade de consciência e de pensamento; as liberdades da pessoa, que incluem a proteção contra a opressão psicológica e a agressão física; o direito à propriedade privada e a proteção contra a prisão e detenção arbitrárias.

Importante destacar que Rawls até aceita a restrição destas liberdades básicas, mas somente quando se verifica o conflito com outras liberdades básicas essenciais<sup>vii</sup>.

Importante de se destacar que Rawls não inclui em sua lista de bens primários essenciais o direito a saúde, mas de qualquer forma poderíamos, num esforço exegético, nela incluímos com base no que ele denomina com “autorrespeito”.

Norman Daniels, partindo da teoria da justiça como equidade formula três questões fundamentais<sup>viii</sup>: a) “Teria a saúde um status moral especial?”; b) Quando são injustas as desigualdades em saúde? c) Como distribuir de forma justa os recursos em saúde?”

À primeira pergunta Daniels dá uma resposta positiva, afirmando que mesmo em países de longa tradição liberal, onde a desigualdade não somente é tolerada, mas particularmente incentivada, a questão da saúde recebe um tratamento mais igualitário. No caso brasileiro, isto parece ser particularmente verdadeiro, tendo em mente o Sistema Único de Saúde, de caráter descentralizado, gratuito e universal, criado pela Constituição de 1988.

Aqui é preciso destacar que para Daniels o direito à saúde não se restringe somente aos tratamentos médicos destinados a curar doenças, mas inclui também todas as “medidas de saúde” abrangendo todos os seus aspectos sociais, tais como moradia digna, saneamento básico etc. Relevante tal distinção, num momento em que se vê propostas de *lockdown* que podem atingir pessoas privadas do mínimo de saneamento que lhes garanta a segurança social.

Com essa observação, encaminha-se a resposta à segunda questão formulada por Daniels: se o conceito de saúde deve abranger todas as ações sociais que tem por fim garantir a integridade fisiopsíquica da pessoa humana, injusta será a política que prive o ser humano do pleno exercício das oportunidades de conquistar uma vida saudável<sup>ix</sup>.

A resposta à terceira pergunta é a que traz maiores dificuldades, não encontrando uma solução direta na obra de Daniels. Como discípulo dedicado de Rawls, a pergunta poderia ser respondida a partir do princípio da diferença formulado pelo autor da teoria da justiça como equidade, ou seja, os recursos deveriam ser alocados àqueles menos favorecidos.

Ela não é tão simples. Em matéria de saúde, a necessidade nem sempre se encontra diretamente vinculada à necessidade, ou seja, pessoas muito pobres podem gozar de excelente saúde e pessoas extremamente ricas podem sofrer com problemas.

Daniels não nos fornece uma solução definitiva, mas aponta condições para uma distribuição legítima dos recursos. A primeira condição que conferiria legitimidade aos agentes alocadores de recursos e suas decisões forçosamente limitadoras (por meio das quais sempre haverá ganhadores e perdedores) é a transparência. As regras, sejam quais forem, devem ser disponibilizadas publicamente. Em segundo lugar, tais regras devem ser razoáveis, ou seja, aceitas por todos os que sejam, eles próprios, pessoas razoáveis. A terceira condição é que sempre haja a possibilidade de se revisar ou mesmo questionar, por meio de recursos, as decisões tomadas, já que, seja lá qual for a regra escolhida, sempre pode ser circunstancialmente falha. Finalmente, tal regra precisa ter força regulatória para que as três condições anteriores aconteçam.

Portanto, da perspectiva do pensamento de Rawls e Daniels, medidas de saúde, para se utilizar da linguagem adotada por Dworkin<sup>x</sup>, devem ser encaradas como regras, vez que se trata de uma ferramenta indispensável ao exercício ao bem primário essencial da saúde.

Do outro lado, o direito igualmente essencial de exercício de uma atividade, enquanto pressuposto da subsistência – e até sobrevivência – do indivíduo, do coletivo e, num plano maior de verificação, do próprio Estado, considerando a fonte primária dos recursos públicos. Recursos públicos esses que, fechando um círculo conceitual, financiam e efetivam o discutido direito à saúde por parte do Estado.

Como se tem verificado desde o início da adoção de medidas restritivas, a proposta de interromper a propagação do vírus gira em torno do distanciamento social, conduzindo ao fechamento das mais diversas atividades que possam gerar o mínimo de aglomeração e circulação de pessoas, e que não possuam estrita essencialidade, como o são alimentação e medicamentos.

A problemática é, contudo, que ainda que uma atividade econômica específica não possua caráter de essencialidade para a sociedade num cenário de distanciamento social, o seu exercício, pelo indivíduo, é essencial à sua subsistência, mormente em se tratando da sua única fonte de renda.

Nessa perspectiva, resta evidente que o gestor público está posto diante de difícil cenário: como conciliar a adoção dessas medidas restritivas, objetivando a defesa do direito fundamental à saúde, com o impedimento abrupto do fluxo de receita de milhões de pessoas, responsável pela subsistência de milhões de outras, sem que haja um colapso seja do sistema de saúde, seja da própria economia?

Imiscuindo-se brevemente no que se conhece por análise econômica do direito, esta doutrina procura responder a duas questões essenciais: a primeira diz respeito a quais são os efeitos das normas jurídicas sobre as decisões dos agentes; a segunda delas é a prospecção sobre esses efeitos e se os mesmos são socialmente desejáveis.

Para responder a estas questões é necessário pressupor que as pessoas são seres racionalmente orientados e suas decisões deverão seguir uma lógica economicamente previsível, ou seja, que levarão em consideração custos e benefícios privados, procurando maximizar seus benefícios e/ou minimizar suas perdas.

Na lição de Lionel Robbins<sup>xi</sup> a “economia é a ciência que estuda o comportamento humano como uma relação entre fins e meios escassos que possuem fins alternativos”.

Embora essa doutrina trabalhe com o conceito de custos e benefícios particulares, é importante destacar que toda conduta humana economicamente relevante, além dos efeitos privados, acaba por gerar consequências que extrapolam a esfera individual, passando a gerar custos ou benefícios sociais, denominados de externalidades, que devem também ser considerados como elementos que interferem na esfera de tomada de decisão do cidadão economicamente racional.

Nesse contexto, a ideia de custos de oportunidade trabalhada por Milton Friedman<sup>xii</sup> permite uma melhor compreensão da visão econômica sobre a tomada de decisão, especialmente numa situação concreta difícil como a apresentada pela pandemia.

Custo de oportunidade, por sua vez, traduz-se naquilo que “se perde” em razão da escolha realizada. Toda escolha importa em “abrir mão” de outras escolhas, sendo o custo de oportunidade aquilo que “se perde” a partir da opção que é feita.

Note-se que não se pode confundir custo de oportunidade com prejuízo, considerando que, avaliadas as opções disponíveis – partindo do pressuposto de ter escolhido conforme as experiências vividas –, escolhe-se a opção mais benéfica para



aquele momento. Não se trata de um conceito vinculado à perda ou ganho financeiro, mercado etc., mas à própria existência e sobrevivência do indivíduo, que se materializa nas escolhas que a todo momento são feitas. A importância dessa noção de custo de oportunidade é sentida pelo instigar o indivíduo à uma prévia reflexão sobre as opções que lhe são disponibilizadas quando deve escolher.

Quando inserida nessa perspectiva de controle e orientação do comportamento social, como o verdadeiramente o são as medidas implementadas para evitar a propagação do vírus, o conceito de custo de oportunidade ganha ainda mais contorno de seriedade: como orientar o comportamento de uma coletividade de indivíduos, ao colocar em conflito dois direitos essencialmente fundamentais, como a saúde e a subsistência?

Esse é a responsabilidade, na sociedade organizada, do Direito. Ainda que presentes – e com seu inegável grau de importância – conceitos como moral, religião, costumes, etc., ao final das contas é o texto positivado que impõe e orienta padrões de comportamento, ainda que indivíduos possam e sejam livres para descumpri-los, assumindo as consequências, por óbvio, dessa escolha específica individual. Nesse contexto, evidenciada a relevância do conceito de custo de oportunidade na construção do arcabouço legal a orientar o comportamento da sociedade.

Ainda nessa temática, são os padrões de comportamento definidos pelas leis e uma minuciosa avaliação dos custos de oportunidade existentes em cada decisão que garantirá segurança jurídica ao ordenamento. No aspecto normativo, não só é importante a avaliação do custo de oportunidade comportamental, mas também das políticas públicas a serem adotadas. Por isso, a importância de que houvesse, verdadeiramente nesse cenário pandêmico, uma atuação coordenada e organizada dos atores responsáveis pela implementação das políticas públicas, o que não parece ocorrer, como enfrentar-se-á mais à frente.

Isso porque, a partir do momento que a escolha é feita, deve-se ter em mente que as demais deixam de estar disponíveis, o que talvez não seja relevante diante da escolha entre ler um livro ou cochilar no sofá, mas muda de figura quando se trata das políticas públicas a serem adotadas e implementadas, assim como quando da análise de quais comportamentos devem ser proibidos e quais devem ser permitidos. Enquanto para um indivíduo o custo de oportunidade decorre da escolha pensada exclusivamente para si, para a sociedade como um todo o custo de

oportunidade tem nascedouro absolutamente diferente, pois será preciso ponderar que para prover específica política pública necessariamente será preciso sacrificar outra.

O custo de oportunidade traduz o objeto do estudo da Economia, centrado na escolha sob a condição de escassez de recursos. É por essa razão que o conceito de custo de oportunidade é claramente indissociável das questões comportamentais sociais e do Direito positivo. Ao legislar, o parlamento – em tese, claro – avalia as opções disponíveis na respectiva temática tratada e opta por padrão de comportamento específico, definindo o rumo daquela sociedade, razão pela qual a tomada de decisão pautada em pormenorizada análise dos custos de oportunidade envolvidos é imperiosa.

Por sua vez, outra doutrina valiosa para o enfrentamento do dilema proposto, o Teorema de Coase, que ensina que numa transação econômica com externalidades, se os direitos de propriedade forem bem definidos e se os custos de transação forem suficientemente baixos, então a solução privada é socialmente ótima, não havendo qualquer necessidade de intervenção do governo na correção da externalidade, que é uma falha de mercado. O único papel do governo seria assegurar que os direitos de propriedade estivessem bem definidos e que a livre negociação fluísse sem custos de transação<sup>xiii</sup>.

Assim, a regra jurídica (primária se decorrente de inovação legislativa ou secundária se decorrente de decisão judicial apta a gerar um precedente a ser aplicado em outros julgamentos deste ou de outros Tribunais), será socialmente benéfica se introduzir no sistema mais benefícios marginais do que custos marginais, servindo como incentivo e/ou desestímulo à prática de condutas socialmente úteis do ponto de vista econômico, daí a se afirmar que a lei ou pelo menos sua interpretação deve ser pautada por um conceito de eficiência econômica.

Um dos mais conhecidos é o de Eficiência de Kaldor-Hicks, que é definido como a confrontação dos benefícios e custos sociais de determinada norma. A introdução de uma norma jurídica gera benefícios para alguns agentes e custos para outros agentes. Caso o benefício total seja maior que o custo total da introdução de determinada norma, essa é eficiente no sentido de Kaldor-Hicks<sup>xiv</sup>.

Assim, a noção de eficiência está intimamente relacionada à maximização de bem-estar da sociedade. Quando uma determinada proposição legislativa é

eficiente, ela proporciona um aumento de bem-estar para a sociedade. Se por qualquer motivo a legislação assim não o proceder, deve o intérprete buscar dar à norma a interpretação que melhor conduza a redução dos custos das transações, tornando a economia mais eficiente.

Essa construção do ordenamento jurídico orientada por uma análise econômica, permite ainda um paralelo com o ensaio de Friedrich Hayek<sup>xv</sup> sobre o uso do conhecimento na sociedade e o sistema de preço com o sistema legal.

Para o autor, não é possível reunir todo o conhecimento necessário em apenas uma única “mente”, de modo que é impossível ter total conhecimento das circunstâncias necessárias à solução de um problema econômico, materializado na necessidade de organização e coordenação das ações dos indivíduos e conjunto de indivíduos, bem como das decisões a serem tomadas e suas consequências. E, por óbvio, jamais o serão. Conforme o autor, “o problema é o da utilização de um conhecimento que não está disponível a ninguém em sua totalidade”.

Não há garantia concreta da utilização, da melhor forma possível, por qualquer membro da sociedade, dos recursos disponíveis, considerando o conhecimento limitado desse indivíduo. Nesse sentido, inexistente uma concentração e integração do conhecimento dessas circunstâncias, limitada é a atuação do agente, na sua tarefa econômica primordial de coordenar os indivíduos. O conhecimento existente o é como “pedaços dispersos de conhecimento”, incompletos e fragmentados, distribuídos entre diversos indivíduos independentes.

Por mais que o pensamento econômico se apoie cada vez mais em dados estatísticos, no longo prazo esses mesmos dados tendem a passar uma falsa sensação de estabilidade, se comparados os movimentos diários especificamente. Ou seja, ainda que possível concentrar volumosos dados estatísticos, não é salutar eliminar a importância dos pequenos ajustes constantes fruto das decisões tomadas diuturnamente frente às circunstâncias eventualmente desconhecidas até o dia anterior. Especialmente em se tratando de um conhecimento que, por força dessa sua própria natureza, não pode ser transformado em informação estatística, prejudicando qualquer análise que dessa ferramenta dependa.

Aqui se reforça a importância da segurança do ordenamento como um todo, que, assim como o sistema de preços proposto em Hayek<sup>xvi</sup> comunica, assumindo o papel de uma instituição que define regras de comportamento, a partir da transmissão

da informação verdadeiramente essencial, àqueles que por ela se interessam, também é esse o papel do ordenamento jurídico de um sistema, mormente frente à sua finalidade precípua e intrínseca de conferir segurança jurídica ao ambiente.

O Direito, *per si*, também é uma instituição e precisa comunicar de maneira igualmente clara e precisa. A frase de Alfred Whitehead<sup>xvii</sup> que “a civilização progride quando aumentamos o número de trabalhos importantes que podemos realizar sem penar neles” possui igual aplicabilidade para o quão desejável é que seja a segurança jurídica de um ordenamento. Assim como o papel de comunicar do sistema de preços é a coordenação do comportamento das pessoas, esse também é o papel do sistema jurídico/legal. O Direito positivado é importantíssimo definidor de comportamento para uma sociedade, num papel de comunicação tão relevante quanto o do sistema de preços. Se a legislação é “confiável”, o comportamento dos indivíduos igualmente o será, conferindo maior previsibilidade às relações, igualmente se adequando à ideia contida na frase transcrita, onde a segurança do sistema permite que os conflitos sejam célere e eficazmente solucionados.

Apresentada toda essa perspectiva teórica e dentro da proposição, as medidas de polícia administrativa adotadas para o combate à epidemia, devem ser avaliadas não só em termos de eficácia no plano da saúde, mas levando-se em consideração os custos sociais que tais medidas acarretam. Ainda que pareça cruel a afirmativa, as possíveis vidas salvas no presente devem ser confrontadas, com as possíveis vidas sacrificadas no futuro<sup>xviii</sup>.

Relembrando os conceitos estabelecidos por Dworkin, a questão do combate à pandemia, especialmente no que se refere às medidas de polícia administrativa, devem ser consideradas como um “princípio”<sup>xix</sup>, que pode ser sopesado, mediante os critérios de proporcionalidade, visando sua concordância prática com o princípio da liberdade de iniciativa, que deve ser preservado, também, na melhor medida possível, inclusive porque, no limite extremo, a desestruturação completa da atividade econômica com o colapso da arrecadação estatal poderá levar ao sacrifício de mais vidas do que a própria COVID – 19.

As decisões que recentemente se exigiram das cortes de justiça por todo o país evidenciam essa problemática de enfrentamento de direitos tidos como fundamentais e, ao que importa para o presente artigo, o direito à saúde e ao exercício

de uma atividade econômica, sob o seu aspecto de essencial à própria subsistência do indivíduo e, por consequência direta, do próprio Estado.

Os três pontos estão intrinsecamente ligados e até se confundem os pontos de partida para a análise. A efetivação do direito à saúde – em termos gerais, claro – exige o enfrentamento de questões orçamentárias, que por sua vez, em se tratando de Estado, são mantidas a partir da plena atividade econômica e produtiva que gera renda e riqueza. Por sua vez, para exercício pleno de qualquer atividade econômica, há que se respeitar questões de natureza regulatória, como o são as normativas sanitárias, alçadas a outro patamar de observação quando se enfrentando uma pandemia.

Daí, a celeuma de como conciliar as restrições sanitárias exigidas para contenção da propagação do vírus com o exercício das mais diversas atividades econômicas, desde aquelas consideradas essenciais àquelas não essenciais do ponto de vista da coletividade, mas essenciais à subsistência de quem as exerce.

Nesse panorama, destacam-se as recentes decisões do Supremo Tribunal Federal na Ação Direta de Inconstitucionalidade 6.341, na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 672 e na Suspensão de Segurança 5.383 – esta última monocrática pela presidência do STF, sem submissão ao referendo do plenário, que assentaram o entendimento da competência concorrente dos entes da federação para o estabelecimento de restrições – ao que importa aqui – à atividade econômica, mormente frente à eventual contradição entre os decretos nas diversas esferas.

No exemplo mais recente da SS 5.383, uma liminar<sup>xx</sup> de um desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe autorizava uma barbearia a funcionar, a partir da definição como essencial atribuída à essa atividade pelo Decreto nº 10.344/20 editado pelo Presidente da República, ainda que os decretos estadual e municipal em vigor – o estadual alterado mesmo após o decreto presidencial, mas não elencando a barbearia como atividade essencial, ou seja, em tese, conflitante – não autorizassem o funcionamento.

Para o que importa, dentre os argumentos utilizados pelo proprietário da barbearia, este alegou violação a direito líquido e certo seu pelo Estado de Sergipe com a edição do Decreto Estadual nº 40.567 de 23 de março de 2020, que manteve a

proibição de funcionamento de salão de beleza – atividade em que se enquadra o reclamante – atribuindo-lhe o caráter de não essencial.

Aduziu, ainda, que a barbearia é a exclusiva fonte de subsistência sua e de sua família e que, desde o seu fechamento e diante do lapso temporal já decorrido, estaria sofrendo graves privações, já à beira do comprometimento irrecuperável do sustento familiar.

Com fundamentação simplória e objetiva, o desembargador sergipano considerou que, atendendo ao princípio da razoabilidade, tendo um decreto presidencial definido a atividade de barbearia como essencial, restaria aos estados e municípios uma proibição que fosse razoável, relacionando os índices de avanço da pandemia no estado e a adequação das medidas, e que, a pandemia, para além de suas próprias consequências, privou boa parte dos profissionais autônomos – à exemplo do impetrante – do próprio sustento da sua família.

Proposta a suspensão de segurança<sup>xxi</sup> pelo Estado de Sergipe, o Ministro Dias Toffoli, na presidência do STF, deferiu a suspensão da liminar, reassentando as posições daquela Corte exaradas nas ADI 6.341 e ADPF 672, no sentido de que “o Presidente da República poderá dispor, mediante decreto, sobre os serviços públicos e atividades essenciais” ao mesmo tempo em que reconheceu a competência de cada ente federado, “nos termos do artigo 198, inciso I da Constituição Federal”.

Discorreu ainda que não há interesse nacional, mormente em tempos de pandemia, que justifique a União dispor sobre a essencialidade da atividade de barbearia, reconhecendo também que a situação inédita vivenciada, afetada restou a normalidade de diversas atividades econômicas. Mas que, por outro lado, essa mesma gravidade exige a “tomada de medidas coordenadas e voltadas ao bem comum, não se podendo privilegiar determinado segmento da atividade econômica” seja em detrimento de outros ou do Estado, finalizando ser este último o responsável pelo combate aos efeitos da pandemia decorrentes.

Para além da simplicidade do caso concreto, a questão apresentada é verdadeiramente de dois direitos fundamentais em aparente choque: o dilema entre a proteção e efetivação do direito à saúde e o exercício da atividade econômica, essencial à subsistência do indivíduo.

A partir da fundamentação exposta nos citados julgados, percebe-se que a discussão no âmbito da Suprema Corte do país revolve apenas em torno das

competências constitucionais para adoção de medidas, mais do que efetivamente enfrentar o choque de direitos fundamentais que indiscutivelmente ocorre e como possível – e se possível – solucioná-los.

É indubitável que esse conflito terá que ser enfrentado. Até a finalização do presente artigo, já são 60 (sessenta) dias desde a aprovação no Congresso Nacional do decreto de reconhecimento do estado de calamidade pública em decorrência da pandemia<sup>xxii</sup>, e é nesse mesmo lapso temporal – pouco mais e pouco menos – que muitas atividades foram e continuam interrompidas<sup>xxiii</sup>, com microempresários e autônomos, a exemplo, implorando por socorro governamental ou a retomada das suas atividades<sup>xxiv</sup>.

O ponto é que, de fato, não há uma resposta única e correta – na orientação do que propõe Dworkin, já mencionado – valendo lembrar aqui algumas orientações da teoria de Robert Alexy para aplicação do direito e dos princípios em conflito<sup>xxv</sup>.

A realidade e o caso citado evidenciam que os diferentes níveis de entes da federação não conseguem se entender e chegar a um consenso sobre a questão do direito a saúde vs. economia, e, não normalizada, a situação talvez tenha que efetivamente ser resolvida no Poder Judiciário.

Nesse sentido, patente o dever de cuidado que o Poder Judiciário brasileiro deve ter quando essa discussão efetivamente exigir sua resposta, como registra Lenio Streck<sup>xxvi</sup>, pois “a defesa de um efetivo controle hermenêutico das decisões judiciais, a partir do dever fundamental de justificação e do respeito à autonomia do direito”, não significa que não possa haver uma ação mais “propositiva” do Judiciário.

Esse enfrentamento exigirá muito do processo de interpretação desses direitos fundamentais, no que talvez seja um dos pontos comuns entre as teorias de Alexy e Dworkin: “a aceitação de que a legislação não é perfeita e a constatação da importância do processo de interpretação (em Alexy, argumentação)”<sup>xxvii</sup>.

## BIBLIOGRAFIA

BEZZERRA, Juliana. **Plano Collor**. Disponível em <https://www.todamateria.com.br/plano-collor/>. Acesso em 19 de maio de 2020.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal, **Suspensão de Segurança nº 5.383**, Relator: Min. Dias Toffoli, 2020.

BRASIL. Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe, **Mandado de Segurança 0004311-66.2020.8.25.0000**, Relator: Des. Ricardo Múcio Santana de Abreu Lima, 2020.

COASE, Ronald H. **The problem of social cost**. Journal of Law and Economics, p.1-44, 1960.

DANIELS, Norman. **Just Health: meeting health needs fairly**. New York, Cambridge: Cambridge University Press; 2008.

DWORKIN, Ronald. **Levando os direitos a sério**. Trad. de Nelson Boeira. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

FRIEDMAN, Laurence A., NEUMMAN, Bruce R.. **“The Effects of Opportunity Costs on Project Investment Decisions: A Replication and Extension.”** Journal of Accounting Research, vol. 18, no. 2, 1980, pp. 407–419. JSTOR, Disponível em [www.jstor.org/stable/2490586](http://www.jstor.org/stable/2490586). Acesso em 23 de maio 2020.

HAYEK, Friederich A. **O Uso do Conhecimento na Sociedade**. The American economic review, 35(4), 1945, p. 519-530.

MAFFETONE, Sebastiano; VECA, Salvatore (organizadores). **A idéia de justiça de Platão a Rawls**. Tradução Karina Jannini, São Paulo: Martins Fontes, 2005.

NOVELINO, Marcelo. **Direito Constitucional**. 6. ed. São Paulo: Método, 2012.

RAWLS, John. **Uma teoria da justiça**. São Paulo, Martins Fontes, 2000.

ROBBINS, Lionel. **An Essay on the nature and significance of Economic Science**. 1932.

SANDEL, Michael J. **Justiça: O que é fazer a coisa certa**. Tradução: Heloisa Matias, Maria Alice Máximo. 16a. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

STOHRER, Camila M. S. **Direitos fundamentais e tributação: a importância dos tributos na manutenção dos direitos**. Revista Eletrônica Direito e Política, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciência Jurídica da UNIVALI, Itajaí, v.7, n.3, 3º



quadrimestre de 2012. Disponível em: [www.univali.br/direitoepolitica](http://www.univali.br/direitoepolitica). Acesso em 18/05/2020.

STRECK., Lenio Luiz. **Verdade e Consenso**. 5ª Edição. São Paulo: Saraiva, 2014.

TABAK, Benjamin M. **A análise econômica do direito: proposições legislativas e políticas públicas**. RIL, Brasília, ano 52, n. 205, p. 321-345, 2015.

TABAK, Benjamin Miranda. **A análise econômica do direito: proposições legislativas e políticas públicas**. RIL, Brasília, ano 52, n. 205, p. 321-345, 2015, p. 324.

ALEXY, Robert. **Teoria Discursiva do Direito**. Tradução de Alexandre Travessoni Gomes Trivisonno. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015.

---

<sup>i</sup> Algumas estimativas indicam a possibilidade de ocorrerem até 90 mil óbitos decorrentes da COVID 19 até o mês de agosto, conforme estudos realizados pelo economista Sammy Dama e pelo matemático e estatístico Alexandre Simas. Disponível em <https://olhardigital.com.br/coronavirus/noticia/covid-19-estudo-contesta-numero-de-mortes-previsto-no-brasil/99661>. Acesso em 19/05/2020.

<sup>ii</sup> Somente como referência, a desastrosa medida do “confisco” da poupança adotada no denominado “Plano Collor”, em 1990, obrigou os governos subsequentes a adotar taxas de juros reais superiores a 20% ao ano, elevando substancialmente a dívida pública mobiliária, responsável pelo esgotamento da capacidade de investimento estatal no país até hoje, trinta anos depois. Para maiores detalhes recomendamos a leitura do artigo de autoria de BEZZERRA, Juliana. Plano Collor. Disponível em <https://www.todamateria.com.br/plano-collor/>. Acesso em em 19/05/2020.

<sup>iii</sup> Os efeitos da crise econômica provocada pela pandemia do coronavírus no Brasil vão provocar uma “profunda recessão” segundo o Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV). A previsão é que o desemprego chegue a 17,8% no ano. Disponível em <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2020/04/24/fgv-preve-desemprego-de-quase-18-e-critica-pais-sem-lideranca-na-criese.htm>. Acesso em 19/05/2020.

<sup>iv</sup> Citando Michael J. Sandel: “A vida em sociedades democráticas é cheia de divergências entre o certo e o errado, entre justiça e injustiça [...] uma das maneiras de começar é observando como a reflexão moral aflora naturalmente quando nos vemos diante de uma difícil questão de natureza moral. Começamos com uma opinião, ou convicção, sobre a coisa certa a fazer [...]. Então, refletimos sobre a razão da nossa convicção e procuramos o princípio no qual ela se baseia [...]. Então, diante de uma situação que põe em questão esse princípio, ficamos confusos [...]. Sentir a força dessa confusão e a pressão para resolvê-la é que nos impulsiona a filosofar”. SANDEL, Michael J. *Justiça: O que é fazer a coisa certa*. Tradução: Heloisa Matias, Maria Alice Máximo. 16a. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, pp. 36-37.

<sup>v</sup> “Os direitos e garantias fundamentais, conforme o nome pressupõe, constituem alicerce da existência do ser humano. Oriundos dos direitos humanos internacionalmente recepcionados, os direitos fundamentais são classificados de acordo com seu momento de surgimento da história. Os direitos de primeira geração compreendem as liberdades individuais necessárias à própria existência do homem como tal; os direitos de segunda geração estão relacionados à igualdade de condições entre os homens; finalmente, os direitos de terceira geração estão ligados à consagração da fraternidade e convivência pacífica entre os seres, como o direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado. A fim de que tais direitos possam ser proporcionados ao cidadão, o Estado carece de auferição de recursos, a qual se dá através da tributação. Assim, considerandose que direitos geram custos, faz-se essencial a existência de tributos para a manutenção dos direitos fundamentais”. STOHRER, Camila Monteiro Santos. *Direitos fundamentais e tributação: a importância dos tributos na manutenção dos direitos*. Revista Eletrônica Direito e Política, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciência Jurídica da UNIVALI, Itajaí, v.7, n.3, 3º quadrimestre de 2012. Disponível em: [www.univali.br/direitoepolitica](http://www.univali.br/direitoepolitica). Acesso em 18/05/2020.

<sup>vi</sup> RAWLS, John. *Uma teoria da justiça*. São Paulo, Martins Fontes, 2000, p. 65.

---

vii “As violações das liberdades básicas iguais protegidas pelo primeiro princípio não podem ser justificadas nem compensadas por maiores vantagens econômicas e sociais. Essas liberdades têm um âmbito central de aplicação dentro do qual elas só podem ser limitadas ou comprometidas quando entram em conflito com outras liberdades básicas.”. op. Cit. P. 65.

viii Daniels N. *Just Health: meeting health needs fairly*. New York, Cambridge: Cambridge University Press; 2008, p. 11.

ix Acerca da ausência deste debate nas questões ligadas à bioética, afirma Daniels: “infelizmente, estas questões têm sido quase completamente ignoradas no campo da bioética, assim como no campo da ética e filosofia política em geral”. Op. Cit. , p. 82.

x Afirma Dworkin: “[...] as regras são aplicáveis à maneira de tudo-ou-nada. Dados os fatos que uma regra estipula, então ou a regra é válida, e neste caso a resposta que ele fornece deve ser aceita, ou não é válida [...]”. DWORKIN, Ronald. *Levando os direitos a sério*. Trad. de Nelson Boeira. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007, p. 39.

xi ROBBINS, Lionel. *An Essay on the nature and significance of Economic Science*. p. 15, 1932.

xii FRIEDMAN, Laurence A., Bruce R. Neumann. “The Effects of Opportunity Costs on Project Investment Decisions: A Replication and Extension.” *Journal of Accounting Research*, vol. 18, no. 2, 1980, pp. 407–419. JSTOR, [www.jstor.org/stable/2490586](http://www.jstor.org/stable/2490586). Acesso em 23 de maio 2020.

xiii COASE, Ronald H. *The problem of social cost*. *Journal of Law and Economics*, p.1-44, 1960.

xiv TABAK, Benjamin Miranda. *A análise econômica do direito: proposições legislativas e políticas públicas*. RIL, Brasília, ano 52, n. 205, p. 321-345, 2015, p. 324.

xv HAYEK, Friederich. A. *O Uso do Conhecimento na Sociedade*. *The American economic review*, 35(4), 1945, p. 519-530.

xvi *Ibidem*.

xvii *Ibidem*.

xviii Estudo elaborado por pesquisadores ingleses afirma: “A pesquisa, resultado de parceria de economistas e médicos sanitários do Brasil e Reino Unido, constatou que, a cada ponto percentual de aumento na taxa de desemprego, a mortalidade sobe 0,5 ponto percentual. São mortes que poderiam ser evitadas, dizem os autores. No período de 2012 a 2017, a taxa de desemprego subiu de 8,4% para 13,7%. E a taxa de mortalidade aumentou 8%, de 143 mortes por cem mil habitantes para 154 mortes por cem mil. Metade dessa alta está relacionada à recessão. Disponível em <http://abet-trabalho.org.br/a-recessao-teve-consequencias-mais-nefastas-que-o-aumento-do-desemprego/>. Acesso em 18/05/2020.

xix “Segundo DWORKIN, enquanto as regras impõem resultados, os princípios atuam na orientação do sentido de uma decisão. Quando se chega a um resultado contrário ao apontado pela regra é porque ela foi mudada ou abandonada; já os princípios, ainda que não prevaleçam, sobrevivem intactos. Um determinado princípio pode prevalecer em alguns casos e ser preterido em outros, o que não significa sua exclusão. Assim como os aplicadores do Direito devem seguir uma regra considerada obrigatória, também devem decidir conforme os princípios considerados de maior peso, ainda que existam outros, de peso menor, apontado em sentido contrário”. NOVELINO, Marcelo. *Direito Constitucional*. 6. ed. São Paulo: Método, 2012, p. 127.

xx BRASIL. Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe, Mandado de Segurança 0004311-66.2020.8.25.0000, Relator: Des. Ricardo Múcio Santana de Abreu Lima, 2020.

xxi BRASIL. Supremo Tribunal Federal, Suspensão de Segurança nº 5.383, Relator: Min. Dias Toffoli, 2020.

xxii <https://www.camara.leg.br/noticias/646493-aprovado-o-decreto-que-coloca-o-pais-em-estado-de-calamida-de-publica>. Acesso em 23 de maio de 2020.

xxiii <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/05/23/quarentena-em-sp-completa-dois-meses-neste-domingo-com-populacao-dividida-sobre-medidas-de-isolamento-social.ghtml>. Acesso em 23 de maio de 2020.

xxiv <https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/04/03/medidas-economicas-na-crise-do-coronavirus-veja-perguntas-e-respostas.ghtml>. Acesso em 23 de maio de 2020.

xxv TRIVISONNO, Alexandre Travessoni Gomes. *Estudo introdutório* In. ALEXY, Robert. *Teoria Discursiva do Direito*. Tradução de Alexandre Travessoni Gomes Trivisonno. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015.

xxvi STRECK., Lenio Luiz. *Verdade e Consenso*. 5ª Edição. São Paulo: Saraiva, 2014, p. 56.

xxvii TRIVISONNO, Alexandre Travessoni Gomes. *Estudo introdutório* In. ALEXY, Robert. *Teoria Discursiva do Direito*. Tradução de Alexandre Travessoni Gomes Trivisonno. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015. p. 4-5.